FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA E ESTUDOS CULTURAIS

CÍNTIA BÁRBARA PAGANOTTO RODRIGUES

A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA: REPRESENTAÇÃO DO CONFLITO AGRÁRIO PELOS JORNAIS EM RONDÔNIA NA DÉCADA DE 1980

Porto Velho – RO
2016

CÍNTIA BÁRBARA PAGANOTTO RODRIGUES

A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA: REPRESENTAÇÃO DO CONFLITO AGRÁRIO PELOS JORNAIS EM RONDÔNIA NA DÉCADA DE 1980

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Aparecido de Souza

Porto Velho - RO

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

R696n

Rodrigues, Cíntia Bárbara Paganotto.

A naturalização da violência: Representação do conflito agrário pelos jornais em Rondônia na década de 1980. / Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues, Porto Velho / RO, 2016.

135f.

Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Aparecido de Souza

1. Litígio Agrário 2. Camponês 3. Rondônia 4. Jornais 5. Impressa I. Souza, Valdir Aparecido II. Título.

CDU: 304(811.1)

Bibliotecária Responsável: Cledenice Blackman CRB 11/907

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Núcleo de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais

ATA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Identificação do (a) pós-graduando (a)

Programa de Pós-Graduação	História e Estudos Culturais	
Pós-Graduanda (o)	Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues	Ano de Ingresso: 2014
Título da dissertação	*A naturalização da violência: representação do conflito agrário pelos jornais em Rondônia na década de 1980*	Nível: Mestrado
Orientador (a) Prof.(a) Dr.(a)	Valdir Aparecido de Souza	

Indicação da Defesa de Dissertação de Mestrado

Dia: 31/10/2016	Hora: 9h
Local:	Sala 111 prédio da UAB, Campus UNIR

Composição da Comissão Julgadora

Comissão Julgadora		
Titulação	Nome Completo do (a) Docente	Nome (sigla) e Local de Instituição
Presidente: Prof. Dr.	Valdir Aparecido de Souza	UNIR
Examinador Externo: Prof. Dr.	Antônio Cláudio Barbosa Rabello	UNIR
Examinador Interno: Prof. Dr.	Sérgio Luiz de Souza	UNIR

Abertura dos Trabalhos: às 09 h 30, o (a) presidente da banca apresentou o (a) pós-graduando (a), o título da respectiva **Dissertação de Mestrado** e os membros da Comissão Julgadora, dando a palavra inicialmente ao (à) pós-graduando (a), que teve trinta minutos, no máximo, para expor sua **Dissertação**. Em seguida, passou a palavra à Comissão Julgadora, cujos membros tiveram, no máximo, vinte minutos para as respectivas arguições, bem como ao (à) pós-graduando (a) o direito de resposta, em, no máximo trinta minutos.

Parecer da Comissão Julgadora: tendo o (a) pós-graduando (a) respondido as questões em tempo hábil, após apresentarem considerações finais sobre a **Dissertação**, os membros da Comissão Julgadora emitiram parecer pela **APROVAÇÃO** do candidato.
Considerações: Devido à relevância e qualidade, a banca indica para publicação.
Encerramento dos Trabalhos: às 11 h 30, o (a) presidente da banca, ouvindo os demais membros da Comissão Julgadora, lavrou esta Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado, que será encaminhada à Coordenação do *Programa de Pós-Graduação* em História e Estudos Culturais, para a devida homologação.

Comissão Julgadora		
Titulação	Nome Completo do (a) Docente	Assinatura do (a) Docente
Presidente: Prof.(a) Dr.(a)	Valdir Aparecido de Souza	
Examinador Externo: Prof.(a) Dr.(a)	Antônio Cláudio Barbosa Rabello	
Examinador Interno: Prof.(a) Dr.(a)	Sérgio Luiz de Souza	

DEDICATÓRIA

A Ricardo e Luíza, minha família.

A todos os camponeses, que têm sua luta insistentemente caluniada e a violência contra si naturalizada na grande mídia.

AGRADECIMENTOS

Devo muitos agradecimentos. Por sorte, encontrei em meu caminho até agora pessoas que se dispuseram a me ajudar, com simpatia e paciência. Tornaram-se meus amigos. Desde a graduação em História na UNIR, passando pelos bons momentos vivenciados no Movimento Estudantil, que me direcionaram a uma vida que não seria possível sem o olhar que aprendi a ter com meus eternos amigos com os quais convivi lá... Foi uma parte maravilhosa de minha vida, e voltar à Universidade para este Mestrado me fez relembrar os dias felizes na graduação, que me mostrou o caminho da luz dentro da "caverna".

Na Comissão Pastoral da Terra em Rondônia conheci "na prática" os conflitos agrários, que só os via por teoria e números. Devo à CPT/RO, além do prazer da convivência com homens e mulheres lutadores, também o acesso irrestrito à sua documentação e jornais da década de 1980, que me incentivaram a fazer o projeto do mestrado.

Aos meus pais devo não só o agradecimento pela vida, mas também pela educação pautada no respeito ao próximo. Ao meu avô Delfino Henrique Paganotto (*in memorian*) por todos os ensinamentos e demonstrações de sabedoria popular, humildade e gentileza.

Agradeço ao Ricardo, com quem estou ligada pelo acidente do casamento – parafraseando Thompson – já que sem ele nada disso seria possível, pois cuidou de nossa casa e filha enquanto eu me dedicava a esta pesquisa. A Luíza, minha filha, agradeço pelos cafunés ao final do dia, e pela paciência de sempre esperar a mamãe terminar de ler!

Ao Valdir, meu orientador, sempre disponível e sincero, pelas horas que o perturbei com minhas dúvidas e ansiedades.

Aos professores do departamento de História da UNIR, com os quais tive a oportunidade de conviver durante a graduação, e aos professores do Programa de Mestrado em História e Estudos Culturais, na pessoa do Prof. Alexandre Pacheco.

A todos os meus amigos que torciam pelo sucesso desta pesquisa, em especial Uílian, Petronila, Elis, Cledenice, Valdeci, Irmã Gabriela, Gustavo, Eronides e Ricardo Abreu. Estes últimos pela ajuda necessária em minhas impossibilidades e ausências no trabalho como advogada. Agradeço a Alyson Ribeiro, grata surpresa,

pessoa generosa e competente, cuja amizade espero alimentar mesmo que de longe.

Agradeço a dedicação dos Professores Antônio Cláudio Rabello e Sérgio Luiz de Souza, membros da banca, cujas oportunas críticas e proposições melhoraram meu trabalho.

Agradeço ainda aos servidores da Biblioteca Municipal Francisco Meirelles, que me garantiram acesso irrestrito ao setor de periódicos, onde pude consultar livremente as edições do jornal *Alto Madeira* da década de 1980.

Por fim, agradeço à Fundação Estadual de Amparo à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERO) que me forneceu bolsa para esta pesquisa, o que possibilitou o afastamento de minhas atividades profissionais para realizá-la.

“Sinto-me pobre por viver numa sociedade em que índios e camponeses precisem proclamar de voz ativa que são humanos, que não são animais, e menos ainda animais selvagens. Por identificar-me com eles, fico em dúvida sobre o lugar que ocupo, na escala que vai do animal ao homem, numa sociedade que não titubeia em proclamar a animalidade de seres que não são considerados pessoas por serem unicamente diferentes – falam outra língua, têm outra cor, outros costumes. Uma sociedade que, no final, não tem clareza sobre a linha-limite que separa o homem do animal”.

(José de Souza Martins)

RESUMO

A concentração fundiária e a grilagem de terras públicas no Brasil, historicamente, criou um cenário de incessante disputa no campo, permeada por violência física e simbólica por parte da classe dominante rural que não aceita e nunca aceitou perder seus privilégios. A violência física (ameaça, assassinatos, despejos e etc.) possui números que evidenciam um massacre de pelo menos 1,5 mil trabalhadores rurais nos últimos 25 anos no Brasil, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra. Nesta pesquisa, nos concentramos em relatar e demonstrar a violência simbólica contra os camponeses, cometida pela grande imprensa através dos jornais impressos. Para tanto, fizemos o recorte da década de 1980 em Rondônia ao analisar um dos jornais de maior circulação na época – o *Alto Madeira* – e relacionando-o com reportagens do jornal *Folha de São Paulo* e outros de menor circulação no estado naquela década. A análise minuciosa e contextualizada de cada reportagem sobre litígio agrário pode evidenciar a violência simbólica e a reprodução da ordem vigente, que significa a manutenção das elites ruralistas no poder econômico e político. A violência física por vezes é omitida nas reportagens ou reproduzida de forma a legitimá-la e naturalizá-la na sociedade, construindo o que identificamos como a negação da existência de pessoas sem terras no país, com a massificação da retórica de que os camponeses que ocupam fazendas são bandidos, terroristas ou instrumentos do comunismo. Há, juntamente com esse discurso, a construção de outro: do “atrasado” homem rural, que não encontra lugar na “modernidade”, pautada pelos interesses do agronegócio. Assim, vai sendo perpetrada contra o camponês, pela grande mídia, a violência simbólica que tem o poder mágico de, segundo Bourdieu (2007), alcançar uma força, que não física, mas invisível, através de um sistema de formas simbólicas para manter a estrutura de dominação própria do sistema capitalista.

Palavras-chave: Litígio agrário. Camponês. Rondônia. Jornais. Imprensa.

RESUMEN

La concentración de tierra y la usurpación ilegal de tierras públicas, conocida en Brasil como *grilagem*, históricamente, ha creado un escenario de incesante disputa en el campo, permeada por la violencia física y simbólica por parte de la clase rural dominante que no acepta y nunca ha aceptado perder sus privilegios. La violencia física (amenaza, asesinatos, despejos, entre otros) posee número que evidencia la masacre de por lo menos 1,5 mil campesinos en los últimos 25 años en Brasil, según datos de la Comisión Pastoral de la Tierra. En esta investigación, nos concentramos en relatar y demostrar la violencia simbólica contra los campesinos, cometida por la grande prensa a través de los periódicos. Para tanto, hicimos un recorte de la década de 1980 en Rondônia al hacer el análisis de un de los diarios de mayor alcance de la época – *O Alto Madeira* – y lo relacionando con reportajes del diario *Folha de São Paulo* y otros periódicos de menor alcance en el estado en aquella década. El análisis minucioso y contextualizado de cada reportaje acerca del litigio agrario puede evidenciar la violencia simbólica y la reproducción del orden vigente, lo que significa el mantenimiento de las elites ruralistas en el poder económico y político. La violencia física por veces es omitida en los reportajes o reproducida objetivando legitímala y naturalízala en la sociedad, construyendo lo que identificamos como la negación de la existencia de personas sin tierras en el país, con la masificación de la retórica de que los campesinos que ocupan fincas son delincuentes, terroristas o instrumentos del comunismo. Hay juntamente con ese discurso, la construcción de otro: del “atrasado” hombre rural, que no encuentra lugar en la “modernidad”, pautada por los intereses del agronegocio. Así, se va practicando en contra del campesino, por la grande prensa, la violencia simbólica que tiene el poder mágico de, según Bourdieu (2007), alcanzar una fuerza, que no física, pero invisible, por medio de un sistema de formas simbólicas para mantener la estructura de dominación propia del sistema capitalista.

Palabras Clave: Litígio agrário. Campesino. Rondônia. Periódicos. Prensa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8
CAPÍTULO I – BREVE HISTÓRICO DO LITÍGIO AGRÁRIO NO BRASIL E NA AMAZÔNIA.....13
I. O LATIFÚNDIO E A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NO BRASIL 13
II. CONFLITOS POR TERRA 22
II.I CANUDOS: MEMÓRIA EM DISPUTA 23
II.II AS LIGAS CAMPONESAS.....29
III. O LITÍGIO AGRÁRIO NA AMAZÔNIA: INÍCIO, MEIO E SEM FIM... 35
III.I OS PERÍODOS DE EXTRAÇÃO DA BORRACHA 38
IV. A DITADURA CIVIL-MILITAR E A PRIVATIZAÇÃO DE TERRAS NA AMAZÔNIA 43
IV.I AS CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA MILITAR NO TERRITÓRIO DE RONDÔNIA: OS LITÍGIOS AGRÁRIOS.....47
CAPÍTULO II – VIOLÊNCIA SIMBÓLICA, MÍDIA E COMUNICAÇÃO DE MASSA ...56
I. COMUNICAÇÃO DE MASSA 56
II. VIOLÊNCIA SIMBÓLICA 64
III. MÍDIA.....70
IV. MÍDIA NO BRASIL 74
V. MÍDIA EM RONDÔNIA.....81
VI. OS JORNAIS EM RONDÔNIA NA DÉCADA DE 1980 83
CAPÍTULO III - REPRESENTAÇÃO DO LITÍGIO AGRÁRIO EM RONDÔNIA NA DÉCADA DE 1980 88
I. JORNAL: FONTE OU OBJETO?.....88
II. JORNAL: FONTE *E* OBJETO.....90
III. VIOLÊNCIA NA OMISSÃO 103
IV. A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA.....106
V. O VIOLENTO DISCURSO.....116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 126

INTRODUÇÃO

Não temos a pretensão de descrever as raízes e representações do litígio por terra (luta pela terra, litígio agrário e tantos outros termos sinônimos) em Rondônia na década de 1980 e dar-lhe uma conclusão. A ideia sempre foi problematizar o assunto. Construir uma discussão sobre o tema e partir para outras dimensões da violência sobre o homem do campo: a violência simbólica. Lembrar que existem outros algozes dessa violência.

Com atuação na assessoria jurídica da Comissão Pastoral da Terra em Rondônia, a autora acompanhou casos de grupos de sem terras e trabalhadores rurais que sofreram os mais diversos tipos de violência em sua luta pela permanência no campo. Diante dessa realidade e, observando como essa classe social e suas lutas muitas vezes não possuem voz na grande imprensa, sendo ignoradas e estereotipadas, surgiu o interesse em, através dos estudos culturais, imbricar na pesquisa com jornais da década de 1980.

Para possibilitar a pesquisa, fizemos o recorte da década de 1980, pelo fato de representar, a nosso ver, um momento de "transição" – mesmo que falaciosa – da "redemocratização" da imprensa. Não recairíamos, portanto, no "pretexto" da influência e censura militar, mas estaríamos analisando uma imprensa supostamente "livre" e "imparcial". Além disso, foi a década em que mais se discutiu sobre a reforma agrária no espaço midiático, diante de sua inclusão no texto constitucional de 1988 e a implantação do primeiro Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), pelo presidente da "Nova República" José Sarney. A discussão sobre a reforma agrária, de certa forma, abriu a "redemocratização" do país. Lembremos que a reforma agrária estava prevista também nas reformas de base do Governo deposto de João Goulart pelo Golpe civil-militar de 1964. Na década de 1980, apesar dessa "redemocratização", a elite ruralista do país sequer permitiu que a discussão sobre a reforma agrária fosse realizada democraticamente nos meios de comunicação. E nem discutiremos aqui sobre a reforma agrária "tutelada" que o governo pretendia implantar. Fato é que, mesmo ciente de que a reforma agrária pretendida pelo governo não mudaria a estrutura agrária brasileira, baseada na concentração fundiária e grilagem de terras públicas, essa elite ruralista fez de tudo

para impedir que ela fosse debatida e, quem sabe, conquistar apoio social. Muitas aspas, como se vê, são necessárias.

Se nos livros de história (oficial) o povo quase não aparece, como diz Júlio José Chiavenato (2000), por que seria diferente com a imprensa? Estamos falando de um meio de comunicação que Nelson Werneck Sodré (1980) chamava de jornal-empresa, ou seja, com interesses particulares de sobrevivência financeira. Partindo dessa perspectiva podemos considerar (em contraponto à ideia naturalizada e massificada de que imprensa apresenta informação de forma imparcial) que todas as matérias jornalísticas são patrocinadas, e não apenas aquelas do setor de classificados. Representam o interesse de uma classe, seja a detentora do jornal, seja à qual ela apoia. Aliados, portanto, aos interesses políticos e econômicos, os jornais se tornam, além de *fontes* de pesquisa, verdadeiros *objetos* de pesquisa. E assim podemos avaliá-los com mais seriedade, dando a eles a categoria que merecem na história: fonte **e** objeto.

Os jornais, enquanto "enciclopédias do cotidiano" (LUCA, 2008, p. 112) começaram a ser considerados como fonte de pesquisa histórica no Brasil há poucas décadas, isto porque, no início do século XX, segundo Leite (2014), eram tratados ora com desprezo pelos historiadores, ora com enaltecimento. Agora, no entanto, estão em seu devido lugar, sendo analisados de forma crítica e no seu contexto histórico, e podem nos fornecer os subsídios de que procuramos.

Utilizamos os jornais nesta pesquisa mais como *objeto* do que como *fonte*, já que nosso objeto de pesquisa é justamente a forma como os jornais se portavam diante dos acontecimentos envolvendo litígio agrário no estado de Rondônia na década de 1980.

Os estudos culturais nos dão o suporte metodológico e teórico para esta análise. Luca (2008, p. 112 e 113), a par da renovação metodológica trazida pelos estudos culturais, chama atenção para o "vendaval causado pela História Nova" e a "profunda renovação do marxismo", marcada pelas análises de autores como Raymond Williams, Perry Anderson, Christopher Hill, Eric Hobsbawm e, principalmente, E. P. Thompson, onde, para ela, abandonou-se a ortodoxia economicista, reconhecendo a "importância dos elementos culturais, não mais encarados (apenas) como reflexo de realidades mais profundas".

Esses novos estudos propiciaram a mudança na forma de “encarar” a fonte histórica ao longo do século XX.

Por isso chegamos aos jornais. Escolhemos como fonte principal de pesquisa o jornal *Alto Madeira,* de circulação regional, fundado em 1917 e ainda em atividade, considerado um dos jornais mais antigos do país (o que lhe rende, inclusive, enaltecimentos poéticos por parte da própria imprensa local), já tendo feito parte dos “Diários Associados”, de Assis Chateaubriand.

A história do jornal é interessante, sempre relacionada com os interesses da elite política e econômica local e, como jornal antigo, pode-se associá-lo a fatos políticos significativos do país no século XX: desde o apoio ao golpe de Estado de Getúlio Vargas em 1937, ao apoio ao também golpe civil-militar de 1964. Além de ser um dos jornais como maior tiragem no estado na década de 1980.

Utilizamos outros jornais locais como fonte (e objeto) subsidiária, e do jornal *Folha de São Paulo,* de circulação nacional (inclusive em Rondônia) que, desde a própria década de 1980 se consolidava como o jornal com maior circulação e venda no país. Utilizamos também como fontes documentos e cadernos de conflitos agrários editados pela Comissão Pastoral da Terra na década de 1980.

Não adentramos, na pesquisa, sobre as mídias alternativas, mesmo sabendo de sua existência em Rondônia na década de 1980, isto porque o objeto da pesquisa refere-se à massificação do senso comum e das representações dos litígios pela grande imprensa, esta que alcança invariavelmente grande parte da sociedade. Infelizmente, ainda hoje, com o avanço e popularização da internet, os sítios *on-line* que apresentam informações provenientes de grupos “não hegemônicos” são pouco acessados. Podemos tomar como exemplo a notícia de um despejo de famílias sem terras em área de conflito agrário no estado de Rondônia veiculada em seus populares sítios *on-line* sensacionalistas que obtém, em apenas um dia, mais de 3 mil visualizações, enquanto a mesma notícia, apresentada de forma crítica, no sítio *on-line* da CPT/RO obtém nem mais que 20 acessos num mesmo dia.

Ou seja, quem “constrói a verdade” é a grande imprensa. Por isso ela nos interessou nesta pesquisa.

Utilizamos dos conceitos de violência simbólica de Pierre Bourdieu, que nos descortina o trajeto da “dominação dos dominados” através da comunicação de

massa, que engendra um discurso dissimulado e intuitivamente reproduzido, inclusive pelas vítimas da violência. A mídia detém, portanto, um “poder quase mágico”, que “permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica)”. Ora, constrói a verdade.

Balizamo-nos também por Antônio Gramsci (1980), em seus conceitos de hegemonia e senso comum que nos direcionaram a uma análise mais profunda, embora não tenhamos esgotado tais temáticas no decorrer da pesquisa.

A pesquisa divide-se em três capítulos, sendo o primeiro uma tentativa de contextualizar o histórico do litígio agrário no Brasil e na Amazônia, a fim de situar o leitor nas raízes da concentração fundiária no país e, portanto, do conflito fundiário. Como pensamos, deveríamos discutir sobre o mito da ocupação do espaço “desocupado” que foi vivenciado também na Amazônia, do massacre de índios, da vida de seringueiros, da história caluniada de Canudos, das ligas camponesas e da grilagem de terras públicas na Amazônia. Não víamos sentido em discorrer sobre a representação dos litígios agrários, sem antes contextualizá-los e expor suas faces.

Adiante, no capítulo dois, pensamos em discutir sobre violência simbólica e comunicação de massa, referenciando autores da Escola de Frankfurt e outros como Bourdieu, John B. Thompson, Guareschi, Fadul e Marcuse.

No último capítulo, na pesquisa com a utilização dos jornais, alcançamos nosso objetivo com as tantas reportagens que conseguimos angariar, embora, na verdade, a conclusão sobre o comportamento do jornal *Alto Madeira* diante dos litígios agrários em Rondônia foi a de omissão. Os meios alternativos de imprensa e a própria CPT denunciavam que o estado vivia um “verdadeiro barril de pólvoras”, o que era fruto da política militar para a região, que entregava imensas áreas de terras a empresários/latifundiários enquanto, ao mesmo tempo, estimulava a migração de população pobre, vindas, em sua maioria, do Sul e Sudeste do país. O que gerou conflitos intermináveis: o povo afinal não tinha terra para viver, o INCRA não dava conta dos projetos de assentamento ou assentava em áreas inférteis e sem a mínima estrutura, o que fatalmente gerava a ocupação pelos migrantes das áreas cujos títulos de propriedade já tinham sido entregues pelo INCRA a fazendeiros/empresários, gerando os despejos “privados” realizados por jagunços, ou despejos judiciais, realizados com mesmo requinte de violência pela polícia. Além disso, os colonos (assim chamados os migrantes) também ocupavam terras

indígenas (o que, aliás, segundo referências do Conselho Indigenista Missionário – CIMI – à época, eram até estimuladas pelo governo), o que também gerava conflitos violentos.

Mas para o jornal *Alto Madeira,* o acesso a terra no estado ocorria de “forma ordenada”, com as “competentes” políticas do governo militar para a Amazônia. Para o jornal, a migração era um sucesso. Pela sua leitura, é como visualizarmos um senhor distinto e elegante caminhando no meio de uma guerra, chutando os mortos e desviando das balas, com a preocupação apenas de ajeitar a gravata.

Os discursos de “negação” dos sem-terras e da naturalização da violência praticada contra eles foram sendo construídos. O Senso comum – captado de forma acrítica, segundo Gramsci – foi sendo reproduzido pela grande imprensa, e não faltaram exemplos dessa reprodução, conforme reportagens que apresentamos no capítulo da pesquisa.

CAPÍTULO I – BREVE HISTÓRICO DO LITÍGIO AGRÁRIO NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

I. O LATIFÚNDIO E A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NO BRASIL

Em 1500, a Coroa Portuguesa, determinada a garantir a posse de suas novas terras no Brasil, colonizando-as, implantou um sistema que já existia desde o século XIV, o das sesmarias, que nada mais eram do que terras consideradas abandonadas às quais eram tomadas pela Coroa e cedidas a novos povoadores através dos Sesmeiros, antigos magistrados portugueses que eram eleitos para dividir e distribuir as sesmarias (MEDEIROS, 2012, p. 445).

Martim Afonso de Souza é considerado o primeiro latifundiário brasileiro, porque a ele teria sido concedido o primeiro documento das sesmarias no Brasil:

> Em 20 de novembro de 1530, foi dada a carta patente, primeiro documento das sesmarias no Brasil, para Martin Afonso de Souza, que para o Brasil se dirigiu na expedição de 03 de dezembro daquele mesmo ano, portando três cartas régias, na qual a primeira autorizava-lhe a tomar posse das terras que descobrisse, além de o direito de organizar o governo e administração civil e militar; a segunda concedia-lhe o título de capitão-mor e de governador do Brasil e a terceira permitia-lhe conceder sesmarias das terras que encontrasse, desde que as aproveitassem. (REIS, 2011, p. 2)

Assim, com o intuito de garantir a posse das novas terras e, ignorando por completo a existência dos ocupantes locais – povos indígenas[1] – a Coroa Portuguesa cedeu uma parcela do que hoje representa o Brasil (a maior parte litorânea) a uma só pessoa.

A intenção de Portugal era fazer as terras produzirem e por isso elas somente eram cedidas a pessoas com recursos financeiros, que tinham o compromisso de cultivá-las, sob pena de perda da concessão (MEDEIROS, 2012).

O Capitão-Mor Martin Afonso de Souza poderia distribuir as terras a quem lhe aprouvesse, com a condição de que o recebedor as *fizesse produzir*, ou seja, aqui se observava a aplicação teórica do princípio da produtividade da terra que permeia

[1] Segundo dados estimativos da FUNAI – Fundação Nacional do Índio – a população indígena em 1500 era de aproximadamente três milhões no Brasil, e em 2010 contava com pouco mais de oitocentos mil. Disponível em www.funai.gov.br. Acessado em 03/10/2015.

a legislação atual[2] que, na prática, acabava não ocorrendo, tendo em vista as grandes quantidades de terras dadas a uma só pessoa.

Após as sesmarias, introduziram-se as capitanias hereditárias, método já utilizado antes pela Coroa Portuguesa em Cabo Verde e Ilha da Madeira, igualmente suas colônias, sendo que inexistia a propriedade privada da terra, apenas a sua concessão (NAKATANI, 2012).

> Em 28 de fevereiro de 1532, Martin Afonso de Souza foi informado de que Dom João III tinha decidido dividir o litoral do Brasil, de Pernambuco até o Rio da Prata, para assim dar início às capitanias hereditárias. Deve-se ressaltar que o governo português dava mais importância ao comércio das índias do que ao Brasil, fato que resultou na liberação de terras na quantidade que lhe pediam, além da concessão do título de capitão e da atribuição de poderes de jurisdição civil e criminal (...). Quando a Corte portuguesa percebeu que as capitanias eram uma péssima forma de colonização, João III revogou os poderes de todos os capitães, restando somente o capitão da Bahia, Tomé de Souza, passando este a ser o Governador Geral de todas as capitanias. (REIS, 2011, p. 02)

Segundo REIS (2011), o princípio de produtividade da terra constante nas Ordenações Filipinas foi revogado por Tomé de Souza no Regimento 17 de 1548, que passou a dispor o contrário:

> [...] tinha início o esboço do latifúndio, sendo concedidas largas terras para a construção de engenhos de açúcar e similares, justificadas pela necessidade alegada pelo beneficiário, que sempre afirmava ser *homem de grandes posses.* Eram estes os futuros senhores de engenho e fazendas que iriam logo formar a aristocracia econômica da sociedade colonial. Por contingências do mercado mundial e da relação colonial prevaleceu o cultivo de um só produto: a monocultura da cana-de-açúcar, que se desenvolveu com base na exploração da mão-de-obra escrava trazida da África. Este foi o quadro que dominou a economia brasileira durante três séculos: a grande propriedade na mão dos amigos do rei, o regime escravocrata e a monocultura voltada à exportação. (REIS, 2011, p. 3)

Entretanto, era necessária mão de obra e, dessa forma, a Coroa por um momento parou de ignorar os indígenas e começou o processo de tentativa de sua

[2] A Constituição Federal de 1988 dispõe que a propriedade deve cumprir sua função social, nela implícita o princípio da produtividade: Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

escravização, no cenário de produção voltada para exportação de cana-de-açúcar, essencialmente. Com a frustrada escravização indígena, adveio a opção da mão de obra africana, e o regime escravagista perdurou por três séculos no Brasil.

Estruturalmente as bases do latifúndio estavam sendo formadas. As terras somente eram concedidas a pessoas que, no julgamento da Corte, teriam condições financeiras de explorá-las. Eram cedidas aos ricos com a condição de que eles as fizessem produtivas, o que na prática não ocorria.

Observando-se atentamente o surgimento do domínio da terra através de sua *posse* de fato por famílias pobres, foi promulgada a Lei de Terras de 1850, a qual passou a considerar a *propriedade* da terra única e exclusivamente através de compra e venda[3], ou seja, garantindo o empecilho à propriedade de terras por famílias pobres e também aos negros, já que o fim da escravidão já era esperado nessa época, embora tenha ocorrido somente em 1888.

A Lei de Terras representava o temor da *quebra do monopólio da terra,* e mais uma vez somente os ricos teriam acesso a terra no Brasil, e assim foi se formando e concretizando a estrutura agrária brasileira, no contexto da divisão internacional do trabalho.

O advento da referida lei é marco importante no processo histórico para se entender a estrutura agrária brasileira, que se encontrava na transição do modelo mercantil-escravista para o capitalista, implicando que a terra deixasse de ser condição social de produção para se transformar em mercadoria, passível de compra e venda no mercado (GADELHA, 1989). Gadelha (1989, p. 09) recupera uma frase emblemática dos anseios da época dita pelo Deputado Barbosa do Rio de Janeiro, em discurso proferido no mesmo ano da promulgação da Lei de Terras (1850): "*A terra deve adquirir valor e os proprietários renda"*. A autora conclui que a finalidade da lei seria "destruir as antigas formas de apropriação do solo*",* e que ela "marca o início da era capitalista*"* no Brasil (GADELHA, 1989, p. 9-10).

[3] Antes da Lei de Terras de 1850, não havia uma legislação que tratasse da propriedade rural, sendo característica da época que a família se apossasse e passasse a ter seu domínio, porque assim era legitimada perante a sociedade local. A Lei de Terras inovou ao dispor a necessidade de registrar a terra no que atualmente representa o cartório de registro de imóveis, de forma que ela somente se daria através da compra e venda. As famílias posseiras passaram então a não poder registrar sua posse, advindo a insegurança sobre a propriedade que a qualquer momento poderia ser tomada por alguém que aparecesse com o título. As terras que a ninguém pertenciam foram consideradas devolutas – deveriam ser devolvidas ao Império.

> A Lei de Terras foi a primeira lei agrária "nacional", de suma importância para a generalização da apropriação da terra como mercadoria e a posterior superação do escravismo e consolidação da economia mercantil apoiada no trabalho livre. Fruto de disputas entre várias correntes políticas, ela deveria disciplinar a apropriação territorial do país e pôr freio aos apossamentos, ao mesmo tempo em que serviria na discriminação, medição e venda das terras devolutas. Há tempos, a ocupação territorial do Brasil preocupava certos setores da sociedade, aparecendo inclusive em algumas propostas legislativas. Porém, somente na conjuntura dos anos 1840 foram efetivamente discutidos os projetos que resultariam na Lei de Terras. (ORTIZ, 2009, p. 35)

Como definiu Mendes (2009, p. 12), a conjuntura da época representou uma dificuldade prática nesta transição do escravismo para as relações capitalistas de trabalho, estabelecendo-se um "notável paralelo entre a parceria agrícola no café e a escravidão", muito devido à mentalidade escravocrata dos fazendeiros.

Após a emancipação do Brasil, sua estrutura agrária se manteve, e as elites oligárquicas permaneceram, com a orientação da monocultura escravista. Este era, portanto, o cenário propício para o conflito. No entanto, não se tinha no século XIX um *proletariado* rural[4], tendo em vista que a mão de obra era escrava e os pequenos produtores eram dependentes dos grandes, pois a eles vendiam sua produção.

Ao nosso ver, sustou-se a formação de uma nova ordem social competitiva e criou-se um bloqueio violento no processo de mobilidade social, "como que congelando o tempo histórico e político e, nesse bojo, a questão agrária" (NAKATANI, 2012, p. 6). Dessa forma,

> Durante 388 anos, o latifúndio colonial e feudal e seu semelhante, o sistema escravista de plantação, lançaram mão dos mais variados meios a seu alcance para impedir que as massas humanas oprimidas, que vegetavam a ourela das sesmarias ou se agregavam aos engenhos e fazendas, tivessem acesso à terra e nela fixassem em caráter permanente suas pequenas ou médias explorações. Quando aqui ou ali o fizeram, longe do núcleo principal das plantações e a seu derredor, eram, mais cedo ou mais tarde, expulsas com dilatação dos cultivos ou das criações dos grandes senhores. E, se lhes concediam pequenos tratos de terra para a agricultura necessária ao seu sustento, era com a finalidade de mantê-las subjugadas, como mão-de-obra de reserva, dentro ou às proximidades dos latifúndios. (GUIMARÃES, 2009, p. 45)

[4] Segundo IANNI (1971), a formação do proletariado rural no Brasil foi um processo lento, que dependeu da transformação do camponês em trabalhador livre assalariado, vendedor de sua força trabalho, que passou por três fases: escravo, lavrador e proletariado. Transformação que se iniciou com a Lei do "Ventre Livre", de 1871, até o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963.

Como bem resumiu Guimarães (2009) havia grande temor em acabar com o monopólio da terra, protegida a mãos de ferro pelas oligarquias rurais, situando como aparecimento da pequena propriedade no Brasil apenas com a vinda dos imigrantes europeus no século XIX, fazendo decair a concepção equivocada e historicamente perpetrada de que o surgimento retardado da pequena propriedade se deu em vista da incapacidade das populações nativas para o trabalho.

> Jamais, ao longo de toda a história da sociedade brasileira, esteve ausente, por um instante sequer, o inconciliável antagonismo entre a classe dos latifundiários e a classe camponesa, tal como igualmente sucedeu em qualquer tempo e em qualquer outra parte do mundo. (GUIMARÃES, 2009, p. 48)

No século XIX também se transparece, portanto, a transformação da terra como mercadoria no Brasil – de forma retardatária em relação a outros países – e em 1849 Edward Gibbon Wakefield[5] publica o livro *A View of the Art of Colonization*[6] (Uma visão sobre a arte da colonização), trazendo a ideia da "colonização sistemática", o que resumia no seguinte:

> As terras virgens não deveriam ser postas ao alcance das populações pobres por preços baixos, a elas acessíveis, porque, se assim acontecesse, os homens e mulheres mais capazes se transformariam em produtores independentes em vez de se engajarem como trabalhadores nas propriedades dos latifundiários. (GUIMARÃES, 1963, p. 49)

Nesse sentido, inferimos a partir das evidências e referências, sobre a influência da teoria de Wakefield no sistema de colonização estatal aplicado no Brasil[7]. Guimarães (1963) ainda coloca que o processo de transição da terra-privilégio para a terra-mercadoria foi lento e gradual no Brasil, só findando com o franco desenvolvimento em larga escala das relações mercantis.

Ainda sobre a terra-mercadoria e Wakefield - o teórico do neocolonialismo britânico - Karl Marx dedicou um capítulo do Tomo II de *O Capital*, tamanha a

---

[5] "Marx se refere ao livro do empresário Edward Gibbon Wakefield que relatando a sociedade colonial critica o que denomina de colonização espontânea e desordenada e defende uma colonização sistemática. O livro de Wakefield conta a história do Sr. Peel, que perpassa pela tragédia e pela comédia. Sr. Peel deixou a Inglaterra e partiu para a colônia na Nova Holanda, no distrito de Swan River. Mas, ele não foi sozinho, levou consigo 30 mil libras esterlinas em espécies e três mil trabalhadores, famílias inteiras, entre homens, mulheres e crianças. No entanto, depois de alcançado o local de destino, a história revelou sua face trágica e cômica, pois 'o Sr. Peel ficou sem nenhum criado para fazer sua cama ou para buscar-lhe água no rio'." (PRADO, 2008, p. 02).

[6] *Uma visão sobre a arte da colonização*, em nossa tradução livre.

[7] Ortiz (2009) relata que os parlamentares brasileiros deste período discutiam/conheciam as teorias de Wakefield.

importância de suas teses nos processos de colonização local dirigida dos países colonizados:

> Essa constante transformação dos trabalhadores assalariados em produtores independentes, que em vez de trabalhar para o capital, trabalham para si mesmos, e em vez de enriquecer o senhor capitalista, enriquecem a si mesmos, repercute de forma completamente prejudicial sobre as condições do mercado de trabalho. Não é apenas o grau de exploração do trabalhador assalariado que fica indecentemente baixo. Esta última perde também junto com a relação de dependência, o sentimento de dependência em relação ao capitalista abstinente. Daí, portanto, todos os males que nosso E. G. Wakefield descreve de forma tão honrada, tão eloqüente e tão comovente. (MARX, 1996, p. 388).

Como a *posse* acabara de ser legalmente destituída pela Lei de Terras de 1850 e sendo ela até então a única forma dos *intrusos e posseiros*[8] acessarem a terra, restou uma gama de trabalhadores rurais sem terras a disposição do novo *mercado*, já que, seguindo as teses de Wakefield, o país jamais daria condições às famílias pobres de obter terras públicas (devolutas, desocupadas, virgens) pelo singelo motivo de que elas estavam fadadas a vender sua mão de obra para o capital. E assim se sucedeu[9].

Cabe retornar um pouco o período, para informar que em 1822 a Resolução 17 põe termo definitivo às sesmarias e,

> a partir dessa data, ao contrário de cessarem, sucedem-se as doações das terras públicas que se iriam converter em imensos latifúndios, mas também prosseguem as ocupações de lotes menores, por parte dos pequenos cultivadores, intensificando-se os litígios, as contendas entre sesmeiros e posseiros confinantes, os esbulhos dos lavradores sem recurso pelos senhores dos latifúndios. (GUIMARÃES, 1963, pag. 55)

---

[8] *Intrusos e posseiros* são considerados por Guimarães (2009, p. 51) como os precursores da pequena propriedade camponesa, isto porque enfrentavam o poder do latifúndio, de forma audaciosa, sem proteção legal, fazendo da *posse* "a arma estratégica de maior alcance e maior eficácia na batalha secular contra o monopólio da terra".

[9] "Num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa". Assim demonstra José de Souza Martins (1986, p. 32) sobre a transfiguração da propriedade da terra como "meio para extorquir trabalho e não para extorquir renda", o que resume as teses de Wakefield, que se baseava no impedimento da população acessar as terras livremente, já que o sistema escravista havia então findado e o período substituía a acumulação primitiva na produção da força de trabalho. Wakefield estabelecera que a terra deveria ter um *preço suficiente*, que impedisse a população pobre de adquiri-la.

No final do século XIX o plano do capital internacional[10] estava traçado para o Brasil. No entanto, havia uma massa de *intrusos e posseiros* que insistia em ocupar regiões “desocupadas” do país, criando uma classe de pequenos agricultores rurais e gerando conflitos agrários com latifundiários[11]. Isto porque, segundo Mendes (2009), havia a implantação de um modelo legal excludente de ocupação do território brasileiro, o que acabou perpetuando os conflitos.

A intenção naquele período era a transição para mão de obra “livre” e a busca de subsídios do Estado para sua arregimentação, sobretudo para as fazendas cafeeiras (substituindo a produção exclusiva de açúcar), e expansão da fronteira agrícola. Cabe-nos dispor sobre a importância da imigração europeia nesse período, cujos imigrantes foram alocados para os trabalhos nas grandes fazendas, em situação de exploração, como afirmou Caio Prado Júnior (1980).

Inicialmente devemos esclarecer três fatores. Primeiramente, que a mão de obra “livre” europeia não exatamente substituiu a mão de obra escrava, tendo elas coexistido num mesmo espaço; segundo que, nem todos os imigrantes europeus *importados* para trabalharem nos cafezais brasileiros eram agricultores[12]; e terceiro que, paralelo ao projeto de importação de mão de obra, devemos incluir o “projeto de modernidade” perpetrado pelas elites nacionais, que tinha em vista o propósito de “embranquecer” o país, já que o negro, na visão daquelas, era sinônimo de atraso.

Chegando ao Brasil, segundo Oliveira (1992), muitos imigrantes retornaram aos seus países por se depararem com situações de trabalho degradante e exclusivamente rural, afinal vinham de um contexto muito diverso, pois a Europa estava em pleno processo de industrialização. Também houve uma parcela de

[10] Referimos à divisão internacional do trabalho, que podemos considerar a função produtiva correspondente a cada Estado nação dentro do sistema internacional (SANTOS, 2006).
[11] Sem desconsiderarmos a gênese dos conflitos fundiários no século XVII com a formação dos quilombos, e a resistência indígena.
[12] O trabalho da Professora Maria Coleta F. A. de Oliveira (1992), intitulado “*A Imigração Italiana para o Brasil e as cidades*” informa que somente 60% dos imigrantes que adentraram no Brasil pelo Porto de Santos/SP de 1908 a 1936 se declararam agricultores. Destes, apenas metade dos imigrantes italianos (que representaram a maioria dos imigrantes da época) se declararam agricultores.

imigrantes destinada à construção de ferrovias[13], mas grande parte foi destinada às fazendas, para inicialmente trabalharem como parceleiros[14].

Segundo Caio Prado Jr. (1980), o principal objetivo da politica imigratória era resolver a urgente escassez de mão de obra dos fazendeiros paulistas. Naquele contexto, ganhava evidência Nicolau de Campos Vergueiro, Senador por São Paulo, em sua atuação na política imigratória. Fazendeiro de expressão econômica, trouxe considerável número de imigrantes europeus para trabalhar em suas fazendas. O Senador Vergueiro havia inaugurado uma prática, que passou a ser seguida sucessivamente por outros fazendeiros da época[15]. Segundo Mendes (2009), ele trouxe 423 imigrantes alemães para sua fazenda Ibiacaba em 1847, para trabalhar no sistema de parceria[16].

As más condições a que eram submetidos os imigrantes no Brasil começaram a causar certo repúdio na Europa, inclusive através de documentos oficiais que desestimulavam a imigração e denunciavam as precariedades, razão pela qual houve a necessidade de se realizar a *imigração subvencionada* (PRADO JR., 1980).

---

[13] O Brasil, com sua imensa fronteira agrícola, teve várias ferrovias financiadas pelo mercado internacional com vistas ao escoamento da produção para o exterior nessa época. Nesse contexto também houve a construção da Ferrovia Estrada de Ferro Madeira-Mamoré na Amazônia, que ligaria as cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, iniciada com capital inglês e canadense através da *Madeira Mamoré Railway and Company* (MMRC) com o objetivo de construir 366 quilômetros de ferrovia (SOUZA, 2002).

[14] Alguns imigrantes também foram direcionados para a indústria. José de Souza Martins (2013, p. 246, 247 e 255) narra sobre a participação do imigrante europeu no processo de industrialização do Estado de São Paulo em fins do século XIX, desmistificando a ideia de que o imigrante europeu (sobretudo italiano) pobre teria iniciado a industrialização no estado, e "graças à perseverança no trabalho tornaram-se ricos e poderosos". Para ele, esses imigrantes que obtiveram sucesso na indústria, tornando-se empresários, já encontraram um quadro de relações e oportunidades econômicas "praticamente definidas". O autor adverte: "é preciso não esquecer de que ele veio para o Brasil pela mão e pelo interesse de uma burguesia agrária e comercial, aliada ao comércio e aos bancos internacionais". Grande maioria desses imigrantes que se voltaram à indústria, no entanto, tornaram-se operários: "principal contingente da classe trabalhadora que nascia sob os auspícios da industrialização propiciada pelo café e pelas transformações nas relações de trabalho", segundo o autor.

[15] Nesse período o tráfico de escravizados africanos já estava proibido pela Lei Eusébio de Queiroz de 1850, e a mão de obra começava a ficar escassa, razão pela qual optaram os fazendeiros pela captura da mão de obra "livre" dos imigrantes europeus (PRADO JR., 1980).

[16] O senador Vergueiro inaugurou, em 1846, a sua Casa Vergueiro & Cia.,"firma comercial que, entre outras funções, realizava o engajamento de imigrantes na Europa para trabalhar na cultura do café, no Brasil. Houve inclusive revolta de imigrantes na própria fazenda do Senador, liderada pelo suíço Thomaz Davatz, que ao retornar para Europa, teria escrito sobre a experiência de escravidão branca sofrida por ele e outros imigrantes: Os colonos que emigram, recebendo dinheiro adiantado, tornam-se, pois, desde o começo, uma simples propriedade da Vergueiro & Cia. E em virtude do espírito de ganância [...] que anima numerosos senhores de escravos, e também da ausência de direitos em que costumam viver esses colonos na província de São Paulo, só lhes resta conformarem-se com a ideia de que são tratados como simples mercadorias, ou como escravos" (MENDES, 2009, p. 03 e 05).

Esta consistia no “alistamento” oficial dos imigrantes, cuja distribuição às fazendas era também realizada de forma oficial, respeitando-se as demandas:

> Os imigrantes, que chegavam em grupos numerosos, eram, depois de desembarcados em Santos, imediatamente fechados e trancados nos vagões da estrada de ferro. O trem que os conduzia para São Paulo (e do qual tinham a oportunidade de “admirar as belezas naturais da Serra do Mar”, como afirma um depoimento apologético da “imigração subvencionada”), depositava-os diretamente no pátio da Hospedaria dos Imigrantes (...). Os imigrantes alojados na hospedaria não podiam afastar-se dela, e aí permaneciam como numa verdadeira prisão (...). Uma vez fixado o destino do imigrante, a fazenda para a qual fôra designado (assunto em que não era consultado) era novamente embarcado na própria estação da Hospedaria; e mais uma vez, sob estreita vigilância, transportado para a estação mais próxima daquela fazenda, onde já o aguardava o fazendeiro ou seu preposto para receber e tomar posse de seu novo trabalhador (PRADO JR., 1980, p. 241).

Faremos uma ressalva na utilização de Prado Jr., pois suas obras são criticadas pela forma contraditória e degradante com que trata negros e índios, infirmando a culpa desses povos no processo de sua escravização, considerando-os “corpos estranhos” na sociedade do país naquele período (MOTTA, 2014).

Souza (2005) atenta para o “projeto de modernidade” preparado pelas elites brasileiras, que também visava “embranquecer” o país, daí também a necessidade da imigração europeia[17]. Em sua análise sobre a concretização desse projeto[18] no espaço urbano da cidade paulista de Ribeirão Preto no final do século XIX, o autor conclui:

> Como podemos perceber a questão não se resumia simplesmente em substituir a força de trabalho, mas de se reduzir, na província de São Paulo, a presença dos negros, os quais, na visão das elites, representavam o atraso que deveria ser superado com a presença

[17] Sevcenko (2003, p. 41), em análise a implantação desse projeto de “modernidade” na estrutura urbana do Rio de Janeiro no século XIX, bem afirma que: “Era preciso, pois, findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundície e promiscuidade, pronta para armar em barricadas as vielas estreitas do Centro ao som do primeiro grito de motim”. A imagem do “progresso” e da “civilização” era a obsessão coletiva da nova burguesia, segundo o autor, e “somente oferecendo para o mundo uma imagem de plena credibilidade era possível drenar para o Brasil uma parcela proporcional da fartura, conforto e prosperidade em que já chafurdava o mundo civilizado”.

[18] Para Daou (2004, p. 17), o Brasil assumia um lugar no conjunto de transformações pelo qual passava o mundo nesse período, “sob influência e domínio das economias industriais e das crenças e valores a estas correlatas”. Segundo a autora, antes mesmo da “presença de produtos industriais, dos bens de consumo europeus e americanos no cotidiano de sociedades geograficamente distantes dos centros de produção, os valores tributados do credo liberal encontravam adeptos e vieram a formar as bases da aceitação para que as expansões europeia e americana encontrassem ambiente particularmente favorável”. Apresenta como exemplo, as transformações da forma de sociabilidade da elite.

> dos europeus, considerados a “raça superior” garantidora do progresso, os novos agentes da civilização. (SOUZA, 2005, p. 58).

Nakatani (2012) atribui para esse período uma razoável formação das pequenas propriedades, tendo em vista que alguns imigrantes, aproveitando-se da valorização do preço do café, acabaram se tornando proprietários de pequenas glebas[19].

Observamos que no final do século XIX iniciou-se o desenvolvimento dos interesses do capitalismo internacional no Brasil, afetando o então novo trabalhador rural “livre”, impedido de acessar a terra e com sua força de trabalho extraída ao máximo para o *desenvolvimento* da economia. Agora, como interesse do capital, a mão de obra do trabalhador rural vira lucro, e vai ser explorada ao máximo, buscando sempre otimizá-la de forma crescente.

II. CONFLITOS POR TERRA

Ao observar o Brasil do século XIX tem-se a impressão, como deduziu Nakatani (2012), que vários tempos históricos conviviam simultaneamente.

A imigração europeia, a mão de obra escravizada, a industrialização das cidades (do Sudeste), a exploração da terra com técnicas ultrapassadas, o sistema de parceria, o capital.

Um contexto complexo, de difícil análise, denominado por alguns autores como heterogeneidade social brasileira, na qual a mão de obra semiservil[20] do campo contribuiu para a acumulação global da economia, bem mais que o incipiente trabalho assalariado nas cidades.

Em virtude desta contradição, o trabalhador da cidade, em menor número, acabou sendo beneficiado por alguma normatização trabalhista que minimamente lhe garantiu alguns direitos. Enquanto que o trabalhador rural só viria a conquistar esses mínimos direitos muito tempo depois, até porque muitos ainda viviam no sistema arcaico da parceria. Esse contexto não exclui, ao contrário, a luta do

[19] Isso ocorreu tendo em vista o sistema de parceria ou colonato, onde o imigrante convencionava receber uma porcentagem da produção que realizava na terra do fazendeiro, após pagar este os custos de sua viagem e estadia.
[20] O termo é utilizado por Beiguelman (2005).

campesinato, que viria a travar grandes batalhas com o sistema de exploração de sua mão de obra e trabalho, e não menos com sua representação histórica.

II.I CANUDOS: MEMÓRIA EM DISPUTA

Em que pese algumas greves em fazendas de cafezais no Estado de São Paulo[21] no início do século XX representarem as primeiras com ideologia contra-capitalista, houve bem antes uma grande e significativa luta e forma de organização social contra-hegemônica, na cidade denominada Canudos.

A escolha de Canudos – e não de outros inúmeros conflitos por terra que ocorreram no país – se dá em razão do foco desta pesquisa na naturalização da violência. Canudos ganhou projeção mundial por conta do livro de Euclides da Cunha: *Os Sertões*. É um exemplo do estereótipo negativo perpetrado pela historiografia oficial, onde a liderança do grupo é caracterizada como beato e louco.

Corbisier (1991) relata uma comunidade liderada por um homem que não era beato, não fundou uma religião, e tampouco era analfabeto. Antônio Vicente Maciel Mendes - o Antônio Conselheiro e liderança de Canudos - teve a influência do Padre Ibiapina (considerado precursor da *teologia da libertação* segundo Corbisier), e há suspeitas de que tenha a partir daí idealizado a sociedade que viria ajudar a formalizar. Para o autor, Canudos representava verdadeira sociedade comunista no sertão da Bahia: não havia propriedade privada, nem da terra nem dos animais de rebanho; não havia prefeito nem polícia; tudo que a comunidade produzia pertencia à comunidade; não havia miséria nem riqueza. Canudos chegou a desenvolver-se tão consideravelmente que exportava couro excedente para o exterior (MONIZ, 1984).

Não é uma teoria dominante. Há uma verdadeira batalha em torno da memória de Canudos, e várias são as correntes que analisam sua história, segundo Silva (2001): euclidiana, marxista, regionalista e etc.

---

[21] A pesquisa de Welch (citado por Nakatani, 2012) reconstitui cuidadosamente as raízes do movimento sindical camponês no Brasil, especificamente em São Paulo, indicando que precocemente a luta no campo se fez presente na realidade brasileira tendo, como exemplo, a greve ocorrida nas fazendas de café de Ribeirão Preto (SP), em 1912, na maior região produtora de café do mundo. A partir da vinculação de sindicatos rurais, de parte da Igreja Católica e do PCB — Partido Comunista Brasileiro —, o autor percebeu o avanço da mobilização e das teses acerca da questão agrária e das formas de politização e luta dos trabalhadores rurais.

Passou, após seu desenvolvimento, a ser percebida pelo Estado e pela Igreja como uma comunidade subversiva e, em 1897, depois de quatro tentativas frustradas de destruição e mais de cinco mil baixas, o Exército Brasileiro logrou êxito na batalha, *degolando*, *indistintamente, guerrilheiros, velhos, mulheres e crianças* (CORBISIER, 1991).

Canudos é significativo e simbólico. Uma sociedade que ameaçava o *monopólio da terra*, e foi varrida do mapa com requintes de crueldade pelo Estado, para servir de lição. A degola da cabeça representava a necessidade de acabar com a ideologia implícita na comunidade, que lhe dava sentido. Prova disso se reflete nos atos de violência dos soldados, que no ato de decapitação, davam um viva à República, segundo Cunha (2003).

Euclides da Cunha descreveu Antônio Conselheiro como “gnóstico bronco”, ridicularizando-o para a história:

> Uma oratória bárbara e arrepiadora, feita de excertos truncados das *horas marianas*, desconexa, abstrusa, agravada, às vezes, pela ousadia extrema das citações latinas; transcorrendo em frases sacudidas; misto inextricável e confuso de conselhos dogmáticos, preceitos vulgares de moral cristã e de profecias esdrúxulas... Era truanesco e era pavoroso.
> Imagine-se um bufão arrebatado numa visão do apocalipse... (CUNHA, 2003, p. 160).

Enquanto Corbisier (1991) considera Antônio Conselheiro uma espécie de “visionário”, Euclides da Cunha (2003, p. 161) selava sua descrição como homem retrógrado, comparando-o com “os adoidados chefes de seita dos primeiros séculos”.

Euclides da Cunha (2003) narrou o crescimento de Canudos em praticamente todo o livro, mas não explicou como o povo sobrevivia nela, e ao que parece ignorou a produção e a forma de manutenção da cidade, limitando-se mesmo a descrever uma suposta *rígida rotina de rezas,* além de reforçar a todo momento que Antônio Conselheiro não passava de um *beato*. Deixou escapar, no entanto, em alguns trechos do livro, que o povoado possuía pólvora, armas e balas, e ao narrar sobre a proximidade da luta, aduziu sobre a compra de madeiras em grande quantidade feita por Canudos em Juazeiro (que, aliás, teria gerado a luta que a eliminou, segundo o livro). A cidade prosperava comercialmente de alguma forma, o que o livro omitiu.

Também é razoável especular que os moradores possuíam “boas” condições de vida (alimentação, ao menos), caso contrário, não teriam resistido à batalha com

o Exército Brasileiro que durou mais de um ano, e quatro investidas violentas seguidas.

O livro de Euclides da Cunha, segundo Silva (2001), não possui método historiográfico para alguns estudiosos da história de Canudos.

A despeito da forma racista como o livro de Cunha (2003) se referiu ao sertanejo[22] e, portanto, aos moradores de Canudos, Ortiz (2013) analisou essa tentativa de pensar a cultura brasileira, feita por Euclides da Cunha e outros autores do século XIX:

> O brasileiro seria a mistura de uma raça superior e duas inferiores – o negro e o índio. Essas explicações, aliadas ao fator geográfico (acreditava-se que o meio determinava também o comportamento dos povos), terminavam num impasse. A mestiçagem conduzia-nos necessariamente a uma subalternidade intransponível, daí a ilusão de diferentes intérpretes do Brasil a respeito do ideal de embranquecimento. Diante da heterogeneidade de raças desiguais, o futuro repousaria na supressão lenta e gradual das deficiências hereditárias do brasileiro (ORTIZ, 2013, p. 615).

O livro *Os Sertões* se insere nesse contexto de tentativa de se pensar a cultura brasileira em sua especificidade, "colocando aos intelectuais brasileiros do século XIX, o desafio de explicar as causas do atraso brasileiro" (ORTIZ, 2013, p. 617). Os paradigmas dessa análise social brasileira só foram mudando no século XX, tanto que "Roland Corbisier dirá que até a Semana de Arte Moderna não teria havido história no Brasil, apenas pré-história" (ORTIZ, 2013, p. 617).

Há, entretanto, uma crítica na nota preliminar do livro, quando o próprio Euclides da Cunha parece fazer uma definição da elite ao afirmar sua condição na época, vivendo "parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizadores elaborados na Europa" (CUNHA, 2003, p. 18).

O livro é interpretado pelo historiador Sílvio Romero, contemporâneo de Cunha, da seguinte forma:

> (...) como um trabalho de sociologia – não como obra exclusivamente literária ou como panfleto político – voltado para a descrição da população de trabalhadores que sustenta materialmente, segundo ele, os embevecimentos de uma elite chique, ociosa e disposta nas

[22] Sevcenko (2003, p. 31 e 32), ao analisar a produção literária do final do século XIX e início do século XX, chama atenção para a inspiração dos autores nas "linhas intelectuais características da *Belle Époque* – utilitarismo, liberalismo, positivismo, humanitarismo", que "faziam assentar toda a sua energia sobre conceitos éticos bem definidos e de larga difusão em todo esse período". Para o autor, as obras de Euclides da Cunha são representativas deste contexto, afirmando que elas apresentam "significativos elementos para a elucidação, quer das questões históricas cruciais do período, quer dos seus dilemas culturais".

> magníficas cidades da franja litorânea brasileira. (BOTELHO, 2005, p. 167)

Observa-se que há discussão sobre o valor histórico e/ou sociológico do livro de Euclides da Cunha, onde alguns autores como Sílvio Romero enxergam nele um caráter crítico, revelador da estrutura social brasileira do século XIX, conforme evidencia o trecho acima.

O livro *Os Sertões* trouxe uma linguagem inovadora, e descreveu a vida e a terra do sertão como possivelmente não fora antes contada, mas tratou de construir a imagem de um líder de forma pejorativa e caracterizou a população da comunidade como um povo fanático e ignorante. Aliás, leitura bem conveniente às elites, numa história descrita por um tenente do Exército e jornalista correspondente de um grande jornal da época. Como representativa obra do período literário informado por Sevcenko (2003, p. 45), *Os Sertões* "abusaria da oposição *cidade industriosa / campo indolente".*

Canudos não é, portanto, unanimidade. Sua memória está em disputa. A tentativa de sedimentar a imagem de Antônio Conselheiro como beato e os moradores da cidade como insanos é versão elaborada por Euclides da Cunha, que representava a visão das elites da época, conformando-se ao seu papel de reprodutor da dominação social e política republicana.

A historiografia oficial se constitui geralmente, segundo Freitas (1982), num dos mais sólidos pilares do *status quo*, onde seu papel é dar uma visão desfigurada do passado, preservando e legitimando a dominação social. Assim, pode-se compreender o significado de Canudos para a historiografia oficial brasileira: "No Brasil, como em toda parte, o bloco social dominante manipula a historiografia contra a história" (FREITAS, 1982, p. 09)[23].

[23] Cabe definir o que consideraremos como história tradicional ou oficial no decorrer do trabalho. Para tanto, nos abalizamos nos conceitos de Arendt (1979), que apresenta a definição de forma clara, aduzindo que a historiografia oficial é aquela que apresenta a reprodução da versão da elite, baseada em seus interesses, subjugando a existência de uma classe social reprimida. Durante o século XX, com a mudança do método e da perspectiva na historiografia há uma bifurcação, e os "esquecidos pela história" nela vão sendo inseridos. Freitas (1982) refere-se à historiografia oficial/tradicional, que ignora e/ou estereotipa o "povo" e suas lutas. No caso, exemplifica o livro *Os Sertões* – escrito no século XIX - como representante desta historiografia. Avançando um pouco na discussão, Torres (1996, p. 56) problematiza o conceito de historiografia que, segundo ele, é "quase sempre associado com o de história-processo, legando ao conhecimento histórico aquele *status* de verdade que traduz e sintetiza as motivações de um período analisado, indicando a equiparação entre real e construção". Apresenta a historiografia também como objeto, que "faz parte de um processo epistemológico e espelha a produção intelectual de um certo momento do passado". Representa, segundo o autor, um fragmento para compreensão do passado.

Ocorreram vários outros conflitos, guerras e lutas significativas no decorrer da história brasileira, protagonizadas pelo povo, em sua maioria certamente mal contada. Entretanto, elegemos Canudos para ser singelamente tratada aqui, a nosso ver, por se tratar de uma representação distorcida da realidade. E ambiguamente acabou ganhando força como fato histórico dentro de suas distorções.

O festejado livro que contou a *história* de Canudos é tido como uma epopeia da língua portuguesa, traduzido em muitos idiomas, propagandeando a história de um *beato e seus insanos seguidores.* E assim Antônio Conselheiro permaneceu como um dos personagens "mais caluniados da história do Brasil" (CHIAVENATO, 2000, p. 97). Como aponta Leite (2010, p. 02):

> Segundo o historiador José Calasans (1915-2001) - grande estudioso da Guerra de Canudos - a visão euclidiana prendeu a história de Belo Monte numa "gaiola de ouro". Contudo um fato inegável para muitos estudiosos deste fato, é que se não fosse Os Sertões, talvez a história de Canudos seria apagada da memória coletiva nacional.

De fato, Euclides da Cunha, embora tenha, segundo Edmundo Moniz (1984), caluniado e menosprezado a história da formação e composição de Canudos, contribuiu para que ela não fosse esquecida. Somente a partir de *Os Sertões* é que hoje podemos sensivelmente interpretá-la de forma mais crítica.

> Canudos será a resposta mais trágica do povo sertanejo, tentando livrar-se da condição miserável a que era submetido pelo grande latifúndio. Nesse sentido, é movimento raro na história do Brasil: o único de que não participam as elites intelectuais e políticas. Todo ele é feito com gente do povo, com idéias próprias, elaborando um cristianismo peculiar que, ao contrário da visão predominante, é extremamente lúcido, já que a consciência crítica condiciona-se à sua realidade social, *sua* fonte geradora. (CHIAVENATO, 2000, p. 100)

A própria *festividade* dada à versão euclidiana dos fatos, que trata o sertanejo como o "outro", o "marginal", o "jagunço", o "bandido, o "inimigo" (CHIAVENATO, 2000), irá influenciar sobremaneira a representação da luta pela terra através da historiografia oficial[24] e, principalmente, como será analisado mais à frente, pela imprensa.

[24] Referimo-nos mais uma vez à historiografia oficial. Esta que omitiu, além das lutas camponesas, as lutas dos povos indígenas e dos negros no Brasil.

E assim será marcada a representação reacionária da história da luta do povo, ora retratados como beatos loucos como no caso de Antônio Conselheiro, ora descritos como bandidos ou terroristas.

A *utopia* de Antônio Conselheiro foi bem real, enquanto durou, nos precisos dizeres de Chiavenato (2000). Eram 35 (trinta e cinco) mil habitantes vivendo em um sistema social próprio, sem propriedade privada e sem miséria, o que certamente causava reação contrária pelas classes dominantes, pela Igreja, e pela República. E tão ou mais importante do que matar toda a população de Canudos[25], seria o aparato ideológico utilizado contra ela, daí a *encomenda* a Euclides da Cunha, que fez muito bem o trabalho, ao reproduzir os estereótipos urbanistas e "civilizatórios" da época, em consonância com as necessidades das elites agroexportadoras.

Nesse sentido, a literatura influenciou duramente outros jornalistas de menor envergadura e deu início a uma série infinita de reportagens à época, estigmatizando e vociferando fatos grotescos sobre a população de Canudos, principalmente propagando o ódio contra o povo que se rebelara: "Só exterminando o seu ídolo, exterminando depois, um a um, e, em seguida, deitando fogo ao antro do celerado Conselheiro"[26].

Chama a atenção de Moniz (1984), que a criação de uma sociedade igualitária criara temor nos fazendeiros da região, que não podiam perder de vista a exploração da mão de obra do camponês[27] e, dessa forma, passaram eles a pressionar o Exército para acabar com Canudos[28].

Para concluir o triste destino de Canudos, Chiavenato (2000) relata que as crianças que sobreviveram foram "distribuídas" a soldados, oficiais, e até mesmo

---

[25] É importante lembrar que Canudos somente foi vencida na quinta investida do Exército da República, pois até lá foram derrotados pela população que lutou bravamente para defender a cidade. Porém, na chamada "expedição final", foram mobilizados 20 batalhões, com soldados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Rio Grande do Sul, Piauí e Rio de Janeiro. Talvez a maior mobilização do Exército já realizada no país, e tudo visando acabar com uma população de *beatos insanos e ignorantes*. (CHIAVENATO, 2000).

[26] Citado por Chiavenato (2000, p. 112), matéria publicada na época pelo repórter M. Figueiredo em *A Notícia.*

[27] O camponês, com Canudos, ganhava a liberdade, era senhor de si, e isso era inaceitável. Retomemos a história do Sr. Peel, personagem de Wakefield, onde este fazendeiro fazia uma grande jornada e perdia seus funcionários no meio do caminho (que se apossavam de terras), chegando às suas terras sem ninguém para explorar. O livro demonstra que isso não deve ocorrer e que o Estado deve desenvolver condições objetivas para que o camponês não detenha terras e deixe o fazendeiro sem mão de obra.

[28] A prática de fazendeiros pressionarem o Estado e a Polícia para o cumprimento de reintegração de posses e despejos passará a ser muito utilizada em toda a história do Brasil.

repórteres que iam até as ruínas da cidade e tinham ainda a *sorte* de encontrar alguma criança vagando por lá, para fazerem com elas o que bem quisessem:

> O general Artur Oscar, que sabe aliar à bravura denodada de soldado um belo coração de pai, dá gostosamente estas crianças a quem as possa tratar, e por isso eu levarei a minha pobre Josefa. Quase todos os oficiais já têm uma desgraçadinha destas para proteger, o que faz com o maior carinho e dedicação. Até o próprio general Artur tem uma, e o general Barbosa duas protegidas[29].

O historiador Edmundo Moniz (1984), autor de *Guerra Social de Canudos* e *Canudos: a luta pela terra* é um dos responsáveis pela reviravolta na historiografia sobre Canudos, fazendo um contraponto e demonstrando que o principal fator impulsionador da guerra foi a luta pela terra. Canudos representou, segundo esta visão, um grande e significativo litígio agrário no Brasil, onde sua população lutava pela terra e foi completamente dizimada em razão disso.

Há várias representações ideológicas sobre Canudos, e esta que a expõe como uma batalha na luta pela terra evidencia a dimensão da necessidade de se manter o monopólio da terra a todo custo, freando o acesso da população pobre à posse da terra, o que ameaçaria a oferta de mão de obra e, portanto, ao modelo capitalista que se introduzia no país.

Naquele período, o Brasil vivia intenso processo de imigração europeia para exploração de sua mão de obra (também como parte de um projeto de "embranquecimento" do país), e, caso autorizasse a *posse*, como ocorria em Canudos, ameaçaria a *colonização sistemática*, propiciando que as imensas áreas de terras no país fossem ocupadas pela população pobre, escasseando a mão de obra.

II.II AS LIGAS CAMPONESAS

A formação das ligas camponesas no Brasil se dá no século XX[30], a partir da organização de um povo oprimido pela histórica concentração de terras que já contextualizamos.

---

[29] Citado por Chiavenato (2000, p. 113), matéria publicada na época pelo repórter Favila Nunes em *Gazeta de Notícias.*

[30] Antes da luta das ligas camponesas, é apropriado lembrar que as primeiras lutas no Brasil foram realizadas pelos povos indígenas, que tiveram seu espaço invadido e tomado e, mesmo agora, depois de cinco séculos, ainda lutam, também de forma institucional, pela demarcação de migalhas de metros quadrados, que sequer são respeitados pelo Estado. Da mesma forma os escravizados

Havia um contexto favorável aos conflitos agrários, com uma massa de despossuídos ou sem terras, formados também por imigrantes, negros e índios, em virtude de terem sido impedidos do acesso a terra por meio da *posse* com a promulgação da Lei de Terras de 1850.

Esses trabalhadores foram sistematicamente explorados, inclusive os recém-chegados imigrantes europeus, tratados de forma aviltante nas fazendas de café para as quais foram trazidos, conduzidos como *pertences* dos fazendeiros, trabalhando em sistemas de parceria, conforme modelo introduzido pelo então Senador Vergueiro na segunda metade do século XIX.

O contingente imigratório foi bastante significativo em números, chegando a mais de quatro milhões entre 1820 e 1947 (PETRONE, 1982). Todos, ou pelo menos a maioria, vindos em busca da pequena propriedade rural:

> Um dos aspectos desse fenômeno das migrações transoceânicas é justamente a miragem ou a possibilidade de acesso à propriedade fundiária. Nas fontes alternativas – cartas, diários e relatos dos emigrantes – aparece constantemente o fascínio que o apelo à possiblidade de acesso a terra exerceu sobre os emigrantes. Até populações urbanas, frente ao pauperismo ao qual foram relegadas pela industrialização, sonham, romanticamente, em se transformar em proprietários de um pequeno pedaço de terra e assim deixar de pertencer ao proletariado. (PETRONE, 1982, p. 11)

A estrutura agrária brasileira era/é calcada na grande propriedade, no latifúndio historicamente construído, sendo incontestável, porém, a contradição entre os desejos dos fazendeiros e dos imigrantes, pois se estes pretendiam um pedaço de terra, aqueles, com mentalidade escravocrata ainda, queriam o trabalhador “livre” para construir a riqueza de suas fazendas por meio da exploração da mão de obra semi-servil.

No entanto, foram criados núcleos de colonização, principalmente nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e desses núcleos se aperfeiçoaram pequenas propriedades[31].

---

negros lutaram, constituindo os quilombos, cujos espaços remanescentes foram considerados pelo Estado através da Constituição Federal de 1988, mas que também travam litígios judiciais pela demarcação de terras.

[31] Embora assunto não tanto explorado pela historiografia sobre imigração, tais núcleos de colonização europeia no Sul e Sudeste do país tiveram conflito com povos indígenas, já que muitas colônias foram organizadas em territórios desses povos. Petrone (1982) chega a citar a história do lendário Martinho Bugreiro, que organizava expedições contra índios, tendo ele afirmado que matara mais de mil na época. Algumas fontes atribuem ao grupo de Martinho Bugreiro o genocídio dos povos *Xokleng*, no sul do país, cuja demarcação de terras ainda se encontra judicializada.

Os imigrantes trouxeram a ideologia do camponês europeu livre. Queriam produzir em suas próprias terras e delas tirar o sustento. Alguns deles conseguiram tal intento nesses núcleos de colonização no sul do país, com as primeiras levas de imigrantes, direcionadas e até subsidiadas pelo Estado. Na busca por esta autonomia, conflitavam diretamente com os interesses dos grandes proprietários de terras no Brasil, sendo que boa parte dessa massa de imigrantes foi alocada justamente para as grandes propriedades rurais mono-exportadoras.

Muitos dos que vieram inicialmente direcionados aos núcleos de colonização, não conseguiram seu intento. Alguns, pela inospitalidade da região, difícil de *desbravar*, outros pela falta mesmo de uma vivência de cultura rural, pois como já relatado, um número considerável de imigrante não tinha um passado agricultor na Europa.

Esse contexto de nascimento da pequena propriedade no sul do Brasil faz entender e esclarece porque provavelmente as organizações das massas rurais se iniciaram no Nordeste do país, e não no sul minifundiário.

Um dado alarmante e emblemático chama atenção: os proprietários de terra possuem áreas no Brasil, com dimensões nunca registradas na história da humanidade (OLIVEIRA, 2010). Foi contra essa concentração extrema de terras e as formas violentas de mantê-la intacta que se organizaram na década de 1950 no Brasil (nordeste), as Ligas Camponesas, inspiradas nas Ligas Camponesas da Europa[32].

Em 1955, surgiu a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, mais tarde chamada de “Liga Camponesa da Galileia”, segundo Julião (2009). Francisco Julião era advogado militante junto às ligas camponesas que ajudou a fundar, particularmente no estado de Pernambuco, tendo conhecimento de causa para contar a história de sua fundação:

> A Liga seria o cimento capaz de unir essa areia e transformá-la em sólido bloco. Imediatamente demos início à doutrinação daquela massa, usando uma linguagem simples, acessível, valendo-nos de símbolos, imagens, comparações, parábolas, para vencer o atraso de uns e a desconfiança de outros, de modo a acender na consciência de todos uma luz que espantasse o medo. Lutávamos

[32] No período do século XIV, a Europa passou por crise em seu sistema feudal, e vivenciava a formação de lutas organizadas por camponeses em diversos países, onde exigiam “que se protegesse as comunidades dos abusos da nobreza e do clero” e reivindicavam “o direito de dispor livremente de sua força de trabalho e à supressão dos tributos feudais, que obrigavam os camponeses a trabalhar gratuitamente para os senhores”. (BEER, 2006, p. 251).

> em três frentes: no campo, na Justiça e na Assembléia. (JULIÃO, 2009, p. 227)

Julião (2009) narra a batalha judiciária que os Camponeses da Galileia tiveram que travar contra os fazendeiros, que durou anos. Seu desfecho foi uma lei aprovada na Assembleia Legislativa[33] que desapropriou a Galileia em favor dos camponeses. No entanto, logo seria revogada por uma nova lei que concedeu a área a uma Companhia de Colonização, segundo Julião criada especialmente para combater as Ligas.

A batalha das Ligas foi bastante árdua, pois atuavam contra os interesses de uma elite *mal acostumada* à exploração extremada da mão de obra camponesa[34]. E, nesse sentido, as lutas populares foram severamente repelidas pelos meios de comunicação de então, sendo engrossadas por políticos e autoridades do Judiciário[35].

As Ligas foram repudiadas e caluniadas pela imprensa, controlada em parte pelos latifundiários e, portanto, com interesses antagônicos do povo que pretendia se tornar livre e dono de seu próprio trabalho. No entanto, contrária à corrente, as ligas se expandiram rapidamente e, em 1960, já possuíam filiados em 26 municípios no estado de Pernambuco (ANDRADE, 2009).

Em contraponto às visões distorcidas da imprensa controlada pelos latifundiários, como observava Julião (2009), os camponeses criaram e fortaleceram folhetins populares[36] que narravam histórias contadas de forma simples e mística, carregadas de representações linguísticas, dando conta do conflito agrário à sua maneira:

---

[33] Francisco Julião era deputado nessa época.

[34] Estamos usando o termo camponês em virtude de ser utilizado e reconhecido pelos próprios atores do período. Também esclarecemos que o conceito não se encontra consolidado nas ciências humanas, devendo ser usado com ressalvas no Brasil devido aos seus limites.

[35] Julião (2009, p. 279), em cargo de deputado, contou que era difícil receber apoio político até dos "mais moderados", que se mostravam solidários às causas das Ligas: "a deputada Maria Elisa Viega de Medeiros, distinta educadora, que exerceu com muita dignidade seu mandato, nos solicitava que substituíssemos, em nossos discursos, o nome 'camponês' pelo 'rurícola' para não irritar tanto os nossos colegas latifundiários. Foi, talvez, a única oportunidade em que não pudemos ser gentil com uma dama...".

[36] Tais folhetins passaram a ser denominados por estudiosos de "literatura de cordel", em razão da semelhança com um tipo de literatura encontrada em Portugal e Espanha, onde se costumava pendurar livretos em cordões ou barbantes nas feiras e mercados populares. São desconhecidas as origens no Brasil, que teria se desenvolvido na região nordeste, carregada de representações sociais, em razão da imobilidade da região, seu folclore e ruralismo (ALÉSSIO, 2004).

> A “Chegada de Lampião no Inferno” é um folheto cuja tiragem anual alcança mais de duzentos mil exemplares no nordeste, apesar de editado há mais de vinte anos. É exemplo típico de literatura e caráter ideológico. O inferno que o poeta camponês descreve tem vigia, depósito de algodão, casa de “ferragens”, vidraçaria, oitão, cêrca e portão. Não é outra coisa senão a fazenda do latifundiário. Lampião, no fundo, representa o próprio camponês que deseja conquistar tudo aquilo. O vigia barra-lhe a entrada e comunica a Satanás, a quem chama de Vossa Senhoria, como faz com o latifundiário, a chegada do intruso[37]. (JULIÃO, 2009, p. 284)

Tais folhetins (literatura de cordel), que já existiam há algum tempo, foram utilizados na campanha em prol das Ligas Camponesas no nordeste, na busca em difundi-las e fortalecê-las. Faziam o trabalho oposto da imprensa na época. Tratava-se de uma cultura constituída por bens simbólicos criados pelos camponeses, que demonstrava a dura realidade de suas vidas, sempre tendo que lutar pela da terra, contra o latifundiário detentor do poder político e econômico da região.

As Ligas eram defendidas e também difundidas por Francisco Julião (2009) que, além da defesa jurídica, promovia campanha em prol da Reforma Agrária, chegando a elaborar em 1961 os dez mandamentos das Ligas Camponesas – *Dez mandamentos das Ligas Camponesas para libertar os camponeses da opressão do latifúndio.*

Nos referidos mandamentos constam desde a necessidade de aumentar a tributação rural (ITR – imposto territorial rural) que era irrisório, até o apoio estatal às cooperativas rurais e sanções à concentração monopolista da terra.

A nova visão dos problemas rurais no país e a necessidade de reformar a estrutura agrária começava a fazer sentido e angariar adeptos: dos políticos, da igreja e dos intelectuais, e até representantes do estado passaram a observar o problema de forma mais coerente. Isto se reflete na expressão de Sílvio Porto, Chefe de Polícia da Paraíba, que em 1962 lidou com um litígio no Engenho Miriri entre o proprietário e a Liga Camponesa da região:

> O apelo à Polícia para a solução de problemas como os das Ligas Camponesas é de um primarismo que incomoda. Essa prática é

[37] Um trecho do citado folhetim: “O vigia foi e disse a Satanás no salão; saiba vossa senhoria que aí chegou Lampião; dizendo que quer entrar; eu vim lhe perguntar se dou-lhe ingresso ou não; Não senhor Satanás disse; vá dizer que vá embora; só me chega gente ruim; eu ando meio caipora; eu já estou com vontade de botar mais da metade dos que têm aqui pra fora; Lampião é um bandido ladrão da honestidade; só vêm desmoralizar nossa propriedade; e eu não vou procurar sarna pra me coçar sem haver necessidade” (JULIÃO, 2009, p. 285).

> defendida somente pelas organizações fascistas que atribuem ao poder armado a solução de todos os problemas. Ao contrário de se apelar para a Polícia, esse apelo deveria ser endereçado ao Congresso Nacional, aos órgãos de desenvolvimento econômico. (ANDRADE, 2009, p. 82)

Ao que parece a elite fez uma boa leitura do período, não restando a ela outra alternativa senão o golpe de 1964 para manter intacto seu poder, já que as organizações de massa contra o latifúndio e a obtenção cada vez maior de adeptos a essa causa poderia causar uma reviravolta na estrutura política e principalmente econômica do país. Fato que nunca saberemos diante da antecipação das elites, frente ao curso da história brasileira.

Relembremos a histórica e simbólica frase do Governador do estado de Minas Gerais, Antônio Carlos, durante a República Velha: “Façamos a revolução, antes que o povo a faça” (NASCIMENTO, 2007).

Oliveira (2001) analisa o período como de plena formação da categoria de empresário/proprietário de terras, ou seja, a fusão de ambos, o que derrocou no Golpe de 1964, diante das votações cada vez mais significativas no Congresso Nacional sobre Reforma Agrária.

A partir daí

> a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. A política de incentivos fiscais da Sudene e da Sudam foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão. Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade. (OLIVEIRA, 2001, p. 186)

Essa concentração fundiária por parte do capitalista urbano no país torna-o, nos dizeres de Oliveria (2001), com características *sui generis* com relação à história mundial.

As Ligas Camponesas estavam se estabelecendo e a partir disso foram violentamente reprimidas pelo Estado, principalmente após o golpe civil-militar. Este último selou os interesses desse capitalista urbano/latifundiário, que viria a ganhar muitas terras do governo civil-militar e incentivos polpudos, na forma de isenções fiscais.

Tendo os dois lados da guerra no campo bem delineados, pode-se fazer uma análise de conjuntura do regime civil-militar de forma coerente com a realidade: camponeses *versus* elite capitalista/latifundiária. Nada de espantoso ao considerarmos o Estado como representante dos interesses das elites. E naturalmente esperado que ele cumprisse o seu papel no uso da violência para oprimir as ligas camponesas e desestruturar outros movimentos sociais no campo.

Os interesses das elites ruralistas foram protegidos, a ferro e fogo inclusive (e principalmente) ideologicamente, cujo desastroso reflexo dessa conjunção perversa se conserva até hoje, no termo denominado de *espólio da "revolução"* por Corbisier (1991, p. 18), que considera as principais regras do Golpe: "aviltar a alma dos súditos, semear a discórdia entre eles e torná-los incapazes de ocupar-se com a coisa pública". O Golpe alcançou sua finalidade e se aprimorou na violenta repressão à luta pela terra no Brasil, já presente em toda sua história desde a Colônia. Segundo Oliveira (2001, p. 191), no período entre 1964 e 1971 "a maior parte das mortes ocorreram na região Nordeste, na intenção dos latifundiários de frear, pela violência, os ideais semeados pelas Ligas Camponesas".

A situação das Ligas Camponesas se agravou e, na década de 1970, os conflitos começaram a migrar para a Amazônia, em decorrência da grande migração popular para a região, cumulada com a entrega de imensas áreas públicas a empresas e empresários, em muitas vezes áreas superiores a estados brasileiros e até países estrangeiros.

III. O LITÍGIO AGRÁRIO NA AMAZÔNIA: INÍCIO, MEIO E SEM FIM...

Segundo José Arbex Jr. (2005), para a imensa maioria dos brasileiros, a ideia do que significa a Amazônia não difere muito do quadro que os colonizadores portugueses do século XVI faziam do Brasil como um todo.

Ou seja, terra despovoada, inculta, exótica e sem *desenvolvimento*.

O que queremos demonstrar é a existência do olhar pejorativo sobre a Amazônia, e isso se refletiu nas tentativas de povoá-la, partindo-se da premissa de que nela não havia *civilização*.

O fundamento para o povoamento da Amazônia foi geopolítico, segundo Berta Becker (2005), cuja ocupação se fez em surtos ligados a demandas externas

seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência. Para ela, a Amazônia representa uma antiga periferia do sistema mundial capitalista, e seu povoamento foi delineado por ele, alcançando seu auge entre as décadas de 1960 a 1980.

No início de sua colonização mais extensiva, houve disputa colonial na Amazônia e, com a expansão da fronteira, cresceram os conflitos pelo domínio de seu território.

> Na Amazônia, o estabelecimento do primeiro núcleo colonial português no início do século XVII, o forte do Presépio, que daria origem a Belém do Pará, destinava-se a garantir a posse de um território ameaçado por estrangeiros, que ali estabeleceram feitorias. No século seguinte era premente o controle dos rios, entre eles o Madeira e o Guaporé, que se situavam no oeste amazônico, tanto para garantir fronteiras contra os espanhóis como para manter as importantes rotas fluviais do comércio colonial e internacional. Haviam ainda os grupos indígenas que reagiam bravamente contra esse avanço, os quais era necessário expulsar e manter afastados das novas áreas de colonização. (TEIXEIRA e FONSECA, 2000, p. 13)

Denota-se, portanto, segundo a narrativa acima, que os conflitos na Amazônia iniciaram no século XVII entre colonizadores portugueses e estrangeiros, e aqueles contra povos indígenas, que habitavam a região antes da chegada do europeu[38].

Ainda segundo Teixeira e Fonseca (2000), o avanço do europeu no litoral brasileiro fez com que houvesse uma *migração* de povos indígenas para o interior do Brasil, alcançando a Amazônia e, consequentemente, aumentando sua população na região, empurrando-os para o litígio entre esses povos por território. O cenário para o conflito territorial na Amazônia estava se configurando, e foi aumentando na medida em que os colonizadores avançavam pela região.

Os povos indígenas eram catequisados e escravizados e, juntamente com outros *trabalhadores* aviltantemente explorados na região como negros e mestiços, organizaram um dos maiores levantes populares na Amazônia: a cabanagem.

> Nesse movimento, que eclodiu em 1835, na Província do Grão-Pará, índios aldeados, tapuios, mestiços e negros levantaram-se em revolta contra “tudo aquilo que era branco”, ou seja, toda a miséria e dizimação a eles imposta pelo europeu e seus sucessores. Essa violenta contestação que durou dez anos, foi violentamente reprimida e os cabanos derrotados, restando do movimento um saldo aproximado de 40.000 mortos. (TEIXEIRA e FONSECA, 2000, p. 18)

[38]Projeções feitas a partir de documentos e de pesquisas arqueológicas estimam a população indígena em 1500 entre três e cinco milhões de pessoas na Amazônia brasileira (EGON, 2005).

Assim como a historiografia sobre Canudos, a memória da Cabanagem também se encontra em disputa. Trata-se de uma “revolução” ocorrida no Pará entre 1835 e 1840 que deixou quase 40 mil mortos, entre mestiços, índios, negros e membros de uma “classe dominante” amazônica. Várias foram as sugestões historiográficas sobre a Cabanagem: de “malvados” e “sediciosos” a “patriotas”, já que se insurgiram contra a dominação dos brancos portugueses (RICCI, 2006). E,

> Ainda nos anos 1930, nascia uma outra versão para a ação cabana, agora marcada por um posicionamento político-marxista. Caio Prado Júnior, de maneira precursora, atribuía aos cabanos da Amazônia do século XIX a prerrogativa de terem sido os únicos revolucionários populares e partidários de ideais libertários que conseguiram tomar o poder. Com este autor, os olhos da historiografia marxista no Brasil se voltaram definitivamente para o movimento de 1835. Os cabanos tornaram-se exemplos de rebeldes primitivos. Muitos dos principais autores que escreveram nos anos 1970 e 1980, tempos dos 150 anos da Cabanagem, seguiram alguns dos principais passos traçados por Prado Júnior. (RICCI, 2006, p. 9)

Para esta versão, a Cabanagem foi um movimento popular no Brasil em que o povo tomou o poder, e a historiografia oficial a apresentava como *um desastre racial onde as raças inferiores apenas lutavam para matar e roubar.*

> (...) o negro Patriota aglutina o povo e após a festa [festa de São Tomé, em 6 de janeiro de 1835] invade a casa da amante do governador para matá-lo. O governador foge. O primeiro líder da Cabanagem, Antônio Vinagre, chefia soldados que se bandeiam para os cabanos e invade o palácio do governo, onde o comandante-das-armas é morto a bordunadas. No dia seguinte capturam o governador Lobo de Souza e matam-no imediatamente. Seu corpo é arrastado pelas ruas e exposto para que o povo possa cuspir nele. Seguem-se matança e sangue. Os cabanos têm o poder. Mas quem são esses cabanos?. (CHIAVENATO, 2000, p. 90)

Segundo o próprio Chiavenato (2000), são índios, mulatos, negros, todos analfabetos, que tomam o poder, mas são ao final traídos, principalmente por fazerem aliança com um latifundiário chamado Antônio Malcher, que se aliou a eles por discordância que tinha com os portugueses. Para o autor, a Cabanagem possuía um potencial revolucionário “mas se perdeu por falta de programa político”.

> A guerra dos Cabanos termina em pouco mais de um ano, em 1837. A repressão, porém, se amplia até 1840. Os cabanos são perseguidos, mortos, torturados e, principalmente, reduzidos a escravidão. (...) A repressão vai matar três mil cabanos, sufocando-os nos porões de uma belonave, a *Defensora.* O Pará, no início da revolta, tinha 120 mil habitantes. Na repressão foram assassinados 30 mil cabanos, ou 25 por cento do povo. Calcula-se que mais da

> metade da população masculina morreu na revolução. (CHIAVENATO, 2000, p. 91)

A Cabanagem representa capítulo importante na história da Amazônia, e Ricci (2006) chama atenção para o símbolo de ação popular de massa, de mudanças e de movimentos sociais que ela representa no estado do Pará.

Após esse período, houve considerável "povoamento"[39] da região no final do século XIX, quando se iniciaram as atividades extrativistas destinadas ao mercado externo, como a da borracha, atraindo uma população de migrantes nordestinos e o interesse de companhias extrativistas na região[40].

III.I OS PERÍODOS DE EXTRAÇÃO DA BORRACHA

Diante da valorização mundial da borracha, houve crescimento vertiginoso da população regional a época, sendo que entre 1872 a 1920 passou de 330 mil para 1,5 milhão de pessoas (ARBEX JR., 2005).

Os grandes proprietários dessas companhias extrativistas viviam em sua maioria na cidade de Manaus – outros em Belém do Pará – e exploravam a mão de obra dos novos migrantes, reproduzindo o que já ocorria no Brasil em cenário central com a exploração dos imigrantes europeus nas fazendas de café[41].

Houve conflito entre índios e seringueiros (nordestinos em sua maioria) nesta primeira fase de extração da borracha com destino internacional:

> A diferença ecológica e econômica entre seringais e cauchais era acompanhada de contrastes étnicos. Nos cauchais empregava-se mão-de-obra indígena, que era explorada de modo tão brutal e temporário quanto as próprias árvores de *caucho*, sendo exemplo disso as atrocidades do Putumayo e outras menos célebres de Madre de Dios/Mamoré. Já nos seringais do Acre, a mão-de-obra era constituída de imigrantes nordestinos; a população indígena local foi vítima das atrozes "correrias", em que os índios eram aniquilados não em função da submissão à disciplina do trabalho forçado, mas para dar lugar aos imigrantes brasileiros. Os territórios de floresta

[39] A Amazônia já era povoada por grande diversidade de povos indígenas, no entanto, o governo recrutou mão de obra nordestina para trabalhar nos seringais durante o chamado primeiro período de extração da borracha, no século XIX.

[40] Com a descoberta do processo de vulcanização, a borracha passou a ter valor no mercado internacional, sendo encontrada apenas no Brasil, extraída de forma rudimentar em Seringueiras dispersas na Floresta Amazônica.

[41] Daou (2003, p. 21 e 22) avalia a particularidade desse primeiro período de extração da borracha na Amazônia, afirmando que "agregava uma série de características que o tornava um produto de particular importância para a produção industrial e para muitas das formas de consumo que passariam a ocupar um lugar de destaque como expressão de 'civilização' e 'progresso'".

> tinham valor elevado, porque geravam renda e lucros especulativos, mas também a própria mão-de-obra, trazida com alto custo, não poderia ser pura e simplesmente trucidada como o foram os indígenas. (ALMEIDA, 2004, p. 33)

Almeida (2004) apresenta a diferença entre as árvores de caucho e os seringais. Os caucheiros eram itinerantes, e acampavam para derrubar árvores de caucho[42], chegando a extrair de cada uma, de uma só vez, aproximadamente trinta quilos de látex. Esgotavam-nas e seguiam adiante. Já os seringais, "constituíam-se em posses florestais que tinham valor permanente para seu dono virtual, já que nelas a *Hevea* de várias espécies podia ser explorada por tempo indefinido" (ALMEIDA, 2004, p. 36). Nestes seringais, havia a possibilidade da instalação de uma população sedentária de trabalhadores, em contraste com a população nômade dos cauchais.

Euclides da Cunha (2000, p. 161) ao escrever sobre a Amazônia, apresentou a vida dos caucheiros:

> O caucheiro é forçadamente um nômade voltado ao combate, à destruição e a uma vida errante ou tumultuária, porque a *castilloa elastica* que lhe fornece a borracha apetecida, não permite, como as *heveas* brasileiras, uma exploração estável, pelo renovar periodicamente o suco vital que lhe retiram. É excepcionalmente sensível. Desde que a golpeiem, morre, ou definha durante largo tempo, inútil. Assim o extrator derruba de uma vez para aproveitá-la toda. Atora-a, depois, de metro em metro, desde as sapopembas aos últimos galhos das frondes; e abrindo no chão, ao longo do madeiro derrubado, rasas cavidades retangulares correspondentes às secções dos toros, delas retira, ao fim de uma semana, as planchas valiosas, enquanto os restos aderidos à casca, nos rebordos dos cortes, ou esparsos a esmo pelo solo, constituem, reunidos, o "sernambi" de qualidade inferior.

A respeito da exploração das árvores de caucho, ocorreu no final do século XIX e início do século XX, um fato conhecido como "atrocidades de Putumayo", na Amazônia peruana onde, segundo o livro publicado no ano de 1913 - *El libro rojo del Putumayo*[43] - a região era ocupada por caucheiros colombianos e houve disputa violenta com peruanos.

---

[42] A diferença entre as árvores de caucho e as seringueiras é que as caucheiras produziam látex de qualidade considerada inferior.

[43] Na versão do livro digitalizada, consta que ele foi publicado originariamente em inglês por Norman Thomson, em Londres, com o título "*The Putumayo Red Book"*.

Conforme Cunha (2000), houve diversas atrocidades praticadas por caucheiros peruanos, que consistiam em assassinatos e vendas de índios na região, além de extermínio de colonos colombianos. Tudo com o conhecimento do governo peruano, segundo o livro. O conflito se dava pela disputa das *riquezas caucheras del Putumayo.*

Há várias obras publicadas na época dando conta deste extermínio, cujo cenário de "guerra" também foi lembrado por Euclides da Cunha (2000, p. 162 e 163) em *Um Paraíso perdido*, no capítulo dedicado aos caucheiros*:*

> Os seus primeiros instrumentos de trabalho são a carabina Winchester – rifle curto adrede disposto aos encontros no traçado das ramarias – o "machete" cortante que lhes destrama os cipoais, e a bússola portátil, norteando-os no embaralhado das veredas. Tomam-nos e lançam-se a uma revista cautelosa das cercanias. Vão em busca do selvagem que devem combater e exterminar ou escravizar, para que do mesmo lance tenham toda a segurança no novo posto de trabalhos e braços que lhos impulsionem. (...) É incalculável o número de minúsculas batalhas travadas naqueles sertões onde reduzidos grupos bem armados suplantam tribos inteiras, sacrificadas a um tempo pelas suas armas grosseiras e pela afoiteza no arremeterem com as descargas rolantes das carabinas.

Os seringais, diferentemente dos cauchais, comportavam então uma comunidade sedentária, que se estabelecia em grupos de extração do látex, em áreas de seringais dominadas pelos seringalistas. Muitos nordestinos vieram para a região nesta época trabalhar nos seringais, sendo controlados através do sistema de dívida crônica do barracão:

> Cada seringueiro explorava pelo menos uma *parelha* de *estradas de seringa*, que ligavam a clareira residencial aos seringais. Dois ou três seringueiros podiam ocupar o conjunto de estradas que, partindo da clareira, cobriam o território de uma colocação, limitado pelas *estradas* de outras colocações. O posto de comércio – *barracão* – adiantava mercadorias a esses trabalhadores isolados na mata, as quais deveria ser pagas ao final da estação de trabalho – *fábrico,* o que significa que eles estavam em débito quase permanente com os barracões. (ALMEIDA, 2004, p. 37)

Mesmo com essa extrema exploração dos seringueiros, a Inglaterra – uma das destinatárias do látex extraído da Amazônia – obtendo milhares de sementes

das seringueiras[44] - resolveu tentar o cultivo delas na Malásia, sua colônia, para minimizar ainda mais seu custo de produção.

Logo a produção malaia superava em muito a produção amazônica:

> O que eram 42 mil toneladas extraídas da floresta amazônica em 1914 diante das 400 mil toneladas produzidas pelas plantações asiáticas por volta de 1920, a preços muito menores? O capital havia domesticado a natureza (...). (ALMEIDA, 2004, p. 38)

Seria o final do chamado primeiro período de extração intensa da borracha na Amazônia, que viveria um período de estagnação até a Segunda Guerra Mundial, onde os campos de seringueiras plantadas da Ásia foram tomados pelo Japão, impedindo o acesso ao látex pela Europa e Estados Unidos, o que fez com que se reativasse a extração da borracha nativa na Amazônia, dando início ao segundo período de extração na região.

Não tão diferente do primeiro, o seringal era controlado pelo seu dono – seringalista – que mantinha os seringueiros na árdua tarefa de extração do látex, em determinados espaços, mantendo-se o velho sistema de dívida crônica do barracão.

O sistema de barracão é tratado por Carlos Corrêa Teixeira (2009) em sua obra *Servidão Humana na Selva: o aviamento e o barracão no seringal da Amazônia* como o ponto principal de todo o sistema exploratório que se criou e se perpetuou na Amazônia naquele período.

> Teixeira afirma que, apesar do barracão não existir mais, a economia que girou à sua volta persistiu e criou o que ele denominou de "sociedade do seringal", responsável pela organização produtiva existente em grande parte da Amazônia. Em suas palavras, o barracão constituiu o "centro nevrálgico" dessa economia e o seringal o universo social mais amplo, que mais tarde iria levar esses mesmos trabalhadores do centro da mata para cultivar os roçados de várzea ao lado de uma população cabocla remanescente da antiga colonização portuguesa. O barracão, em sua concepção, recriou o comércio regional do aviamento por meio do estímulo à produção a partir de um sistema onde o seringueiro era induzido ao consumo para sobreviver na selva, e esse consumo tornava-o trabalhador cativo do seringalista, seu servo, isto é, um "...homem que trabalha para escravizar-se". (PEREIRA, 2012, p. 238)

Segundo Teixeira (1996), a dívida transformava um trabalhador considerado livre num *servo cativo*. Além disso, relacionava a subordinação das formas de produção no seringal ao capital com a divisão internacional do trabalho. Concluiu

[44] Segundo Almeida (2004), as sementes eram enviadas desde o século XIX para os Jardins Botânicos Imperiais da Inglaterra.

que a violência se espalhou por toda a Amazônia num verdadeiro sistema de terror, apoiada no “endividamento econômico que assegurava a permanência da mão de obra nos seringais” (TEIXEIRA, 1996, p. 166), e que os seringueiros eram castigados e torturados com troncos e chicotes como “formas disciplinadoras” pelos seus patrões, a fim de evitar as fugas. E mesmo que as fugas ocorressem, segundo ele, os acordos que existiam entre os comerciantes e os seringalistas impediam que aqueles dessem refúgio ou ajudassem de alguma forma os seringueiros.

O sistema era bem arquitetado, e os seringueiros eram tratados como “escravos brancos”. Não podiam fugir, e por vezes eram amarrados em troncos e torturados. Prosseguindo, Teixeira (1996) narrou que, caso o seringueiro alcançasse seu intento de fuga até cidades como Manaus ou Belém, ainda podia ser capturado pela própria polícia, preso, e devolvido ao seu “proprietário” seringalista. Mesma penalidade tinham aqueles que se rebelavam e eram capturados pela polícia, voltando aos seringais de origem e sofrendo as torturas “disciplinadoras”.

O autor apresenta em sua obra relato de um seringueiro da região do município de Ariquemes, em Rondônia:

> Quando o patrão não queria pagar um saldista, ou quando havia qualquer desavença, ele mandava o pistoleiro, que naquele tempo era (chamado) capanga; mandava matar aqueles pobres e jogava dentro daquele grutião medonho, no pé duma serra onde havia um barranco alto. Jogava lá e ninguém dava mais notícia. A pessoa que descia lá encontrava caveira de todo jeito; encontrava ossos de canela, braços, espinhaços, cabeça, costela, tudo lá. (TEIXEIRA, 1996, p. 170)

A violência entre seringueiros e povos indígenas também é lembrada por Teixeira (1996), ao relatar que o avanço da frente de extração da borracha na floresta significava contato com os nativos e, portanto, um confronto direto[45].

Os povos indígenas foram massacrados, tanto por encomenda de seringalistas, quanto por seringueiros que justificavam a necessidade de se defender, segundo Teixeira (1996, p. 175), que apresenta em seu trabalho outro relato de seringueiro dando a dimensão desta violência:

[45] O autor cita a conversa de um seringueiro que conta sobre a forma de trabalho no avanço da frente de extração. Dirigiam-se em grupos com mínimo de dois e, enquanto um “fazia sangrar a árvore” o outro estava pronto para atirar “em qualquer sombra que se movesse”. Também é relatado por Teixeira (1996) a presença de dois grandes empreendimentos em Rondônia que tiveram grande pressão sobre territórios indígenas: Estrada de Ferro Madeira Mamoré e a instalação da linha telegráfica Mato Grosso/Amazonas. Afirma que, no entanto, em algumas situações os índios se levantavam e “abriam frentes de luta”.

> Na colocação Jatuarana eu andava correndo o mato quando vi o vestígio deles. De manhã eu passei por um canto mas não vi nada. Mas à tarde quando eu estava voltando vi que por onde eu passei eles pisaram em cima de mim! Pisaram em cima do meu rastro e deixaram uma cruz! Fiquei cismado. Será que estão me achando parecido com alguém que deve alguma coisa pra eles?... Aí eu vi que vinham em minha direção cinco índios e uma índia... Então eu vi bem quando um deles levantou. Aí pensei: ele vai me matar! Só fiz passar a mão na "20", me escondi atrás de um pé de caucho e não contei conversa: o pau surrou! Aí outro levantou e... pra encurtar a história dei cinco tiros e foram cinco quedas. A índia correu. Passei a mão no meu saco de estopa e disse: é por aqui!...

O trabalho escravo e a violência permeiam a história recente da Amazônia, desde o início da "expansão da fronteira". Mas, ainda nesse período, a terra na Amazônia não tinha valor nem interesse enquanto propriedade e, uma vez que o segundo período de extração da borracha decaiu (com o final da Segunda Guerra Mundial), a região passou novamente por uma temporada de estagnação.

Com o advento do regime civil-militar no Brasil em 1964, a situação muda de forma drástica.

IV. A DITADURA CIVIL-MILITAR E A PRIVATIZAÇÃO DE TERRAS NA AMAZÔNIA

Disse Almeida (2004), referindo-se ao primeiro período de extração da borracha na Amazônia, que o capital havia domesticado a natureza. Isto porque, da floresta "inóspita" e "desinteressante" ao capital passava-se a extrair uma das matérias-primas mais importantes daquele momento: o látex. E a extração se deu a qualquer custo, permeada de violência, escravização e massacres.

Mas nessa época o que interessava aos grandes seringalistas – os que vendiam o látex ao mercado exterior – era apenas a seringueira, e não o espaço onde elas se situavam. Logo, a terra não tinha valor algum.

Até início da década de 1960 a atividade principal na Amazônia era extrativista, promovida por caboclos e ribeirinhos, e apenas 1,8% de seu território se constituía de propriedade privada (VIOLETA e LOUREIRO, 2005). Ou seja, a Amazônia era pública em quase sua totalidade, não havendo títulos de propriedade, o que não significa que era desocupada.

Segundo Violeta e Loureiro (2005) não havia conflito fundiário, exatamente pelo modo de vida extrativista, onde os posseiros consideravam a terra como “parte indissociável de sua existência”, sem terem jamais “questionado sobre a existência de donos mais legítimos que eles próprios”.

Tal situação mudou bruscamente com o advento do golpe civil-militar de 1964, pois o novo regime pretendeu “integrar” a Amazônia e “desenvolvê-la economicamente”. Em outras palavras, entregá-la ao capital.

Para se entender os efeitos desta política na Amazônia, temos que contextualizar o Brasil naquele momento.

O país vivia um modelo econômico de “capitalismo dependente”, assim denominado por Florestan Fernandes (1975) diante de um processo histórico em que a burguesia nacional se mostrou incapaz de romper com a elite oligárquica “atrasada”, fazendo aliança com ela, e o processo tardio de industrialização foi realizado “sem o rompimento com a condição de dependência, com a dominação imperialista externa”.

O Brasil se tornou independente, mas continuou com a economia dependente.

> A articulação com o setor externo, mais a aliança com as forças políticas retrógradas, atinge seu ponto máximo em 1964, quando se passa a fazer uso de um “modelo autocrático burguês”, uma ditadura burguesa revelada e altamente opressora. (OLIVEIRA e VASQUEZ, 2010, p. 147)

Segundo Dreifuss (1987, p. 49), o capitalismo brasileiro, tardio e dependente, “viria a ser tanto transnacional quanto oligopolista e subordinado aos centros de expansão capitalista”. Para ele, houve a extensa penetração na economia brasileira de um bloco multinacional liderado por interesses americanos, dando lugar a novas relações econômicas e políticas, após o golpe civil-militar. Houve uma “penetração multinacional” na economia brasileira[46] e, ainda,

> a maior parte dos investimentos no Brasil era feita por corporações americanas multinacionais de maior importância, organizadas localmente de acordo com a lei brasileira de modo a usufruir vantagens administrativas e tributárias. Em alguns casos essas corporações eram organizadas sob um nome tal que não as ligava, à primeira vista, à matriz, a fim de ganhar identidade local. Esses

[46] Na década de 1960 uma pesquisa demonstrou que havia 276 grupos bilionários no cenário mundial, e os 55 principais deles – multibilionários – tinham papel estratégico na economia brasileira (DREIFUSS, 1987).

> investimentos eram feitos em sua maior parte em indústrias cuja produção ajustava-se a um mercado consumidor de classe média e não tanto para a exportação. Foi esse altamente necessário mercado interno que seria consolidado, depois de 1964, pelo fornecimento das camadas médias em detrimento das classes trabalhadoras industriais e rurais.[47] (DREIFUSS, 1987, p. 57)

Trata-se de um período de consolidação das grandes corporações no Brasil, de portas abertas ao capital estrangeiro, implantando de vez o modelo de *capitalismo dependente* ou de *economia aberta*, "modernizando" ou "aprimorando" as instituições e estruturas econômicas no país a fim de garantir altos índices de acumulação de capital, bem como sua concentração e centralização sob o controle da empresa estrangeira (IANNI, 1979).

Mas onde se situa a "periférica" e "inóspita" Amazônia nesse cenário?

É necessário lembrar que a burguesia agrária nacional também "bancou" o golpe de 1964[48], em razão de temer as reformas de base do então governo de João Goulart, que possuía como uma de suas pautas a reforma agrária.

O Presidente João Goulart apesar de visto como moderado por alguns segmentos do movimento social nacionalista e reformista, tinha forte rejeição de setores conservadores do país, como a União Democrática Nacional (UDN), setores das forças armadas, setor conservador da igreja católica, proprietários rurais, grande parte do empresariado nacional e investidores internacionais. A união desses setores culminou com o golpe de 1964 (DELGADO, 2009).

Logo, a elite latifundiária também estava no poder com o regime civil-militar. E as terras da Amazônia passaram a ser distribuídas, transformadas em mercadoria, "reservas de valor", segundo Ianni (1979), surgindo latifúndios, fazendas e empresas, em razão do amplo desenvolvimento do capitalismo no campo.

> Ao desenvolver-se extensivamente o capitalismo na Amazônia, desenvolve-se o processo de monopolização das terras. As terras devolutas, tribais, invadidas ou ocupadas são griladas ou compradas por grileiros, latifundiários, fazendeiros e empresários. Ocorre a monopolização da propriedade das terras, o que implica na expulsão, ou subordinação, de índios, sitiantes, caboclos, posseiros e colonos. A grande propriedade fundiária, inexplorada ou explorada, elimina ou subordina a pequena e média propriedade. (IANNI, 1979, p. 98)

---

[47] O autor, em sua obra, apresenta um verdadeiro tratado da quantidade de empresas multinacionais instaladas no país a partir da década de 1960, suas receitas e incentivos fiscais.

[48] Por isso nos referimos a ele como civil-militar.

Octavio Ianni (1979) aponta para a “corrida” pela terra que houve na Amazônia, entregue pelo regime militar a latifundiários, fazendeiros e empresários, muitos inclusive estrangeiros[49]. Houve, conforme o autor, uma larga penetração do imperialismo na Amazônia, ocorrendo um “desenvolvimento extensivo do capitalismo” devido ao modelo econômico adotado pelos militares, que se evidenciou pela aquisição deliberada de terras por empresários, nacionais e estrangeiros.

O autor pondera sobre os interesses desses empresários pelas terras da Amazônia:

> Pode haver a preocupação de beneficiar-se dos favores e incentivos fiscais e financeiros criados pelo Governo. Também pode haver interesse em fazer da terra “reserva de valor”. Além dessas e outras razões, a penetração do imperialismo na região, sob a forma de apropriação da terra, estava e continua a estar fortemente determinada pelo fato de que o capital monopolista colocou o Estado brasileiro quase que exclusivamente a seu serviço. (IANNI, 1979, p. 108)

Para se ter uma dimensão da proporção da política de entrega de terras na Amazônia a empresários no período militar, apresentamos o exemplo da empresa Jari Florestal e Agropecuária Ltda., a qual expressa, nos dizeres de Ianni (1979, p. 110), uma das “principais peculiaridades do modo pelo qual o Estado brasileiro foi levado a atuar no sentido de favorecer a formação e expansão” da grande empresa agropecuária na Amazônia, e ao mesmo tempo mostra como “se combina a empresa capitalista com o latifundismo”.

De acordo com dados da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), o Projeto Jari possuía mais de três milhões de hectares em 1975 e era de propriedade de um empresário norte-americano multimilionário bem relacionado no Brasil chamado Daniel Ludwig. Localizava-se no norte do Estado do Pará e Sul do Amapá, e na época foi considerada a maior fazenda do mundo (Ianni, 1979).

Arruda (apud Ianni, 1979) afirmou em seu livro “Daniel Ludwig e a exploração da Amazônia”, que o empresário norte-americano Daniel Ludwig veio ao Brasil a convite do ex-ministro do Planejamento do Governo Militar Roberto Campos, para

[49] O autor refere-se a muitos casos onde estrangeiros se associavam a brasileiros para adquirir terras na Amazônia, pois havia legislação que limitava o acesso de terras nacionais a estrangeiros. A maioria desses estrangeiros, segundo ele, era norte-americana. Houve até a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em 1968 na Câmara Federal para apurar o interesse de estrangeiros pela região, tamanha a divulgação na imprensa dos casos de venda de terras a estrangeiros na Amazônia.

que investisse no país que agora contava com “novas condições de segurança dadas pelo governo de Castello Branco ao capital estrangeiro”[50].

Adquirindo títulos públicos, inclusive com incentivos fiscais, a Jari se tornou a escandalosa maior fazenda do mundo e, assim como ela, vários outros empreendimentos se estabeleceram na Amazônia.

O Governo concedia os títulos principalmente através dos CATPs (contrato de alienação de terras públicas), que possuíam cláusulas resolutivas obrigando o particular, fosse pessoa física ou jurídica, a cumprir determinadas imposições ligadas à ocupação e produtividade da terra. Na prática, as condições não eram cumpridas e não havia fiscalização do Governo.

Dessa forma, ocorreram as entregas de várias e imensas áreas de terras na Amazônia a particulares, nacionais e estrangeiros[51].

IV.I AS CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA MILITAR NO TERRITÓRIO DE RONDÔNIA: OS LITÍGIOS AGRÁRIOS

Como afirmou José de Souza Martins (1993), a expansão capitalista não se fez sobre a terra de ninguém.

Ocorreu então que, paralelamente à entrega de títulos públicos a empreendimentos particulares, os militares promoveram programas de incentivo à colonização da Amazônia através da migração incentivada oficial.

O então Presidente Emílio G. Médici publicou o Decreto-lei nº 1.106/70, de 16 de junho de 1970, cujo objetivo era o Programa de Integração Nacional:

> Art 1º. É criado o Programa de Integração Nacional, com dotação de recursos no valor de Cr$2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), a serem constituídos nos exercícios financeiros de 1971 a 1974, inclusive, com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infra-estrutura, nas regiões compreendidas nas áreas de

[50] O livro de Marcos Arruda traz muitas informações sobre a empresa Jari e o empresário Daniel Ludwig. Uma delas é de que o Major Heitor Ferreira, da SNI (Sistema Nacional de Informação), era um dos administradores contratados pela Jari, e o Presidente da empresa era o General João Batista Tubino, o que se comprova a estreita relação que possuía o norte-americano com o Governo Militar. Isto possivelmente explica o tamanho colossal das terras de uma empresa estrangeira no Brasil.

[51] Segundo Ariovaldo U. de Oliveira (2005, p. 69), com relação às entregas de áreas públicas a norte-americanos: “Toda a consolidação da ideologia da segurança nacional criada na Escola Superior de Guerra estava assentada nos acordos militares assinados entre o Brasil e os Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, sobretudo nos vinte anos de governos militares, a economia brasileira foi alimentada por e para essa ideologia, com destaque para a geopolítica da integração nacional”.

> atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional.
> Parágrafo único. Os recursos do Programa de Integração Nacional serão creditados, como receita da União, em conta especial no Banco do Brasil S.A.
> Art 2º A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.
> § 1º Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica. (BRASIL, 1970)

O Decreto-lei determinou a construção de duas rodovias que teriam importante papel nos objetivos dos militares: a transamazônica e a Cuiabá-Santarém. Estas foram as principais, dentre muitas, que passaram a "cortar e recortar a geografia da região amazônica", e cujas construções iniciavam e/ou intensificavam os conflitos fundiários, pois eram encontradas áreas de populações indígenas trabalhando na terra e vivendo a seu modo (IANNI, 1979).

Como bem avaliou Ariovaldo U. Oliveira (2005, p. 74), o processo de colonização oficial da Amazônia foi, na verdade, uma alternativa utilizada pelas elites para, ao mesmo tempo, "evitar a reforma agrária nas regiões de ocupação antiga [Sul e Sudeste], e suprir de mão de obra seus projetos econômicos na fronteira". O processo de colonização oficial na Amazônia passou a ser denominado por vários autores como "contra reforma-agrária" já que, na verdade, a intenção dos militares e das elites era novamente evitar uma mudança na arcaica estrutura agrária brasileira.

Como dissemos, os programas de colonização oficiais na Amazônia ocorreram de forma paralela às entregas de títulos de terras públicas a empresários/empresas. Muitos, ou milhares, de agricultores vieram para a região amazônica em razão da própria propaganda do Governo civil-militar, e buscaram, segundo Ianni (1979, p. 133), fazer uma reforma agrária espontânea ou "de fato", sem a interferência de governantes, burocratas ou técnicos:

> O que estava acontecendo, na prática, ao mesmo tempo que crescia extensivamente o capitalismo na região, era uma espécie de reforma agrária de fato, ou espontânea. Os trabalhadores rurais desempregados, subempregados ou superexplorados – camponeses e operários – estavam buscando terras virgens ou devolutas, para ali construir o seu lugar, a sua vida, a roça e a criação, a moradia habitual e a cultura efetiva. Sitiantes, moradores, meeiros, parceiros, arrendatários, assalariados, corumbas, bóias-frias, paus-de-arara, peões – camponeses e operários do campo – estavam buscando

> soluções práticas, diretas, por seus próprios meios, para os seus problemas de trabalho e sobrevivência. Buscavam terra.

Em Rondônia, houve um grande surto migratório a partir da década de 1970, mesclando-se colonização oficial, particular e espontânea, e com a intensificação desta colonização surgem os conflitos agrários no então Território Federal:

> De qualquer modo, em poucos anos realizou-se nesse Território uma ampla ocupação de terras virgens. Em pouco tempo surgem e agravam-se as tensões sociais em várias áreas. A grilagem, a defesa da terra pelo posseiro, a expropriação do índio, a expansão da empresa privada de colonização, a transformação da terra em mercadoria, vários são os processos sociais que tornam Rondônia um Território-problema para o poder público. Tanto assim que o Governo passa a dificultar a ida de migrantes para lá. (IANNI, 1979, p. 133)

O Governo Civil-Militar estava entregando os títulos das terras públicas a empresários e empresas de áreas em que se situavam núcleos indígenas, caboclos e posseiros (através da colonização espontânea[52]), para favorecer o desenvolvimento dos interesses do capital na região, já que a vida desses povos se constituía de uma economia de pouco excedente, em que o trabalhador rural eventualmente trocava as mercadorias no mercado (SILVA, 2010). Era uma forma de vida antagônica aos objetivos imperialistas para a Amazônia.

> As representações da Amazônia, nessas visões, estão centradas na fronteira enquanto espaço social de conflitos entre capital e trabalho, na expropriação e na violência que se instaura os mecanismos de acumulação primitiva que o capital nacional e estrangeiro opera na região, com eminente apoio do Estado. (SILVA, 2010, p. 94).

Ao que parece o autor quis exemplificar a dinâmica do conflito que se estabelecia em Rondônia através da dicotomia entre o trabalho do posseiro/camponês, caboclo ou indígena, e o avanço do capital, devidamente apoiado pelo Estado, que expropriava essas populações através de seus mecanismos de acumulação primitiva. De um lado a “reforma agrária de fato” e, de outro, entrega de títulos públicos a empreendimentos capitalistas desta área já ocupada.

[52] Segundo dados do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – em 1976 migrava para Rondônia cerca de 900 famílias por mês. Migrante que encontrava no Território Federal de Rondônia dificuldades de aquisição de terra e deficiência do serviço público.

Concentração de terras e poder expropriaram o camponês na Amazônia, particularmente em Rondônia, onde não paravam de chegar, durante o período militar, posseiros, peões, “gatos”, grileiros e empresários, ocorrendo a apropriação privada de terras devolutas e indígenas, e agravando as pendências e disputas pela terra (IANNI, 1979).

Segundo Murilo Mendonça de Souza (2011), o camponês brasileiro foi historicamente expropriado pelo avanço das relações capitalistas, por vezes subsidiadas pelas políticas estatais e consolidadoras do latifúndio. Não seria diferente, portanto, em Rondônia.

Para Martins (2009, p. 47) a prioridade da ocupação no estado era para quem tinha condições de realizar derrubadas, e “muitos camponeses não dispunham de recursos para fazê-las. Os poucos que conseguiam lotes se embrenhavam adentrando a floresta. Eram vitimados pela malária e outras doenças tropicais”. Sem assistência do governo e sem estradas, ainda eram “aliciados pelas madeireiras que aqui se instalavam”, e enfrentavam a falta de apoio estrutural do INCRA, onde os camponeses se amontoavam em filas de espera.

A expropriação do posseiro, do caboclo e do índio na Amazônia, particularmente em Rondônia, se deu de forma violenta, e lembra a metáfora do Sr. Peel, contada no início do capítulo, sobre a “colonização sistemática” de Wakefield, que basicamente dispunha que o Estado não poderia permitir que a população acessasse livremente a terra, mas deveria promover a “colonização sistemática” impedindo que isso ocorresse e concedendo terras a quem já tivesse condições financeiras para “desenvolvê-la”, pois nada adiantaria um rico fazendeiro sem criados para trabalhar em suas imensas fazendas.

Em Rondônia, o Estado precisava obstar o acesso livre à terra pelo posseiro, promovendo algo parecido com a *colonização sistemática* de Wakefield, escrita no século XIX. Daí os projetos de colonização dirigida[53].

Como vários camponeses promoveram a *reforma agrária de fato*, ocupando terras, foram sendo deliberadamente expulsos, seja de maneira violenta através de

[53] Nesse contexto, houve a criação do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a FUNAI – Fundação Nacional do Índio.

pistoleiros de fazendeiros, empresários[54] e latifundiários, seja através da justiça, pela então *propriedade juridicamente estabelecida*[55] (IANNI, 1979).

A região não obteve o *desenvolvimento* preconizado pelos militares, mas muito dinheiro público foi entregue a empresas através de financiamentos a projetos que não foram implementados:

> Muitos empresários não investiram os recursos em novas empresas na região, mas sim na compra de terras para simples especulação futura; alguns aplicaram-nos em suas empresas situadas noutras regiões do país; e várias empresas foram criadas de forma fictícia. Outras (como a Volkswagen, o Bamerindus etc.) devastaram grandes extensões de terras cobertas por ricas florestas e transformaram essas áreas em pasto para a criação de gado, desprezando a enorme disponibilidade de pastos e campos naturais; enfim, trouxeram grandes prejuízos ecológicos, desperdiçaram ou desviaram os recursos públicos colocados à sua disposição, criaram poucos empregos e não trouxeram o prometido desenvolvimento para a região. Ainda assim, o modelo permanece até hoje sem grandes alterações, apesar do fracasso notório dessa política, seja do ponto de vista ambiental, econômico ou social. (LOUREIRO e PINTO, 2005, p. 78)

A terra da Amazônia se transformou rapidamente em objeto de especulação, e a ordem era articular sua economia com o modelo de *capitalismo dependente* adotado pela ditadura civil-militar, de forma que ela serviria como região de "fronteira" para o crescimento extensivo do capitalismo em benefício do centro-sul do país e do exterior. Nesse contexto da transformação da terra em mercadoria, índios, posseiros, caboclos, sitiantes e outros trabalhadores rurais se transformam em peões, vaqueiros, agricultores, mineradores, operários ou mesmo *lumpen*[56]; acentua-se a divisão entre os produtores e a propriedade dos meios de produção; e "fronteira", "frente de expansão" ou "frente pioneira" aparecem como expressões idealizadas da acumulação primitiva (IANNI, 1979).

---

[54] Esses empresários eram em sua maioria residentes no Estado de São Paulo, e muitos sequer conheciam a região. Prova disso é uma matéria do jornal *Folha de São Paulo* (24/05/1985, p. 12) intitulada "Paulistas têm 85 milhões de hectares de terras no país", dando conta da elevada concentração de terras nas mãos de empresários paulistas que equivaleria, segundo a reportagem, a outros três Estados de São Paulo: "Em São Paulo está concentrado o capitalismo fundiário. Pessoas e firmas domiciliadas em São Paulo possuem 85 milhões de hectares de terras em todo o Brasil, área equivalente a três outros Estados de São Paulo. Isto explica porque parte justamente deste Estado a maior grita contra a reforma agrária". A informação foi divulgada à época pelo INCRA.

[55] Octavio Ianni (1979) chama a atenção para a quantidade de títulos de terras falsificados utilizados nas ações judiciais, sendo que em 1978 o ITERPA (Instituto de Terras do Pará) já havia detectado mais de 400 certidões de títulos definitivos de terras naquele Estado. Talvez por isso, um estudo do Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira tenha concluído que o Estado do Pará possui hoje, através de escrituras públicas, um tamanho quatro vezes maior do que o de fato.

[56] Pela definição de Houaiss (2009) é o indivíduo desempregado, improdutivo.

Houve a proletarização de posseiros e a utilização de trabalho análogo ao de escravo, que José de Souza Martins (1993, p. 117) exemplifica:

> Utilizam [as empresas capitalistas], ao mesmo tempo, desde relações modernas e avançadas de trabalho assalariado até as relações atrasadas e ostensivamente violentas da peonagem. Esses casos mostram justamente que tais relações não são atributo de antiquadas fazendas, "feudais" no dizer de alguns, ou "pré-capitalistas" no dizer de outros. É o capital mais avançado que cria e recria essas relações.

Segundo o autor, não deixa de ser capitalista a forma de exploração do trabalho escravo, pois ela é uma "mediação necessária do processo de reprodução ampliada do capital", e a fazenda constituída nesses moldes constituirá um capital da empresa "para um uso perfeitamente capitalista" (MARTINS, 1993, p. 118).

O resultado dessa política militarista para a Amazônia foi o latifúndio, e a manutenção da arcaica estrutura agrária brasileira, produzindo e reproduzindo uma grande massa de famílias sem terras, que se encontrava na região amazônica vivendo de forma precária, sendo explorada pelo sistema.

Consubstanciando as contradições de classes, surgem movimentos antagônicos:

> Os estados que receberam projetos de colonização pública foram Pará, Rondônia, Acre, Roraima e, em parte, Mato Grosso, que se caracterizou pela presença da colonização privada. Dessa forma, índios, posseiros, colonos e grileiros passaram a constituir personagens dos conflitos. Em defesa dos índios nasceu o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e na dos posseiros e dos colonos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A violência, que se voltava indistintamente contra os posseiros, colonos e índios, passou a atingir também seus defensores: padres, agentes pastorais, advogados e lideranças sindicais ou não. (OLIVEIRA, 2001, p. 192)

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi fundada em 1975, por setores progressistas da Igreja Católica brasileira, feita a partir do encontro de Bispos da Amazônia para discutir questões relacionadas à terra e às migrações, tendo por preocupação principal exatamente os conflitos provocados pela expansão do latifúndio, que expropriava posseiros, desmatava áreas imensas, e escravizava peões nas fazendas, além da "ineficiência" ou cumplicidade do INCRA e omissão das autoridades, sobretudo judiciárias, diante das violências de jagunços e policiais (CONFLITOS, 2015).

A CPT passou a editar anualmente um relatório de conflitos, a partir de 1985, contabilizando a violência no campo, de cada estado brasileiro, e dando a dimensão dos conflitos agrários no país. Neste primeiro relatório consta o descontentamento com relação ao período de "redemocratização" do país, com o fim do militarismo e manifestações por eleições diretas para Presidente da República, e as contradições de planejamento do PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária – fazendo aumentar os conflitos agrários, ao invés de minimizar conforme promessa política.

Segundo o então secretariado nacional da CPT, reuniram-se todas as forças dos meios de comunicações mais reacionários do país, articulando seus organismos de classe para "combater organizadamente a exigência da imensa maioria dos brasileiros de organizar uma Reforma Agrária que democratizasse a propriedade da terra" (CONFLITOS, 1985, p. 07).

Em aspectos gerais, o caderno apresentou um número de 86.854 famílias envolvidas em conflitos agrários no país, 216 mortos, 1.363 feridos e 557 presos no ano de 1985.

Em Rondônia, os números eram enviados à CPT nacional através de sindicatos, padres, bispos e associações, e contabilizou naquele ano 2.601 famílias envolvidas em conflitos agrários, além de apresentar alguns nomes de políticos e empresários envolvidos como atores nesses conflitos[57].

A política militarista – que não mudou com a "redemocratização" do Brasil em 1985 – promoveu a entrega de imensas áreas da Amazônia a particulares, confirmando ser o Brasil o país com a maior concentração fundiária do mundo:

> É por isso minha insistência na tese de que a concentração fundiária no Brasil tem características *sui generis* na história mundial. Em nenhum momento da história da humanidade houve propriedades privadas com a extensão das encontradas no Brasil. A soma da área ocupada pelas 27 maiores propriedade privadas no país é igual à superfície total ocupada pelo estado de São Paulo, ou, se for somada à área ocupada pelas 300 maiores propriedades privadas no país, ela equivale a duas vezes a superfície total deste mesmo estado. (OLIVEIRA, 2001, p. 187).

A concentração fundiária no país é fruto de um processo histórico que remonta sua colonização portuguesa no século XVI, mas a política de "entreguismo"

[57] Nome recorrente como "ator" envolvido em várias áreas de conflitos em Rondônia na década de 1980, inclusive envolvendo assassinatos, é do empresário e latifundiário Agenor Piva, cujo nome aparece nos relatórios dos últimos anos do BNDES como um dos maiores beneficiados com recursos repassados pelo Tesouro Nacional.

da Amazônia adotada pelos militares piorou a situação e solidificou ainda mais as bases do latifúndio no país.

Em 1985, nasce a União Democrática Ruralista (UDR), entidade formada por proprietários rurais tendo como objetivo “a preservação do direito à propriedade”[58].

Também nasceu na mesma década de 1980 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com origem no estado do Rio Grande do Sul e expandindo-se rapidamente em todo o país, com a reivindicação principal da reforma agrária[59].

O litígio estava polarizado, e Rondônia sofreu severamente este impacto, principalmente nas décadas de 1960 a 1980, após os mal sucedidos projetos de colonização e assentamentos dirigidos do INCRA, gerando um imenso *déficit* de moradia no estado pelos camponeses migrantes recém-chegados, transformando-os em atores na luta pela terra (SOUZA, 2011), além da invasão deliberada em terras indígenas, principalmente pela construção de rodovias.

> A luta pela terra é componente inseparável do processo de formação do território rondoniense. No entanto, na região amazônica e, particularmente, em Rondônia, o embate pelo controle da terra teve como um dos principais elementos, mais do que no Brasil de forma geral, a questão dos posseiros. A luta dos camponeses posseiros antecedeu e acompanhou a luta pela terra organizada pelos movimentos sociais no Estado. Portanto, esse movimento espontâneo de busca pela terra de trabalho, levada a cabo pelos posseiros consubstanciou a questão agrária rondoniense e, consequentemente, o campesinato do sudoeste amazônico. (SOUZA, 2011, p. 182).

Temos que concordar com a conclusão de Souza (2011), já que Rondônia enquanto Território, antes da incentivada migração oficial, vivia basicamente de extrativismo, num período de estagnação após o segundo período de extração da borracha. Conforme já exposto, o contingente de camponeses migrantes vindos majoritariamente das regiões Sul e Sudeste do país já adentraram no estado “lutando” pela terra, pretendendo a *reforma agrária de fato*. No entanto, a terra na Amazônia acabava de se transformar em mercadoria, virando objeto de disputa, e acirrando violentos litígios.

---

[58] Retirado do sítio on-line da entidade.

[59] No âmbito da defesa de interesses dos camponeses, já existiam a FETRAGO e a CONTAG, além das organizações sindicais rurais, e outras entidades.

A *posse*, como lembra Souza (2011), sempre foi uma forma de acesso a terra no Território Federal de Rondônia (até o período militar), e seus ocupantes tinham uma relação de direito e de fato com a terra, mas esta relação mudou a partir da nova constituição da representação da terra, que passaria a ter valor enquanto *propriedade juridicamente constituída*.

Nesse sentido, o estado se formava enquanto território a partir desta disputa, havendo litígios entre os recém-chegados migrantes e os antigos posseiros e indígenas, e entre estes e os fazendeiros e latifundiários.

No Caderno de Conflitos da CPT de 1987 consta como meta do Programa Nacional de Reforma Agrária para a Região Norte de 1985-1987 a criação de assentamentos no total de área de 3.250.000ha e 45.000 famílias. No entanto, segundo o balanço da entidade na época, houve nesse período 836 famílias assentadas numa área de 15.207, ou seja, a meta atingiu 1,8%. São dados que podem ser sintomáticos e facilmente relacionados com o crescente conflito agrário na Amazônia a década de 1980, particularmente em Rondônia, chegando ao número de vinte assassinatos no campo somente no ano de 1987 (CONFLITOS, 1987).

Ainda segundo Souza (2011), essa batalha de vida e morte na luta pela terra representou a dinâmica cotidiana do campo rondoniense nos anos de 1970-1980. E como essa batalha foi representada pelos meios de comunicação em Rondônia na década de 1980 é tarefa que vamos perseguir, tentando identificar os tipos de discursos existentes nas reportagens de jornais impressos sobre o litígio agrário no estado naquela década e analisando suas representações, com percebimento de como a violência no campo era diagnosticada e exteriorizada através desses recortes jornalísticos.

CAPÍTULO II – VIOLÊNCIA SIMBÓLICA, MÍDIA E COMUNICAÇÃO DE MASSA

I. COMUNICAÇÃO DE MASSA

John B. Thompson (1998) inicia seu estudo sobre mídia afirmando que o desenvolvimento dela só pode ser entendido se colocarmos de lado a ideia naturalizada de que *os meios de comunicação servem para transmitir informação.* Tal entendimento serve de introdução a este capítulo, que abordará a mídia e a comunicação de massa, sendo uma ponte para o desenvolvimento do próximo capítulo, onde serão analisadas as representações dos litígios agrários na mídia impressa em Rondônia na década de 1980.

O preceito mítico de que os meios de comunicação servem para transmitir informação é a máxima que questionaremos durante toda a pesquisa, razão pela qual iniciamos com a argumentação de Thompson (1998), vez que concordamos com a reflexão de que a compreensão das relações de poder representadas na mídia pela sociedade moderna é fundamental para a compreensão de seu papel nesta sociedade.

Todas as sociedades se ocuparam da produção e do intercâmbio de informações e de conteúdo simbólico, nas mais variadas formas de comunicação, vindo a se desenvolver de forma mais significativa a partir do século XV (THOMPSON, 1998).

Isto porque, do século XV em diante, o sistema de comunicação esteve sempre em expansão, alcançando projeção nunca antes vista, seja pela quantidade de material impresso que passou a circular com o advento das máquinas impressoras do século XV, seja pelo razoável aumento no número de pessoas que tinham acesso a leitura, embora ela ainda fosse mais restrita às elites urbanas. Segundo Thompson (1998, p. 19), as formas simbólicas

> tornaram-se mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado; ficaram acessíveis aos indivíduos largamente dispersos no tempo e no espaço. De uma forma profunda e irreversível, o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno.

O autor denomina de *comunicação mediada* essa produção de formas simbólicas, tendo em vista que a mídia supera a comunicação *face a face* dos indivíduos, intercambiando as relações no mundo social.

> É também importante enfatizar que a comunicação mediada é sempre um fenômeno social contextualizado: é sempre implantada em contextos sociais que se estruturam de diversas maneiras e que, por sua vez, produzem impacto na comunicação que ocorre. (THOMPSON, 1998, p. 20)

A comunicação através da mídia, que podemos chamar de comunicação mediada – emprestando o termo de Thompson – está sempre incluída num contexto social estruturado, onde os indivíduos agem dentro de um conjunto de circunstâncias previamente dadas, conjunto este considerado por Pierre Bourdieu (2007) como “campos de interação”. Os indivíduos se situam de diversas maneiras dentro dos campos de interação, considerando as relações de poder existentes na sociedade a partir de uma estrutura econômica que os define.

O poder, Thompson (1998) o distingue de quatro formas: econômico, político, coercitivo e simbólico. O poder econômico provém da atividade econômica, produtiva, ou seja, do capital. O poder político decorre da autoridade das instituições políticas, segundo Thompson. Do Estado, por exemplo. O poder coercitivo decorre da força física das instituições coercitivas, como as militares.

E o poder simbólico, particularmente o que nos interessa nesta pesquisa, decorre também dos meios de comunicação e informação das instituições culturais, segundo Thompson (1998), cujos exemplos dados pelo autor são: igreja, escolas e universidades, indústrias da mídia e etc. Este poder simbólico se reproduz por meio das formas simbólicas, que são vendidas como mercadorias através do mercado dos meios de comunicação.

Para Bourdieu (2007, p. 08), o poder simbólico “é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Aqui inserimos a comunicação de massa, onde as transformações do mundo são captadas e transmitidas através da imprensa numa produção em quantidade brutal de dados (MONTANINI, 2012), implicando na produção desse poder invisível, de cumplicidade, referido por Bourdieu, de forma massificada, universalizada.

Por conta do avanço tecnológico a reprodução da comunicação mediada supera a *face a face* cada vez mais, vinculando a própria “modernidade” à mídia,

como se a sua inexistência representasse um atraso, um processo histórico já superado.

Com esta evolução tecnológica,

> (...) a impressão tipográfica, de Gutenberg, e a escrita promovem a produção de informações em larga escala. A esta evolução associar-se-á a oportunidade de realizar divulgações de ideias políticas e sociais que passaram a circular para um maior número de indivíduos. (MONTANINI, 2012, p. 04)

A partir dessa produção em larga escala no século XV[60] é que surgiu a indústria da mídia como nova base do poder simbólico, disputadas então pela igreja e pelo Estado, ou censuradas por eles. Inicialmente, os livros impressos eram religiosos, em latim e, após um período, iniciou o surgimento do comércio de notícias, publicações periódicas que relatavam eventos e transmitiam informações de caráter político e comercial (THOMPSON, 1998). A comunicação já nascia como um negócio. Passando, portanto, a se estabelecer a comunicação de massa, moderno meio pelo qual o recorte de um fato político-social é repassado de forma mediada a vários indivíduos. O poder simbólico embutido nesta mediação é invisível, segundo Bourdieu (2007), e requer uma cumplicidade entre os sujeitos desta mediação. Participamos, segundo ele, de *sistemas simbólicos,* onde

> os símbolos são os instrumentos por excelência da "integração social": enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração "lógica" é a condição da integração "moral". (BOURDIEU, 2007, p. 10)

Comunicar é tornar comum (HOUAISS, 2009), e os símbolos utilizados como instrumento político na comunicação não têm outra finalidade senão o de reprodução da ordem social, em favor de uma subjugação constante e passiva, quase invisível, como afirmou Bourdieu (2007, p. 11):

---

[60] "Blocos de impressão começaram a aparecer na Europa no último quartel do século XIV, e livros impressos nessas chapas apareceram em 1409. (...) Johann Gutenberg, um ourives de Mainz, começou suas experiências com a impressão em torno de 1440. As técnicas de fundição de metal eram bem conhecidas na Europa desde o início do século XV, mas elas não tinham sido adaptadas às finalidades da impressão. Gutenberg desenvolveu um método de duplicar a fundição das letras de metal, de modo que grandes quantidades de tipos poderiam ser produzidas para a composição de textos extensos. Ele também adaptou a tradicional prensa de parafuso, conhecida na Europa desde o século I dC, às finalidade da impressão de textos. Em virtude da combinação destas técnicas, podia-se compor uma página inteira de tipos, fixá-la em chapa e usá-la como um único bloco. (...) Em 1480 já havia tipografias instaladas em mais de cem cidades pela Europa em um florescente comércio de livros tinha surgido" (THOMPSON, 1998, p. 55).

> É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os "sistemas simbólicos" cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a "domesticação dos dominados".

Somos traídos pela ideia construída de que *os meios de comunicação servem para transmitir informação*, como iniciamos neste capítulo, sem enxergarmos a invisibilidade da violência simbólica constante em cada "informação", a qual serve para manter a "domesticação dos dominados", como Bourdieu bem referenciou Weber no texto acima.

A História é exemplo disso. Muniz Sodré (2005, p. 26) chama atenção e exemplifica a questão de como o subdesenvolvimento é tratado pela comunicação global:

> Nesse modelo, as relações de dominação econômicas e políticas mantidas pelo colonialismo europeu nos séculos XIX e XX (tráfico de escravos, exploração predatória de matérias-primas, comércios em termos desiguais e etc.) não aparecem como responsáveis pela depauperação de regiões mundiais hoje dadas como subdesenvolvidas. As causas seriam simplesmente endógenas (bloqueio cultural, atraso tecnológico e etc.), de modo análogo à explicação liberal para o empobrecimento individual – "falta de iniciativa" e outras.

Esta situação favorece a baixa autoestima de países representados como subdesenvolvidos, além de fazê-lo em escala individual, como bem exposto pelo autor e, como sabemos agir a comunicação em favor da política neoliberal, forçando o indivíduo crer naturalmente que sua classe/grupo social é resultado único de seu fracasso individual.

E isto não ocorre por acaso, pois essa manipulação tem critérios e finalidades bem definidas:

> Dessa margem surge uma espécie de "racismo socioeconômico" com três funções principais: "permite aumentar ou reduzir em qualquer zona de espaço-tempo particular o número de destinados aos papéis econômicos menos remunerados e gratificantes, segundo as necessidades do momento. Engendra e recria constantemente comunidades sociais que condicionam as crianças a desempenhar um papel apropriado (mesmo se evidentemente isso as leva a formas de resistência). E fornece uma base não-meritocrática para justificar a desigualdade. É precisamente porque o racismo é antiuniversalista

> em sua doutrina que ele ajuda o capitalismo a se manter enquanto sistema" [Galbraith, citado por SODRÉ]. (SODRÉ, 2005, p. 33).

É uma exemplificação da "dominação dos dominados" através da comunicação de massa, permeada de violência simbólica, por meio de um discurso dissimulado e naturalmente reproduzido, inclusive pelas vítimas dessa violência. É o "poder quase mágico", que "permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica)" (BOURDIEU, 2007, p. 14).

Marx também se ocupou da comunicação de massa, criticando-a na medida em que ela serviria como instrumento de dominação social:

> Ao explicar a mutabilidade das relações sociais, Marx compreendeu a comunicação e os meios. Para ele, os meios de comunicação são imprescindíveis a uma sociedade livre. Na sociedade capitalista, os meios de comunicação, ao lado de instituições como a educação e a religião, servem como difusores da ideologia dominante, tornando a função do estado mais assimilável. Em outras palavras, os meios de comunicação em poder de grandes grupos econômicos acabam justificando um Estado que serve à burguesia e que mantém a harmonia social por meio de uma ação reguladora. (BRITTO, 2004, p. 10)

Com relação à forma como primeiro se apresentou a comunicação de massa, tem-se que ela se deu inicialmente através do jornal diário no século XIX, e com ele surgiram as caricaturas e as fotografias e, posteriormente, o cinema (FADUL, 2007).

Rapidamente se iniciou também a crítica à comunicação de massa e à indústria cultural[61] e, na primeira metade do século XX, vários autores se ocuparam desta temática formando a "Escola de Frankfurt"[62], numa verdadeira "denúncia" à sociedade de massa (FADUL, 2007), tendo como um de seus principais exponentes o filósofo Herbert Marcuse:

> Para Herbert MARCUSE, também filósofo alemão ligado a esse grupo [Escola de Frankfurt] e que morreu nos Estados Unidos na década de 70, a sociedade de massa contemporânea é uma nova

[61] *Indústria cultural* é termo desenvolvido no início do século XX através de estudiosos da chamada Escola de Frankfurt que alude ao avanço da cultura como indústria, utilizada pelo capitalismo para disseminar ideologia (FADUL, 2007). Edgar Morin (1994, p. 258), grande teórico sobre o assunto, afirma que "a indústria cultural atrai e prende por salários muito altos os jornalistas e escritores de talento: ela, porém, não faz frutificar senão a parte desse talento conciliável com os padrões".

[62] Segundo Anamaria Fadul (2007, p. 56), a Escola de Frankfurt na verdade nunca existiu, mas sim o Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Frankfurt, e "cada vez que se fizer uma denúncia em relação à Indústria Cultural, corre-se sempre o risco de ser chamado de "frankfurtiano". Se não existiu, na verdade, a Escola de Frankfurt, existiu sim uma certa coerência teórica entre aqueles que denunciavam a sociedade de massa, como a suprema forma de totalitarismo e de perversão da cultura (...).A televisão é vista pela Escola como uma possibilidade de destruição da Educação, da cultura e da sociedade".

> forma de totalitarismo, só que muito mais perigosa, porque este totalitarismo não é percebido como tal. (FADUL, 2007, p. 56)

A crítica que a Escola de Frankfurt passou a tecer sobre o advento da sociedade de massa era séria e catastrófica. Colocava a comunicação de massa como uma característica da sociedade de massa:

> Assim, quem fala em sociedade de massa, fala em comunicação de massa. Portanto, se foi no século XIX que se iniciou uma das primeiras indústrias culturais – a do jornal diário –, vai ser no século XX que se terá o coroamento desse processo, com o desenvolvimento da TV no pós-Guerra. A partir daí, a aceleração do desenvolvimento tecnológico deu origem às novas tecnologias que, a cada dia que passa, introduzem novas formas de comunicação, tais como: a TV a cabo, via satélite, o videocassete, a TV de alta definição, o compact-disc etc. (FADUL, 2007, p. 57)

Segundo os críticos da sociedade de massa e da indústria cultural, como Horkheimer e Adorno (1990, p. 160), até a *verdade* passou a significar negócio:

> A unidade visível de macrocosmo e de microcosmo mostra aos homens o esquema da sua civilização: a falsa identidade do universal e do particular. Toda a civilização de massa em sistema de economia concentrada é idêntica, e o seu esqueleto, a armadura conceptual daquela, começa a delinear-se. Os dirigentes não estão mais interessados em escondê-la; a sua autoridade se reforça quanto mais brutalmente é reconhecida. Filme e rádio não têm mais necessidade de serem empacotados como arte. A verdade, cujo nome real é negócio, serve-lhes de ideologia. Esta deverá legitimar os refugos que de propósito produzem.

A questão da evolução da sociedade de massa como consequência da comunicação de massa perpassa a da divisão internacional do trabalho, no aspecto de que seu domínio fica nas mãos dos países ricos, detentores de tecnologia para a produção da indústria cultural, distribuindo e "massificando" sua ideologia para os países pobres.

Para Bosi (2015) muitas das críticas à sociedade de massas e indústria cultural também vêm da experiência com regimes totalitários como fascismo e nazismo, dos quais vários teóricos da Escola de Frankfurt foram vítimas[63], pois viram esses regimes se utilizarem dessa massificação através da indústria cultural e da comunicação para chegarem e manterem-se no poder.

[63] Seja porque tiveram que se isolar de seus países, como os alemães Horkheimer e Adorno que se exilaram nos Estados Unidos, seja porque foram mortos pelo regime nazista como Walter Benjamin.

Dessa crítica ao totalitarismo, às sociedades de massa, houve uma transição para sua desconstrução crítica:

> Em vez de unidade estrutural, todas as vozes mais sedutoras da cultura ensinaram a ver os encantos da diferença, da pluralidade, do fragmento, da exceção, da errância, do descentramento, do acaso, dos pontos de fuga, das ambiguidades, das indeterminações, enfim (e porque não?) do caos. (BOSI, 2015, p. 247).

O autor se refere a Roland Barthes e Michel Foucault, cujas obras, segundo ele, acusavam de "positivismo autoritário aqueles modos de ler a obra de ficção que ainda amarravam firmemente estrutura econômica, classe, ideologia e ponto de vista" e que representava um movimento "contra os micropoderes do saber tradicionalmente qualificado como racional" (BOSI, 2015, p. 247).

Todas as vertentes críticas à sociedade de massa e indústria cultural, lembra Bosi (2015, p. 250), também possuem sua ideologia, já que houve uma escolha e "toda escolha tem uma história".

> Marx, ao estudar a ideologia dos pensadores pós-hegelianos alemães, generalizou um olhar de suspeita sobre todo discurso que visa, em última instância, a legitimar a ordem estabelecida. A partir desse olhar, todas as teorias explicativas da sociedade se tornaram passíveis de uma dúvida metódica: até que ponto o emissor da mensagem está envolvido, consciente ou inconscientemente, na defesa de sua crença ou de seu interesse? Veio Nietzsche, veio Max Weber, veio Freud, vieram os sociólogos do conhecimento, veio a Escola de Frankfurt, veio Habermas, e a dúvida só fez aumentar a suspeita e universalizá-la. O conhecimento não é só filho da razão pura e livre: lateja nele o móvel do interesse, logo da vontade. (BOSI, 2015, p. 251).

Mills (2008, p. 264) bem resume a conjuntura atual, do agora chamado "público" diante da sociedade de massa:

> No público básico, a competição de opiniões se faz entre pessoas que mantêm pontos de vista em defesa de seus interesses e seu raciocínio. Mas na sociedade de massas, dos mercados de comunicações, a concorrência, quando existe, se faz entre os manipuladores com seus meios de comunicação em massa, de um lado, e o povo que recebe a propaganda, do outro.

O autor discursa sobre a transformação do público em massa e o consequente "declínio do político", afirmando que em nossa época

> a influência [da coletividade] que possam ter é grande; devem ser considerados não como públicos agindo autonomamente, mas como massas manipuladas em pontos focais, transformadas em multidões de manifestantes. Como os públicos se transformam em massas, as

> massas por vezes se transformam em multidões; e, nas multidões, a violência psíquica pelos meios de comunicação em massa é complementada pelas incitações violentas. E em seguida a multidão se dispersa – como massas atomizadas e submissas. (MILLS, 2008, p. 267).

É o fruto da comunicação de massa: as multidões. Vistas por Mills (2008) como passivas diante de uma indústria que as manipula, pois a "opinião pública se transforma na técnica consagrada para a conservação e conquista do poder", num inegável *declínio do político* observado por ele, que ainda afirma: "os meios de comunicação dizem ao homem da massa quem ele é – dão-lhe identidade" (MILLS, 2008, p. 267 e 269).

A comunicação de massa, portanto, transformou o público no agente passivo, aquele que assiste e não transforma, recebe e não dialoga. É constantemente manipulado em prol de uma indústria do capital, denunciada por teóricos já em seu nascimento. Luiz Costa Lima (1990, p. 14) em seu texto sobre a comunicação e cultura de massa inicia: "A voz humana alcançou onipresença, o gesto humano, eternidade, mas ao preço da alma"[64].

Nesse sentido manifesta Edgar Morin (1975, p. 149-150):

> A cultura de massa é um embrião de religião da salvação terrestre, mas falta-lhe a promessa da imortalidade, o sagrado e o divino, para realizar-se como religião. Os valores individuais por ela exaltados – amor, felicidade, auto-realização – são precários e transitórios; o indivíduo terrestre e mortal, fundamento da cultura de massa, é ele próprio o que há de mais precário e transitório. (...) A contradição – a vitalidade e a fraqueza – da cultura de massa é a de desenvolver processos religiosos sobre o que há de mais profano, processos mitológicos sobre o que há de mais empírico. E inversamente: processos empíricos e profanos sobre a idéia-mãe das religiões modernas: a salvação individual.

A cultura de massa e sua indústria pregam, portanto, o individualismo, segundo entendimento de Morin (1975), que faz uma analogia aos valores pregados pela religião. Propício ao desenvolvimento da ideologia capitalista, criando uma multidão que não enxerga o sistema de forma crítica por ter sua consciência construída por essa indústria, com valores que reafirmam os objetivos e garantem o aperfeiçoamento do sistema, exatamente como uma religião. Criados, ambos, para domesticar.

---

[64] Trata-se de uma citação do autor a uma frase de Knopf, em espanhol, até então não traduzido ao português.

II. VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Se “a verdade é sempre revolucionária” como afirmou Antônio Gramsci[65], a sua inversão ou antagonismo pode ser considerada reacionária, servindo como manutenção do *status quo*. No caso, da condição de lucro incessante que impõe a sociedade capitalista moderna.

A violência simbólica perpetrada pelos meios de comunicação objetiva esta manutenção, como se verá em toda explanação.

Não se trata de verdade, mas de ilusão, o que os sistemas de mídia têm se esforçado em realizar desde sua criação e desenvolvimento no mundo. Como afirma Mcchesney (2005, p. 217), a “globalização econômica e cultural seria claramente impossível sem um sistema de mídia comercial global para promover os mercados globais e encorajar os valores de consumo”. Isto é, os sistemas de mídia seguem uma espécie de propósito universal, em prol do interesse neoliberal[66] e vem se monopolizando cada vez mais, sendo que nas últimas décadas do século XX (em curto prazo, portanto) o mercado da mídia global passou a ser dominado por sete multinacionais e, segundo previsões, tende a concentrar ainda mais (MCCHESNEY, 2005).

Em contraposição ao destino catastrófico dos sistemas de mídia, Martín-Barbero (2005, p. 59) ponderou que esses sistemas podem ser utilizados a favor de comunidades locais ao considerar que

> Hoje essas redes não são unicamente o espaço no qual circulam o capital, as finanças, mas também um “lugar de encontro” de multidões de minorias e comunidades marginalizadas ou de coletividades de pesquisa e trabalho educativo ou artístico. Nas grandes cidades, o uso das redes eletrônicas tem permitido a criação de grupos que, virtuais em sua origem, acabam territorializando-se, passando da conexão ao encontro e do encontro à ação.

Ainda segundo Martín-Barbero (2005, p. 59 e 60), há necessidade de “diferenciar as lógicas unificantes da globalização econômica daquelas que mundializam a cultura” pois, no processo de globalização em que vivemos é, no

[65] Citado por LOWY (1978, p. 09).
[66] O autor Robert W. Mcchesney (2005, p. 218) utiliza do termo neoliberalismo com sentido mais completo do que o de globalização, entendendo ele que o termo “refere-se ao conjunto de políticas nacionais e internacionais que exigem a dominação empresarial de todas as questões sociais com mínima força de reação”.

entanto, “ao mesmo tempo um movimento de potencialização da *diferença* e de exposição constante de cada cultura *às outras*, de minha identidade àquela do outro”.

Embora ele reconheça a “permissividade” do sistema, entende que pode ser aglutinador de heterogeneidades através de grupos que se formam para defender comunidades, considerando as ONGs como exemplo de organismos que fazem a mediação entre o transnacional e o local. Também analisa os campos de tensões entre *tradição e inovação,* inevitavelmente impostos pelos sistemas de mídia e as perspectivas de *desterritorializações* e *relocações* que “acarretam as migrações sociais e as fragmentações culturais” (MARTÍN-BARBERO, 2005, p. 64).

> Estamos diante de uma profunda reconfiguração das culturas – camponesas, indígenas, negras -, que responde não somente à evolução dos dispositivos de dominação, mas também à intensificação de sua comunicação e interação com as outras culturas de cada país do mundo. No interior das comunidades, esses processos de comunicação são percebidos ao mesmo tempo como outra forma de ameaça à sobrevivência de suas culturas e como uma possibilidade de romper a exclusão, como experiência de interação que, se comporta risco, também abre novas figuras de futuro, pois há nessas comunidades menos complacência nostálgica para com as tradições e maior consciência da indispensável reelaboração simbólica que exige a construção do futuro. (MARTÍN-BARBERO, 2005, p. 64-65).

Utilizamos dois autores não necessariamente antagônicos, mas que possuem perspectivas diversas sobre o desenvolvimento do sistema de mídia e da comunicação de massa para começar nossa explanação sobre a violência simbólica exercida por esse sistema, seja para apenas “ancorar valores de consumo” como afirmou Mcchesney (2005, p. 217), destruindo culturas, seja para *reconfigurá-las*, transformando-as não necessariamente em vítimas do sistema, como concluiu Martín-Barbero (2005).

Marx, ao criticar o capitalismo, afirma que ele permite que os indivíduos *vejam suas relações sociais como elas de fato são – relações de exploração*[67] e, nesse sentido, convergindo com a expansão capitalista e delineando cada vez mais a divisão internacional do trabalho, encontra-se o sistema de mídia e a comunicação de massa. Não há como avaliarmos, dentro desta perspectiva, que a comunicação não se desenvolva para referendar as relações de exploração, portanto. E assim

[67] Citado por THOMPSON (1998, p. 161).

sucede dentro de um sistema sincrônico de violência simbólica e monopólio dos meios de comunicação.

O termo “violência simbólica” pertence a Pierre Bourdieu (2007). Através desta violência é exercido o poder simbólico que, como já mencionado no início do capítulo, é conceituado pelo próprio autor como um “poder de construção da realidade”, um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2007, p. 09 e 10).

O sistema simbólico converge para a manutenção da exploração e distinção das classes sociais, o que Marx considerava como “as funções políticas” dos “sistemas simbólicos” (BOURDIEU, 2007, p. 10), onde

> A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. (BOURDIEU, 2007, p. 10)

Os objetivos de todo o sistema simbólico, segundo Bourdieu (2007), são bem definidos, e cumprem “sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação” (BOURDIEU, 2007, p. 11), concluindo que aí reside a violência simbólica: exatamente a garantia da dominação de uma classe sobre a outra, sem violência física, através de uma “luta propriamente simbólica”, seja através de conflitos cotidianos, seja “por meio de procuração”, através dos “especialistas de produções simbólicas (produtores a tempo inteiro) e no qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima” (BOURDIEU, 2007, p 11 e 12). Sobre o campo de produção[68] simbólica, afirma Bourdieu (2007, p. 12) que

> É um microcosmo da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo da produção.

[68] Para Bourdieu (1997, p. 57), em sua obra “Sobre a Televisão”, um campo “é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que também é um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças”.

A ordem social produz e reproduz a violência simbólica, que tem como objetivo o reconhecimento que reclama toda forma de dominação social. É uma forma sutil de violência que se pratica mediante mecanismos culturais de diversas formas como, por exemplo, no sistema educativo e de comunicação (BOURDIEU, 2007).

A sociologia de Pierre Bourdieu é diferenciada, apresenta e esquematiza os mecanismos de "violência simbólica" presentes em diversas esferas como mantenedoras de um sistema econômico, dividido em classes:

> Este é o imperativo ético da sociologia praticada por Bourdieu: embora desencantadora, certamente não é uma análise cínica. A tarefa da sociologia é a de fornecer base argumentativa para a compreensão, é a de desiludir, seguramente não a de iludir. Ou seja, a sociologia tem como tarefa pôr algumas das condições necessárias ao exercício da razão crítica, sobretudo nestes tempos de nascimento de novos e do retorno de velhos irracionalismos. Seu objetivo mais amplo é, por conseguinte, trazer à luz os mecanismos mais profundos da dominação simbólica, pois, uma vez conhecidos, podem ser combatidos ou minimizados. (PEREIRA e CATANI, 2002, p. 10)

Seu conceito de violência simbólica deve ser utilizado, como pensamos neste trabalho, para se compreender as estratégias da comunicação de massa utilizadas para manter o sistema de divisão internacional do trabalho e todos os seus reflexos, contribuindo para a hegemonia do sistema capitalista e, por conseguinte, da manutenção do *status quo*.

Certamente que há ruptura com a teoria marxista, no momento em que o próprio autor assim considera, com a "construção de uma teoria do espaço social" (BOURDIEU, 2007, p. 133), onde privilegia as *substâncias* em detrimento das *relações*. Em suas palavras:

> Ruptura com o economismo que leva a reduzir o campo social, espaço multidimensional, unicamente ao campo econômico, às relações de produção econômica constituídas assim em coordenadas da posição social; ruptura, por fim, com o objectivismo, que caminha lado a lado com o intelectualismo e que leva a ignorar as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia no seio de cada um dos campos e entre os diferentes campos. (BOURDIEU, 2007, p. 133)

Embora entendamos, diferentemente de Bourdieu (2007), que as relações de produção determinam as relações sociais, sem que isso necessariamente seja

reduzido a “economismo”[69], pretendemos nos apropriar do conceito (e do estudo) de “violência simbólica” do autor para analisar as representações dos litígios agrários no estado de Rondônia na década de 1980, temática que será desenvolvida no capítulo terceiro.

A violência é assim denominada por Bourdieu (2007) porque exerce uma coação, uma força, que não física, mas simbólica, invisível, através de um sistema de formas simbólicas para manter a estrutura de dominação própria do sistema capitalista e, a nosso ver, a manutenção da divisão internacional do trabalho, onde países subdesenvolvidos se empobrecem cada vez mais em prol do crescimento econômico de grandes e poucas potências mundiais. Em termos básicos, o desenvolvimento do *imperialismo* que, segundo Edward W. Said (2011, p. 10),

> significa pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros. Por inúmeras razões, elas atraem algumas pessoas e muitas vezes trazem uma miséria indescritível para outras.

Nesse contexto, o conflito de classes, como analisa Ricardo Antunes (2005, p. 105), ao se referir à violência simbólica de Bourdieu, “seria acompanhado por práticas que geram a ordem simbólica que o legitima, e os símbolos dos que estão no topo da pirâmide social são os que clamam pela validade universal”.

Para Bourdieu (2007), há conflitos nos diferentes campos sociais e não somente entre classes sociais conforme teoria marxista. Define que um indivíduo pode ser determinado pela posição em que ocupa nos diferentes campos,

> quer dizer, na distribuição dos poderes que actuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico – nas suas diferentes espécies -, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital (BOURDIEU, 2007, p. 134-135).

---

[69] A par desta discussão, Marta Harnecker (1983, p. 110 e 97) afirma que o nível ideológico marxista constitui-se por um conjunto de representações e comportamentos sociais. Para o marxismo, o fio condutor que permite explicar essas ideias e comportamentos é a “forma na qual os homens produzem os bens materiais, isto é, a estrutura econômica da sociedade”. Não são as ideias que determinam o comportamento dos homens, “antes é a forma na qual os homens participam na produção de bens materiais o que determina seus pensamentos e ações”. E isto não é reduzir o marxismo a “economicismo”, segundo ela, pois “o marxismo não afirma que o ideológico possa reduzir-se simplesmente ao econômico. Afirma, ao contrário, que o nível ideológico tem seu conteúdo próprio e suas próprias leis de funcionamento e desenvolvimento”. Para a autora: “se a economia determinasse mecanicamente toda a superestrutura e o desenvolvimento da sociedade, Marx e Engels cairiam em um contra-senso absurdo: convocar para a luta de classes e a revolução quando tudo já estaria determinado antecipadamente pela economia”.

Descreve o campo social como um “espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional em função de coordenadas”, as quais possuem duas dimensões, sendo a primeira definida “segundo o volume global do capital que possuem” e a segunda segundo a “composição de seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses” (BOURDIEU, 2007, p. 135).

Contrariando a tradição marxista, Bourdieu, acerca do *espaço social,* considera que não se pode juntar indivíduos em um grupo (classe) sem considerar suas diferenças econômicas *e culturais*.

A par desta discussão, Escosteguy (2010, p. 67) afirma que a relação entre estudos culturais e o marxismo ocorre “através da crítica de um certo reducionismo e economicismo dessa perspectiva”, que contesta o modelo da superestrutura, já que os estudos culturais concedem à cultura “um papel que não é totalmente explicado pelas determinações da esfera econômica”. Para a autora

> a perspectiva marxista, nesse estágio do desenvolvimento dos estudos culturais, contribuiu no sentido de compreender a cultura na sua “autonomia relativa”, isto é, ela não é dependente das relações econômicas, nem reflexo, mas tem influência e sofre conseqüências das relações político -econômicas. Como Althusser argumentava, existem várias forças determinantes – econômica, política e cultural – competindo e em conflito entre si, compondo uma complexa unidade – a sociedade. (ESCOSTEGUY, 2010, p. 67-68)

Harnecker (1983, p. 98) argumenta sobre esse “ponto” frequentemente repetido pelos críticos do marxismo (onde se inclui os “culturalistas”), afirmando que Marx e Engels nunca reduziram a superestrutura (instituições jurídico-políticas, Estado, direito e etc.) à infraestrutura (estrutura econômica da sociedade):

> Por um lado, a afirmação da determinação econômica, e, por outro, a afirmação da necessidade da ação dos “homens” na história. Esta crítica não faz senão revelar a ignorância ou má fé dos que a formulam, os quais parecem esquecer a diferença radical que existe entre o determinismo marxista e o determinismo mecanicista.

Para a autora, embora alguns textos de Marx e Engels proporcionem interpretação deste tipo em razão da importância que atribuem ao papel que a estrutura econômica desempenha na sociedade, não é correta tal análise reducionista. É na infraestrutura que, segundo Harnecker (1983, p 95), “há de se buscar o ‘fio condutor’ para explicar os fenômenos sociais pertencentes à

superestrutura, mas esta assertiva não significa afirmar que tudo se reduz ou é um simples reflexo do econômico".

A análise das representações dos litígios agrários emitidos pela imprensa escrita, avaliados a luz do conceito de "violência simbólica" de Bourdieu e por outros autores "culturalistas" é compatível, e não excludente, ao entendimento marxista do objetivo desta violência, já que consideraremos na análise os aspectos econômicos e culturais das relações dos sujeitos.

III. MÍDIA

Iniciamos com a premissa de que na sociedade capitalista

> pode-se dizer que a mídia vive a ditadura do capital. Isso porque a classe que detém os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção intelectual, produzindo, reproduzindo e naturalizando idéias que legitimem o *status quo*. (BRITTO, 2004, p. 09)

Nosso entendimento, neste ponto, é de que a mídia impressa produz e reproduz os basilares que forjam a sociedade capitalista moderna, criando uma interação humana mediada e superando as históricas interações sociais face a face (THOMPSON, 1998). Criou-se uma relação paternalista, entre "produtor e consumidor", entre "persuasor e persuadido" (ECO, 2006, p. 49).

Thompson (1998, p. 148) analisa como o advento dos meios de comunicação (interação mediada) afetou os padrões tradicionais de interação social e impactou a sociedade, notadamente a partir do século XIX, fazendo nascer a crítica teoria do imperialismo cultural de Schiller:

> Quando os tradicionais impérios coloniais do século XIX – os impérios britânico, francês, holandês, espanhol e português – entraram em declínio, foram substituídos por um novo império americano emergente. Este novo regime imperial se fundamenta em dois fatores: a força econômica, proveniente principalmente das atividades das corporações internacionais sediadas nos Estados Unidos, e o *know-how* das comunicações, que permitiram às organizações comerciais e militares americanas tomar a dianteira no desenvolvimento e no controle de novos sistemas eletrônicos de comunicação no mundo moderno.

A teoria do imperialismo cultural de Schiller é reavaliada por Thompson (1998), mas não descartada, lembrando este que a economia mundial do pós-

guerra, coincidente com o período de maior desenvolvimento dos sistemas de comunicação de massa, tornou-se multipolar, onde outros países industrializados despontaram como grandes potências[70], e as "relações de poder simbólico e coercitivo também mudaram de formas complexas" (THOMPSON, 1998, p. 150)[71]. Para o autor, há que se fazer um enfrentamento crítico com a problemática da recepção, ou seja, da forma pela qual a mensagem (informação) é recebida pelo público e se os valores capitalistas apregoados são totalmente internalizados.

> (...) a recepção e a apropriação dos fenômenos culturais são processos fundamentalmente hermenêuticos nos quais os indivíduos se servem de recursos materiais e simbólicos disponíveis a eles, bem como da ajuda interpretativa oferecida por aqueles com quem eles interagem cotidianamente, de modo à dar sentido às mensagens que recebem e incorporá-las de alguma maneira em suas vidas (THOMPSON, 1998, p. 154).

O pensamento de Thompson é "inquietante", e embora seja um teórico contemporâneo sobre a mídia e a modernidade, podemos desconfiar de suas proposições que dão um caráter mais transformador da mídia do que mantenedor de um sistema. Umberto Eco (2006, p. 243), com perspectiva diversa, analisa a sociedade industrial, baseada na comunicação de massa, como possuidora de uma sensibilidade instruída, "baseada na produção e no consumo obrigatório e acelerado", e onde temos duas maneiras de tentar compreendê-la: "o que está depois da imagem e o que está por trás da imagem". Tudo guiado por uma "persuasão oculta motivada por fins econômicos determinados".

A persuasão dos indivíduos é o efeito da comunicação de massa, perpetrada pela mídia, e

> McLuhan chama este fenômeno de mundo retribalizado, onde as pessoas passam a ser constantemente massacradas por inúmeras e variadas informações, vindas de todas as partes do mundo. (...) Na atual sociedade, a produção e circulação das mensagens é extremamente dependente das atividades das indústrias da mídia, isto é, do papel das empresas de comunicações. Isto se torna fundamental na formação do indivíduo moderno. Torna-se quase impossível imaginar, na contemporaneidade, o que seria viver fora de um mundo midiático (GAMAS e SANTOS, 2010, p. 3 e 4).

[70] A exemplo de Alemanha e Japão.
[71] Schiller, citado por Thompson, considera que o objetivo primordial da cultura de mídia é a promoção do consumismo, objetivo que a torna tão útil para o sistema capitalista.

Há várias análises sobre a mídia e sua relação com a sociedade moderna em perspectivas psicológicas e sociológicas que não fogem à ideia de Humberto Eco sobre a “sensibilidade instruída” e “persuasão oculta” promovida pelos sistemas de mídia que, conforme iniciado neste subcapítulo, vivem a ditadura do capital.

> Conforme Guareschi (1998), hoje, a perspectiva psicológica e sociológica da comunicação lança novas idéias sobre a questão do poder. Guareschi reflete sobre a questão da ideologia enquanto instrumento do poder político, colocando-o numa idéia praticamente abandonada, e no seu lugar ficam reflexões sobre a influência das representações sociais, isto é, sendo definidas como a reprodução de percepções ou do conteúdo dos pensamentos comuns a uma coletividade, na tendência de dissolução das sociedades no sentido sistêmico e mesmo institucional, onde os valores eram ditados pelas estruturas sociais. Ainda na visão de Guareschi a atual sociedade possui um mínimo de coerção, o máximo de escolha privada possível, e de compreensão. As tendências vindas do domínio do consumo atuam fortemente seduzindo, persuadindo e impondo, de forma implícita, algumas representações sociais. Neste viés, pode-se exemplificar com as mensagens publicitárias, cotidianamente, continuam nos vendendo a imagem que todas as famílias são felizes, que mães são boas e felizes, que os donos de automóveis importados têm mais poder, e por conseqüência quem o consome será valorizado por isso. (GAMAS e SANTOS, 2010, p. 05).

Na atual sociedade, há imposição de representações sociais impostas pela comunicação de massa, num movimento de coletivização de um senso comum muitas vezes destituído da realidade, e a afirmação de que “as representações libertaram-se definitivamente do real” (GAMAS E SANTOS, 2010, p. 5) corrobora com essa perspectiva, como afirmado por Guareschi (2005, 139): “Quem detém a comunicação constrói uma realidade de acordo com seus interesses, justamente para garantir o poder”. Podemos analisar sobre a ligação estreita e simbiótica entre poder e comunicação, obtendo do autor Pedrinho Guareschi (2005) subsídios para esta discussão, para quem a comunicação vem destruindo sistematicamente padrões culturais e, portanto, as perspectivas da sociedade sobre o mundo, numa verdadeira dissidência com a realidade, em proveito do imperialismo cultural e econômico. Para Guareschi (2005, p. 146)

> a preservação da liberdade duma pessoa está diretamente relacionada à maneira como ela se comporta em relação às notícias que recebe, principalmente dos meios de comunicação, mas também de todo o grupo que a rodeia.

Conforme já advertido, Thompson (1998) prenunciava que só poderíamos analisar criticamente a mídia se colocássemos de lado a ideia naturalizada de que ela transmite informação*,* isto porque há uma dissociação da informação com a realidade. A comunicação é mais um aparelho ideológico. Nessa perspectiva, Guareschi (2005, p. 146) afirma que

> as notícias, porém, são a parte mais importante na formação, tanto da opinião pública, como na formação da ideologia das pessoas. Elas vão direto à mente das pessoas e vão construindo a realidade, a verdade, os fatos e os acontecimentos. Sem exagero, as notícias constróem a história e o mundo para nós.

A construção do mundo para o indivíduo moderno ocorre, segundo este entendimento, também através da mídia, onde este indivíduo é bombardeado e envolvido diariamente por notícias e informações através de sons e imagens que criam, mudam ou cristalizam atitudes (ALEXANDRE, 2001).

Paralelamente ao desenvolvimento da mídia e comunicação de massa, houve o nascimento maciço de teorias críticas que a condenavam:

> As preocupações de ordem social com o fenômeno da comunicação de massa acompanharam a sua disseminação. A mídia foi, nos anos que sucederam a Segunda Grande Guerra, compreendida como resultado da dominação técnica e econômica (Adorno) ou da dominação estatal (Althusser). A partir dos anos 60, a Sociologia e a Psicologia passam a estudar o poder exercido pela mídia, apontando para o espaço social que constitui o mercado consumidor de informação, classificando-o, nomeando e reconhecendo sua influência na formação da nova sociedade. Hoje, a perspectiva psicológica e sociológica da comunicação lança novas idéias sobre a questão do poder. (ALEXANDRE, 2001, p. 115-116)

A mídia é uma nova maneira de exercício de poder - simbólico e invisível como afirmado por Bourdieu (2007) – que possui alguns mecanismos identificados por Guareschi (2005, p. 149): mecanismo de *seleção*, onde as notícias possuem apenas alguns elementos dos fatos ocorridos; e mecanismo de *combinação*, pois duas ou mais coisas que nada têm a ver uma com a outra são juntadas para que as pessoas pensem que elas se relacionam. E assim, através destes mecanismos de seleção e combinação dos elementos da notícia, “transformam-se completamente as notícias. Elas chegam até a dizer o contrário do que de fato aconteceu”. Passa-se então a questionar sobre o próprio conceito de verdade, idealizada como notícia e informação na indústria da mídia, e da racionalidade, assim considerada por Adorno

e Horkheimer (1990, p. 160): “a racionalidade técnica hoje é a racionalidade do próprio domínio, é o caráter repressivo da sociedade que se auto-aliena”.

IV. MÍDIA NO BRASIL

Já se concluiu pela função colonizadora dos meios de comunicação, que disseminam “mercadorias culturais” e penetram a “grande reserva que é a alma humana”, como afirmou Melo (1987, p. 167)[72], para quem a imprensa já era utilizada pelos colonizadores europeus para introjeção de sua cultura e ideologia com o fim de facilitar a dominação política na América. Modernamente, a partir do século XX houve o

> apogeu do poder industrial e, consequentemente, a mutação de estratégia para dominação territorial, ensejando uma “segunda colonização”, que, mantendo a aparência da autonomia nacional para os países liberados da tutela política dos centros metropolitanos, garantisse a sua dependência econômica. (MELO, 1987, p. 167).

Em outras palavras, a manutenção da velha divisão internacional do trabalho através da indústria cultural, o que viria ocorrer na América Latina e, portanto, no Brasil, sob os auspícios do imperialismo norte americano. Conforme afirmou Herbert Schiller (apud Melo, 1987, p. 168 e 169), garantiria um recurso “para a dominação econômico-cultural” e também um “instrumento que seria acionado para tarefas político-militares, quais sejam as de desestimular ou debelar possíveis focos de revoluções nacionalistas”.

Melo (1987) ainda contextualiza o grande e repentino crescimento da televisão no Brasil e em outros países da América Latina, com dependência tecnológica e cultural norte-americana, reproduzindo “modelos culturais alienígenas”. O autor analisou a situação específica da televisão, denunciando-a como o instrumento do neocolonialismo, onde também podemos situar a mídia jornalística inserida nessa perspectiva e até mesmo a produção intelectual, como afirmado por Ianni (1983, p. 21):

> A barbarização de índios, mestiços, negros e mulatos, ou camponeses, mineiros e operários, é um processo que atravessa a história cultural da América Latina. Há uma extensa produção intelectual de norte-americanos, ingleses, franceses e outros na qual

[72] Citando e comentando a teoria de Edgar Morin.

> essa barbarização está presente. Nessa produção, é bastante generalizada a tese de que as sociedades latino-americanas são imunes à estabilidade, ordem, modernidade, democracia. Seriam sociedades que somente poderiam organizar-se e desenvolver-se sob a tutela militar e imperialista. Várias agências interamericanas, nas quais os governantes norte-americanos têm influência preponderante, estão inspiradas nessa interpretação.

E nesse contexto se desenvolveu a mídia no Brasil, não diferente de outros países da América Latina, numa verdadeira sistematização da atuação norte-americana. Além disso, e como consequência, o país vivenciava o desenvolvimento extensivo das relações capitalistas, como sintetizou Nelson Werneck Sodré (1980, p. 63), com o crescimento quantitativo e qualitativo da burguesia e do proletariado:

> A disparidade entre as áreas urbanas e rurais cresce; a desigualdade de desenvolvimento entre regiões do país reflete, em parte, tal disparidade; o desenvolvimento de umas se opera em prejuízo do de outras, que transferem às mais desenvolvidas a força de trabalho que as suas velhas estruturas marginalizam, enquanto se colocam como dependentes e consumidoras, semelhando colônias.

Para Sodré (1980), os meios de comunicação – e toda indústria cultural inserta – atuaram historicamente no Brasil esmagando nossa herança cultural e, ao explanar sobre a imprensa no país, afirmou que sua história só pode ser compreendida "sob a divisão em duas fases, a artesanal e a industrial, esta peculiar ao desenvolvimento das relações capitalistas" (SODRÉ, 1980, p. 81). Segundo ele, na fase artesanal, com a independência, a imprensa surgiu[73]:

> Com a autonomia surgiu a imprensa, sob severas restrições, cumpridas às vezes. Sob a regência, desenvolveu-se e ganhou, nas áreas urbanas, um teor popularesco singular, marcado pelos pasquins. O Segundo Império, mantendo embora, formalmente, a liberdade de expressão, reduziu em muito o alcance da imprensa; ao fim do século XIX, quando das reformas em que o próprio regime seria alterado, a imprensa tomou novo impulso; o governo oligárquico submeteu-a novamente; e assim foi, com altos e baixos. (SODRÉ, 1980, p. 130).

[73] Segundo Azevedo (2006, p. 93), o primeiro jornal foi o *Correio Braziliense*, e "surgiu apenas em 1808, ano da transferência da Corte para o Brasil e da liberação das restrições impostas pela política colonial. Contudo, o Correio Braziliense era editado e distribuído a partir de Londres, e assim podemos considerar que o primeiro jornal efetivamente impresso no Brasil foi a Gazeta do Rio de Janeiro, também lançado em 1808, cuja pauta se limitava à publicação dos decretos da Corte e à cobertura das atividades da família real exilada no Brasil".

Na fase industrial, segundo o autor, o jornal – e a revista – passaram a constituir empresa industrial e comercial, com patrimônio e renda[74], comportando-se como empresa capitalista e seguindo as normas do mercado, sem as quais não teriam condições de sobrevivência.

Sodré (1980) avaliou a conduta *de empresa* que adquiriu os jornais, recebendo notícias de agências estrangeiras para circular no país e vendendo publicidade que se tornou "a parcela principal do haver, no balanço de uma empresa de jornal ou revista, pensando mais do que a venda avulsa", e se monopolizando:

> Com o passar dos tempos, a organização de uma empresa jornalística representa investimento cada vez mais vultoso: não há, no Brasil, há anos, fundação de jornal novo (...). Reduz, assim, o número de jornais, a cada ano, e isso não acontece apenas em nosso país, mas em todo o mundo capitalista; e acontece porque uma empresa jornalística é hoje investimento de vulto, e de rentabilidade incerta, já que a contradição atingiu o cerne de sua tarefa: deve informar sempre melhor, porque o público deseja ser melhor informado, e carece de condições para isso, porque seus condicionamentos se tornam cada vez mais drásticos. (SODRÉ, 1980, p. 131).

Os jornais eram inicialmente ligados aos liberais e à maçonaria e, na passagem do século XIX para o século XX, a imprensa brasileira ganhou estrutura empresarial, conforme observado por Sodré (1980), se relacionando ativamente com a política, os anunciantes e o leitor, dando início à chamada *grande imprensa* no país, mas limitando-se ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo (AZEVEDO, 2006). No entanto, com relação aos jornais, sua circulação era considerada muito baixa no país, e

> só com o surgimento do rádio no início da década de 1920 e a sua rápida popularização na década seguinte que teríamos o início da era da comunicação de massa. Contudo, o processo de formação de um mercado de massa foi demorado e só se completaria com a chegada posterior da televisão, na década de 1950, e a criação e expansão das redes nacionais de rádio e televisão na década de 1970. Assim, somente a partir dos anos 1980 é que o nosso sistema de mídia ganharia uma feição inequívoca de uma indústria de massa, com a televisão ocupando um lugar central no mercado nacional de entretenimento e informação. (AZEVEDO, 2006, p. 93).

[74] Sodré (1980) coloca ainda que o período artesanal da imprensa no Brasil pode ser considerado como "proto-história", sendo que a existência da imprensa no país somente ocorreria após o desenvolvimento das relações capitalistas.

Sodré (1980) ainda avaliou uma transição na imprensa no ano de 1930[75], afirmando que antes deste período os jornais tinham a influência da pequena burguesia urbana, numa fase liberal em que defendia reformas e se colocava na oposição, enquanto depois de 1930 assumiu a publicidade de grandes empresas e de monopólios estrangeiros, com posição conservadora e reacionária. Para ele, esta dominação estrangeira só cresceu e se fortaleceu no país, chegando a afirmar que a imprensa[76] estava

> sob controle direto do imperialismo, que comprou empresas e completou o controle indireto com a propriedade de cadeias de jornais e revistas, além de emissoras de rádio e televisão, atuando sobre a opinião maciçamente" (SODRÉ, 1980, p. 131).

O ano de avaliação de Sodré foi 1980, e observamos a continuidade desta estrutura atualmente, com a imprensa nacional ainda sob o controle direto do imperialismo, onde a "doutrinação domina a informação". O autor ponderou também sobre a dificuldade de sobressair neste contexto a imprensa liberal ou alternativa, já que ela demandava grandes investimentos, passando a representar jornais de pequena circulação e revistas de cultura.

Podemos observar que a imprensa surgiu tardiamente no Brasil, e que os jornais tiveram uma baixa circulação – ao considerarmos a dimensão geográfica do país – e comumente foram direcionados para as elites. A televisão, no entanto, desde seu início esteve no centro do sistema de mídia (AZEVEDO, 2006). A respeito desta centralidade:

> pode ser medida por dois indicadores, além da clássica e óbvia medição da audiência: a participação do setor televisivo no volume dos investimentos publicitários e a presença de aparelhos de televisão nos domicílios. Os dados sobre a distribuição da verba publicitária total investida em 2005 no Brasil [56,9%] não deixam dúvidas sobre o peso e a importância que a televisão, tanto aberta quanto por assinatura, em especial as emissoras ligadas à Rede Globo, possuem no mercado de mídia e no mercado publicitário. (AZEVEDO, 2006, p. 95).

Entendemos que a televisão centralizou o comércio da mídia no Brasil, muito pela concentração dos investimentos publicitários como afirmado por Azevedo

[75] É o ano que marca o final da República Velha no Brasil. Foi um golpe, liderado por Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito então presidente da República. Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano e só o deixou em 1945. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/revolucao1930/acervo> Acesso em 04/02/2016.
[76] Referia-se a jornais e revistas.

(2006), que não deixa de relacionar esse grande mercado às *Organizações Globo*, hoje considerada uma das maiores empresas de comunicação do mundo[77]. Vicente (2009) traz em seu livro uma citação de Jeff Cohen, a qual traduzimos livremente[78], afirmando que "ter uma licença de televisão ou rádio é como ter uma licença para imprimir dinheiro", e finda criticando o monopólio e a concentração do poder concluindo que ela conduz à natural censura e conformidade de pensamento e cultura.

No Brasil, esse fenômeno é perceptível através do monopólio exercido por poucas corporações, principalmente pela já citada *Organizações Globo*. Ainda segundo Vicente (2009), esse modelo visa garantir a presença das corporações nas diversas partes do mundo para obtenção de lucro e controle da informação, lembrando ele que as políticas seguidas por essas megacorporações não diferem das políticas encontradas nos demais setores produtivos e que lutam para maximizar seus lucros.

A mídia, como já vimos, trabalha com produtos e bens simbólicos relacionados com a forma de entender e sustentar valores políticos, econômicos e culturais (VICENTE, 2009), e o fenômeno da concentração midiática é algo que ocorre no mundo inteiro, não somente no Brasil, ganhando força a partir da década de 1970, numa constante busca em hegemonizar esses valores. A par disso, há uma teoria[79] que tenta demonstrar que estamos caminhando para o fim do poder

---

[77] Segundo dados da própria Rede Globo, a emissora é a segunda maior rede de televisão comercial do mundo, e alcança 98,56% do território brasileiro, cobrindo 5.490 municípios e cerca de 99,55% do total da população brasileira. Integra o Grupo Globo, um dos maiores conglomerados de mídia do planeta e possui, ao todo, 117 emissoras próprias ou afiliadas. Disponível em <http://redeglobo.globo.com/Portal/institucional/foldereletronico/g_globo_brasil.html>, acessado em 02/03/2016. Há uma polêmica em sua fundação: em 1962, um acordo assinado entre o Grupo Time-Life e o Grupo Globo proporcionou a Roberto Marinho (proprietário) o acesso a um capital de trezentos milhões de cruzeiros (seis milhões de dólares, segundo o documentário "Muito além do cidadão Kane"), o que lhe garantiu recursos para comprar equipamentos e infraestrutura para a Globo. O acordo foi questionado em 1965 por deputados federais (liderados por Carlos Lacerda) na CPI da TV Globo, pois seria ilegal segundo o artigo 160 da Constituição da época, que proibia a participação de capital estrangeiro na gestão ou propriedade de empresas de comunicação. A CPI terminou com parecer desfavorável à emissora, mas em outubro de 1967 o consultor-geral da República Adroaldo Mesquita da Costa emitiu um parecer considerando que não havia uma sociedade entre as duas empresas. Com isso, a situação da TV Globo foi oficialmente legalizada (BORELLI e PRIOLLI, 2000).

[78] Segundo Vicente (2009, pág. 147), Jeff Cohen é fundador de Fairness & Accuracy in Reporting (Fair): The National Media Watch Group, e sua citação original é "*Tener una licencia de TV o radio es como tener una licencia para imprimir dinero*. [...] *La concentración del poder de los medios, el poder de influenciar en la opinión pública, en manos de pocas corporaciones, lleva fácilmente y de manera natural a la censura y a la conformidad de pensamento y cultura*."

[79] Defendida por Negri e Hardt.

dos Estados Imperialistas, em razão do chamado “deslocamento de poder”, promovido pelas grandes corporações midiáticas:

> De acordo com eles [Antonio Negri e Michael Hardt], constata-se, na contemporaneidade, um deslocamento do poder. Tal deslocamento passou do Estado para as grandes corporações internacionais. Como esses megagrupos agem no mundo inteiro, o poder estaria diluído pelo mundo, palco da ação desses novos agentes propulsores das relações sociais e econômicas, perdendo-se, com isso, as tradicionais limitações da concepção mais clássica de poder, definido pela materialização do Estado, território e fronteiras. Dessa maneira, o imperialismo não é mais entendido como a ingerência de alguns países em outros. Evidentemente, se o Estado-nação clássico não tem mais poder para estabelecer políticas públicas, não pode ser apontado um país (no caso os Estados Unidos) como o responsável pela implementação de um novo projeto imperialista. (VICENTE, 2009, p. 151-152).

Vicente (2009) apresenta sua crítica a esta teoria, que vem alcançando consideráveis adeptos, lembrando que grande parte das megacorporações concentra sua sede nos Estado Unidos, e que

> O perigo dessas teses reside em criar um vazio na hora de apontar a maneira como se materializa a tal “desregulamentação”. As observações de Perkins (2005) e Stiglitz (2002), tal como expostas anteriormente, nos revelam um componente de suma importância para entender como se instaura a supremacia das grandes empresas multinacionais. Existe, sim, uma clara articulação e identidade de interesses entre essas companhias e o governo norte-americano, como acontece, de acordo com Perkins, com a indústria petrolífera, a indústria de armamento, de construção civil e de outras corporações. (VICENTE, 2009, p. 152).

O que nos parece óbvio é que o “deslocamento de poder” ocorre nos países pobres, “subdesenvolvidos” e com economia dependente, onde as grandes corporações “tomam” o poder para si fazendo, diversamente do que expõe a teoria de Negri e Hardt, uma grande ingerência imperialista nesses países, já que as grandes corporações possuem nacionalidade – em sua maioria norte-americana. Além disso, a mundialização da mídia e seu alcance transnacional possui, em nosso entendimento, objetivos claros como a manutenção da divisão internacional do trabalho. É justamente por conta da luta por maximização do lucro – já que não passam de estruturas de empresas capitalistas – que elas possuem essa característica de denominação cultural, pois são “bancadas” por outras empresas (através de publicidade), ligadas a interesses nem sempre supranacionais, pelo

contrário, como no caso citado por Vicente (2009) das indústrias petrolíferas, de armamento, construção civil e etc.

Voltando a análise da mídia no Brasil, Azevedo (2006, p. 90) a identifica como um modelo pluralista polarizado:

> A liberdade de imprensa e o desenvolvimento da mídia comercial são relativamente tardios e recentes, e os jornais freqüentemente são frágeis do ponto de vista econômico, dependentes de subsídios e ajuda governamental (via publicidade oficial) para sobreviver. Há alguma diversidade externa, mas o paralelismo político é alto, com a predominância de um jornalismo opinativo orientado para a defesa de interesses ideológicos, políticos e econômicos ou, em casos mais extremos, simplesmente a serviço de governos, partidos ou grupos econômicos. O sistema público de televisão, quando existente, tende a apoiar as políticas de governo e o profissionalismo no campo jornalístico é de desenvolvimento relativamente recente.

O mesmo autor divide a mídia no país em jornais, rádio e televisão, apresentando dados que demonstram ser a televisão e o rádio drasticamente mais populares, pois segundo ele dois terços da população não leem jornais habitualmente, enquanto noventa por cento (90%) dos domicílios permanentes no Brasil possuem aparelhos de televisão e oitenta e oito por cento (88%) possuem aparelhos de rádio[80]. Analisa também sobre o monopólio da mídia no Brasil e suas raízes históricas, pois desde a Constituição brasileira de 1946 era proibido que pessoas jurídicas e estrangeiras tivessem o controle de empresas jornalísticas e de radiodifusão no país, o que propiciou a formação de monopólios familiares no setor de comunicação, salientando que a relação histórica da mídia com as elites certamente provocou sua baixa diversidade.

Azevedo (2006) apresenta uma tabela em sua pesquisa relacionando oito famílias ao todo como proprietárias de todo o sistema de comunicação de massa no país (rádio e televisão), sendo três nacionais: Marinho (Globo), Saad (Bandeirantes) e Abravanel (SBT); e cinco regionais: Sirotsky (RBS-Sul), Câmara (Centro-Oeste), Zahran (Mato-Grosso), Daou (Norte) e Jereissati (Nordeste).

> Além desses grupos, que controlam também mídia impressa eletrônica (internet), relaciona outros três outros grupos familiares que controlam várias ramificações importantes do sistema de mídia brasileiro que englobam parques gráficos, jornais, revistas, portais e sites e TV por assinatura: os Civitas (grupo *Abril*), os Mesquitas (grupo *O Estado de S. Paulo*) e os Frias (grupo *Folha de S. Paulo*). E

[80] Dados referentes ao ano de 2005.

> assim, 90% da mídia brasileira é controlada por apenas 15 grupos familiares. (AZEVEDO, 2006, p. 100).

Este é o cenário mais geral da mídia no Brasil e sua configuração em forma de monopólios familiares. Rondônia, como veremos, segue esse modelo.

V. MÍDIA EM RONDÔNIA

Iniciamos com uma curiosidade: os primeiros jornais a circularem em Rondônia foram produzidos na língua inglesa, em finais do século XIX. Segundo Albuquerque (2009, apud Conde, 2012) tal fato se dera em razão da então construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em Porto Velho, cujo pessoal técnico e administrativo tinha o inglês como língua.

> Na época, a Imprensa em seus países já havia atingido um forte patamar e, por isso, ao chegarem aqui eles buscaram instituir um veículo que, com todas as dificuldades possíveis, pudesse seguir à tradição de suas terras, de ter um veículo de comunicação. (...) O jornal pioneiro foi o "The Porto Velho Times", fundado a 31 de janeiro de 1909, cuja primeira edição, com 200 exemplares, circularia só no domingo, 4 de julho, data da independência dos EUA. (ALBUQUERQUE, 2009, p. 26, apud CONDE, 2012, p. 67).

Em português foi lançado em 1915, o que Albuquerque (2009, apud Conde, 2012) considera como o primeiro jornal local, denominado *O Município*, que foi comprado posteriormente pelos fundadores do jornal *Alto Madeira*, em 1917[81]. Houve alguns jornais de propaganda e outros de menor circulação, além de jornais estudantis e, após um grande período, o desenvolvimento do rádio e da televisão no estado, que até 1982 se tratava de Território Federal.

> Fato relevante na história da comunicação rondoniense, datado na década de 1970, é a chegada da televisão antes mesmo de emissoras de rádio ou veículos impressos em alguns municípios do interior do Estado. É o caso da implantação da TV Vilhena – TV Rondônia, do grupo Rede Amazônica, que surge no sul do Estado antes da primeira retransmissora de radiodifusão local.
> Albuquerque (2009) refere que o primeiro sinal de TV em Rondônia, em circuito fechado, ocorreu em 1969, quando o diretor de uma rádio local realizou o feito na Avenida Carlos Gomes, na capital Porto Velho. Com o sucesso da experiência, o diretor, Vitor Hugo, adquiriu na Itália câmeras e uma TV de 14 polegadas, iniciando uma transmissão experimental com peça teatral, informes gerais e

[81] O Jornal local Alto Madeira, segundo Conde (2012), figura entre os 15 jornais impressos mais antigos do Brasil.

> esportivos. A emissora era a TV Cultura, canal 11, que se manteria com equipamentos eletrônicos descartados da Rede Globo de São Paulo até 1974. (CONDE, 2012, p. 67-68).

Conde (2012) apresenta um levantamento sobre as rádios no estado desde seu nascimento em forma de "rádios de poste"[82] em meados de 1950, asseverando que os escritores locais como Lúcio Albuquerque e Matias Mendes atribuem importante função social a estas rádios, que apresentavam notícias e informações diárias além de entrevistas com autoridades. As rádios se popularizaram mais facilmente pelos municípios do Estado em razão dessas "rádios de poste", tornando-se por algum tempo o meio de comunicação mais importante, até o desenvolvimento das rádios difusoras e da televisão a partir da década de 1970.

Em 1974, o empresário Phellipe Arce Daou, já proprietário do sistema de televisão de quase todos os estados do Norte (Rede Amazônica de Televisão), funda em Rondônia a "TV Rondônia", afiliada local da Rede Globo, que passaria a ser o maior veículo de comunicação televisiva do estado até os dias atuais. Após, foi fundada a TV Meridional (afiliada na Rede Bandeirantes) e a TV Allamanda (afiliada do SBT) pelo empresário Rômulo Furtado Andreoli na década de 1980. Em seguida, o Sistema Imagem de Comunicação pelo empresário e político Everton Leoni, como afiliada da Rede Record e mais recentemente a SGC TV pela família de empresários e políticos Gurgacz, como afiliada da Rede TV[83]. Todos possuem também a concessão de rádios no Estado.

Estas são as famílias que controlam atualmente os principais sistemas de televisão e rádio locais, não distanciando das características de outros estados e do cenário geral do País, onde as concessões de televisão e rádios estão concentradas em famílias locais, o que Azevedo (2006) considerou como uma das características mais notáveis do sistema de mídia no Brasil: o monopólio familiar e a propriedade cruzada nos meios de comunicação de massa, além do viés conservador orientado para as elites. Ocorreu que

> com a instalação do estado de Rondônia – em 1982 – é acelerada a concessão de autorizações para que se instalem emissoras de televisão e rádio. Muitas dessas concessões se concentram nas

[82] Também conhecido popularmente como "pau-de-fuxico". Eram autofalantes colocados em postes bem localizados na cidade, geralmente próximos a agências bancárias segundo Albuquerque (2009).

[83] Os dados foram tirados dos sítios *online*: <http://www.sictv.com.br/grupo.php>; <http://diariodaamazonia.net/tv-rondonia-completa-40-anos-de-atividade>; <http://redetvro.com.br/>; <http://www.midialinks.com.br/50238tvallamanda-sbtportovelho> . Acesso em 28/05/2016.

> mãos de políticos e acabam por dar origem a pequenos grupos de comunicação, boa parte deles ainda atuando em Rondônia (COLFERAI, 2009, p. 107).

Rondônia não se furtou, como já dito, desse processo de monopolização dos meios de comunicação para famílias tradicionais, algumas de políticos, iniciado com mais rigor a partir de sua configuração como estado e, como se trata de período razoavelmente recente, é perceptível a atuação desses grupos políticos ainda hoje, como observou Colferai (2009). Além dos grupos proprietários das maiores redes de comunicação conforme exposto acima, Colferai (2009, p. 111) também identifica:

> Outros grupos de comunicação com menor alcance podem ser destacados, como é o caso do Grupo Cassol, com emissoras de rádio nas cidades de Vilhena e Rolim de Moura e controlado pelo governador do estado, Ivo Cassol; o Grupo Morimoto, com emissoras de rádio em Vilhena e Ji-Paraná, pertencente ao empresário e ex-deputado federal Antônio Morimoto; e as rádios Nova Fronteira, em Jaru e Presidente Médici, de propriedade do ex-governador e atual prefeito de Ji-Paraná, José Bianco.

Em escala menor, o mesmo ocorre em municípios menores do interior do estado, tendo seus meios de comunicação controlados de alguma forma pela força política local.

Em Rondônia, o que se pode observar dessa construção histórica do cenário da mídia local é a sua *tomada* por migrantes[84] vindos em sua maioria do Sul e Sudeste do País, ante o processo de colonização recente que ambientou um encontro de culturas e fez "surgir a preponderância das práticas dos colonos sobre os ribeirinhos", contando com o estado como apoiador "para a fixação desta população imigrante e o reconhecimento de sua organização social" (COLFERAI, 2009, p. 162). A mídia local, então, estando nas mãos do recém-chegado colonizador, não poupou – e não poupa – esforços em propagar a sua versão da história, que de forma comovente reproduz o mito do *desbravador da Amazônia*.

VI. OS JORNAIS EM RONDÔNIA NA DÉCADA DE 1980

Os jornais em Rondônia na década de 1980 é matéria que nos interessa contextualizar em razão das análises que faremos das notícias no terceiro e último

[84] A maioria dos proprietários dos meios de comunicação local é formada por migrantes.

capítulo deste trabalho. Importa saber quais eram as famílias que detinham o monopólio desse meio de comunicação escrito no estado e como se orientavam.

A análise da representação midiática através do jornal escrito foi escolhido na pesquisa em razão da sua característica não perecível, diversamente da imprensa televisiva e de rádio. Já viveu seu apogeu no país e, em Rondônia não foi diferente, onde atualmente se percebe uma priorização pelas mídias eletrônicas. No entanto, faremos uma análise de notícias na década de 1980, onde os jornais em Rondônia tinham considerável tiragem e representavam importante fonte de notícias, bem antes do aparecimento e popularidade da *internet*.

Não fizemos uma busca para arrolar todos os jornais existentes no estado na década de 1980, mas de forma sucinta apresentaremos como se davam as relações de propriedade dos jornais naquela época, orientados na grande maioria por políticos locais e representantes das elites locais[85] ou recém-migrada. É o caso do jornal *Tribuna Popular*, fundado em 1980 no município de Cacoal que, por questão de sobrevivência financeira, acabou tendo 55% de sua cota societária vendida a um político (PERIN e COLFERAI, 2011), transformando-se em folhetim partidário, conforme depoimento de seu proprietário original:

> Nessa época eu vivi uma escravidão. Me livrei das dívidas, em contra partida Olavo [Pires] ficou com 55% do capital social da empresa, e assim ele manipulou o jornal, que ficou completamente parcial. Em todas as edições eu tinha que ligar para Brasília, no gabinete dele, e falar tudo o que iria sair no jornal. Se houvesse alguma propaganda de alguém que ele não queria, não podia sair de jeito nenhum (Adair Antônio Perin, 2010, apud PERIN e COLFERAI, 2011).

O evento do jornal acima é sintomático. No caso, foi comprado pelo então Senador da República por Rondônia Olavo Pires e, conforme depoimento do jornalista, o jornal era completamente manipulado pelo parlamentar, de forma que as notícias necessitavam de sua autorização para circular, e possíveis fatos relevantes,

[85] Souza (2011, p. 19, 126 e 169) ensaia descrever a elite em Rondônia, no período de sua transição para Estado – início da década de 1980 – como os "tradicionais comerciantes e seringalistas bem como a altos funcionários da burocracia do Território Federal do Guaporé". Também aponta para a "nova elite migrante" que formava no Eixo da BR-364, situando nessa nova elite os comerciantes, fazendeiros e outros empresários rurais que "vieram junto com a grande migração dos anos 70 e 80 e se estabeleceram no Eixo da BR-364, no interior do Estado". Afirma ainda que essa nova elite agrária, passando a deter o poder político e econômico, suplantou as antigas elites de seringalistas, comerciantes e dos altos burocratas localizados no Eixo dos Rios Madeira-Guaporé.

como se depreende da afirmação, poderiam ser censurados pelo jornal, a livre entendimento do Senador[86].

Com maior projeção no estado na década de 1980, havia o jornal *Alto Madeira*, fundado em 1917 e *O Estadão do Norte*[87], fundado em 1980. Outros jornais populares foram fundados a partir da década de 1990: *Diário da Amazônia* (1993), *Folha de Rondônia* (1999) e *Correio Popular* (1990) (CONDE, 2012).

O Jornal *Alto Madeira* existe deste o ano de 1917, e foi fundado por Joaquim Tanajura, médico militar pertencente à Comissão Rondon que, naquele mesmo ano, se tornou o primeiro prefeito de Porto Velho (SOUZA, 2002). Em 1950, Euro Tourinho, filho de seringalista vindo a Rondônia na década de 1930, se torna colunista social do jornal e o compra em definitivo, em sociedade com seu irmão Luiz Tourinho, em 1970 (OLIVAR, 2013). Como um dos jornais mais antigos do país ainda em atividade, é comumente tratado pela imprensa local com bravura poética: "Eis o Alto Madeira. Assume, com maestria, uma grandeza subjetiva pela sua resistência e superação" (OLIVAR, 2013). O *Alto Madeira*, no entanto, liderou sozinho por muitos anos o controle da divulgação de notícias em Rondônia, exercendo um papel[88]

> central para o controle político da região, pois não havia uma imprensa alternativa, que fosse dissonante da opinião das elites econômicas e políticas. O jornal Alto Madeira, sediado em Porto Velho, capital regional dos vales e palco das relações de poder, circulava nas regiões ribeirinhas dos seringais do baixo rio Madeira, nos vales dos rios: Candeias, Jamari, Machado, Jacy-Paraná e em todo o vale do Guaporé, no trajeto da ferrovia e na cidade de Guajará Mirim. (SOUZA, 2002, p. 20)

Na década de 1980, além do *Alto Madeira* e *Estadão do Norte*, havia também o jornal *O Guaporé*, fundado em 1954 pelo Coronel Aluízio Ferreira[89] e que, segundo Campana (2012), não escondia a linha governista, citando ela um trecho das

---

[86] O jornalista Adair Perin era Catarinense e o então Senador Olavo Pires, goiano. Ambos vieram a Rondônia no final da década de 1970.

[87] De propriedade do jornalista e ex-Senador Mário Calixto Filho, que se encontra atualmente preso por formação de quadrilha e tráfico de influência, o jornal possui hoje pedido de decretação de falência perante a Justiça Estadual, por dívidas e atraso de pagamento de funcionários.

88 Segundo Foroni (2012), era considerado um jornal conservador, e de sua leitura do período de 1979-1984 não se depreende crítica ao então governador Jorge Teixeira, apoiado incondicionalmente pelo jornal.

[89] Primeiro Governador do Território Federal do Guaporé, atual Estado de Rondônia.

diretrizes que o jornal publicara em 1980, onde todos os seus diretores eram filiados ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro):

> O Guaporé dará apoio integral ao governador Paulo Nunes Leal, que pauta a sua linha de conduta com superior visão, objetivando fazer a grandeza do Território e o bem estar da população.
> Apoio integral ao deputado Aluízio Ferreira, esteja ele ou não representando o Território da Câmara Federal. Para isso apontará sempre ao povo as grandes realizações do eminente homem público, suas atividades e seus projetos para a região. (CAMPANA, 2012, p. 02)

Campana (2012) ainda ressalta que naquela década os jornais diários de maior circulação por todo o Estado eram: *Alto Madeira, O Estadão do Norte* e *O Guaporé,* tendo surgido jornais com pouca duração como *Folha do Guaporé, Correio de Rondônia* e *A Vanguarda*. Além desses, destacou-se alguns jornais pelo interior do Estado e com periodicidade menor:

> A Notícia: jornal editado em Ji-Paraná, fundado em 80, com circulação mensal esporádica;
> O Parceleiro: semanário editado pelo jornalista Osmar Vilhena, em Ariquemes, fundado em 78;
> Barranco: informativo mensal fundado em maio de 79, editado pelos jornalistas Montezuma Cruz e Jorcêne Martinez;
> Gazeta de Rondônia: também semanário editado em Ji-Paraná mas composto e impresso Ariquemes em 80.
> Tribuna Popular: jornal quinzenal editado em Cacoal – composto e impresso em Porto Velho;
> Correio do Sul: semanário editado em Vilhena, composto e impresso em Cuiabá, fundado em 80. (CAMPANA, 2012, p. 03)

A despeito das características dos jornais na época que será avaliada – década de 1980 – Ferreira (2005, p. 09) destaca que no período da ditadura militar "a modernização dos sistemas de comunicação quebra, gradativamente, o isolamento e as publicações regionais assumem uma linha editorial mais nacional". Os jornais, que tinham como prioridade acontecimentos locais, além de voltarem para interesses do governo militar, também vivenciavam momento de modernização.

> As fotos e as manchetes se ocupam dos grandes problemas nacionais e também dedicam amplo espaço à conjuntura internacional. Os periódicos ficam cada vez mais parecidos, com uma uniformidade de posições que contrasta com o período em que o trabalho e o texto do jornalista tinham mais peso no produto final. (FERREIRA, 2005, p. 10)

Fato que ocorreu também, em certa medida, com os jornais impressos em Rondônia. No entanto, após 1985, com o fim do militarismo no país, nova “era” se aproximou e, apesar da imprensa livrar-se da censura, sua liberdade ficou limitada aos “interesses econômicos das empresas jornalísticas”. É a fase em que “‘o jornal dispensa, no conjunto, a opinião dos leitores e passa a servir aos anunciantes, predominantemente’” (FERREIRA, 1985, p. 10, apud SODRÉ, 1999).

Em nosso trabalho, faremos pesquisas com recortes de jornais da década de 1980 em Rondônia, utilizando como fonte principal o jornal *Alto Madeira* e, de forma secundária, outros jornais locais, como forma de complementar as reportagens. Também utilizaremos o jornal de circulação nacional *Folha de São Paulo*, a fim de contextualizar as notícias nacionais de forma ampla. Os jornais foram acessados no setor de periódicos da Biblioteca Municipal Francisco Meireles, e no Centro de Documentação da Comissão Pastoral da Terra em Rondônia (CPT/RO).

CAPÍTULO III - REPRESENTAÇÃO DO LITÍGIO AGRÁRIO EM RONDÔNIA NA DÉCADA DE 1980

I. JORNAL: FONTE *OU* OBJETO?

Permeados pelo discurso de progresso e desenvolvimento da região amazônica, propiciados pelos migrantes em sua maioria vinda das regiões sul e sudeste do país, os principais jornais impressos no estado de Rondônia na década de 1980 possuem esse "editorial" como ponto comum. Atribuem a eles - os migrantes colonizadores (das décadas de 1960 a 1980, como já visto) - o desbravamento do estado e promovem sistematicamente o discurso do colonizador através desse meio de comunicação impressa, por vezes ignorando o impacto da migração sobre as populações locais, tratadas como "estranhas"[90].

Cientes de que os jornais impressos representam o meio de comunicação da elite segundo Smith (2000, apud LEITE, 2014), nada mais propício que analisarmos os recortes de notícias dos conflitos agrários em Rondônia na década de 1980, para compreensão da polarização social e possível necessidade de legitimação de uma classe que, recém-chegada ao estado, iniciava sua trajetória de poder. Utilizaremos como fonte principal o jornal *Alto Madeira* e, de forma secundária, os jornais *O Guaporé* e *O Estadão do Norte*, além do jornal *Folha de São Paulo*, de circulação nacional que também era distribuído em Rondônia.

Os jornais, enquanto "enciclopédias do cotidiano" (LUCA, 2008, p. 112) há certo tempo começaram a ser considerados como fonte de pesquisa histórica no Brasil. No início do século XX, segundo Leite (2014), foram tratados de duas formas distintas pelos historiadores: ora com desprezo, por considerarem fontes suspeitas e sem valor; ora com enaltecimento, atribuindo a eles repositório da verdade.

[90] Como exemplo, a matéria intitulada "Colonos falam da Funai", onde se narra uma pendenga judicial em torno de uma reserva indígena em Corumbiara. A matéria relata que a Funai ingressara com ação judicial para retirar colonos da reserva, mas apresenta apenas o ponto de vista dos colonos, induzindo que a área requerida pela Funai é muito extensa para entregá-la aos povos indígenas Tubarões e Massacás que, segundo a reportagem ironiza, "são duas tribos que somados todos os seus membros não chegam a 150", e finda com o relato de um colono: "André teme esse novo reassentamento que o INCRA promete e faz uma proposta 'por que a Funai não bota esses índios mais pra dentro e nos deixa aqui, como já fizeram uma vez? Índio não produz nada, só come, passeia, faz bagunça e dorme...". (jornal *Alto Madeira,* 25/04/1980, p. 2).

Tal situação mudou a partir da década de 1970, onde novas perspectivas sobre essa fonte surgiram com as “críticas a História tradicional e seus métodos pela Nova História”, dando outro rumo a historiografia contemporânea que alteraram “não apenas o modo de fazer história, mas também os métodos sobre a análise e crítica de novos documentos” (LEITE, 2014, p. 823). Os jornais passam, então, a ser utilizados como fonte histórica com mais rigor, por vezes suplementares, ante a necessidade de busca de uma “variedade maior de evidências” (LEITE, 2014, p. 824). Devem ser analisados de forma crítica, dentro de seu contexto histórico.

Luca (2008, p. 112 e 113), a par desse tema, chama atenção para o “vendaval causado pela História Nova” e a “profunda renovação do marxismo”, marcada pelas análises de autores como Raymond Williams, Perry Anderson, Christopher Hill, Eric Hobsbawm e, principalmente, E. P. Thompson, onde, para a autora, abandonou-se a “ortodoxia economicista”[91], reconhecendo a “importância dos elementos culturais, não mais encarados como reflexo de realidades mais profundas”, atribuindo, ainda, verdadeira revolução efetuada por Thompson ao propor a inovadora perspectiva dos vencidos: “a história vista de baixo”.

Além da perspectiva, toda a forma de “encarar” a fonte histórica foi mudando ao longo do século XX:

> Como assinalou o historiador Antoine Prost, alterou-se o modo de inquirir os textos, que "interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam" e, poderíamos completar, também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem. (LUCA, 2008, p. 114)

Não se pode olvidar, como afirmou Luca (2008), que a história cultural está no centro das renovações historiográficas e que, a partir disso, os jornais têm seu lugar cativo como contribuinte para análise da sociedade, cabendo ao pesquisador contextualizar esta fonte em todas as suas dimensões, já que, como ponderou Glénisson (citado por Luca, 2008, p. 115), os jornais revestem-se de uma “complexidade desanimadora”, pois é sempre difícil conhecer das “influências ocultas” do periódico. A nosso ver, tais influências é que tornam os jornais uma rica fonte de pesquisa, contanto que consideremos que sua maior importância está por trás da imagem, e não depois dela, como observou Umberto Eco (2006).

[91] Já nos referimos no capítulo II sobre a crítica que Harnecker (1983) estende a esse entendimento reducionista do marxismo.

Por certo tempo, os jornais foram desprezados como fonte histórica justamente por conta de sua imparcialidade e subjugação política. Entretanto, como a forma de analisar a fonte foi se transformando (o método), a imprensa, juntamente com o jornal, fatalmente virou *objeto* de pesquisa. Passou por uma reviravolta, juntamente com o olhar do pesquisador, que lhe deu significado diferente, como apontado por Lilia Moritz Schwarcz na introdução do livro de Marc Bloch (2001, p. 8): "Nenhum objeto tem movimento na sociedade humana exceto pela significação que os homens lhe atribuem, e são as questões que condicionam os objetos e não o oposto"[92].

Assim é que, apesar de não responder de forma objetiva o questionamento deste subcapítulo - se o jornal é fonte ou objeto - mas transitando entre suas duas características, faremos a análise da representação do conflito agrário em Rondônia a partir dos jornais, transfigurado num cotidiano de violência, física e simbólica.

Utilizaremos do principal jornal regional que circulava em Rondônia na década de 1980 – o *Alto Madeira* – como fonte primária de pesquisa, fazendo um paralelo com o jornal *Folha de São Paulo*, que também circulava em Rondônia, e de outros jornais que porventura acessamos de forma complementar (*O Guaporé* e *O Estadão do Norte)*. Por sua característica "governista", o jornal *Alto Madeira* nos fornece material importante para analisarmos – tratando-o como fonte **e** objeto – a violência simbólica exercida pelas elites e o governo do estado naquela década. Para tanto, tentamos acessar o maior número de exemplares possíveis do jornal *Alto Madeira* da década de 1980, em pesquisas realizadas junto ao setor de periódicos da Biblioteca Municipal Francisco Meireles e arquivos da Comissão Pastoral da Terra em Rondônia[93].

II. JORNAL: FONTE *E* OBJETO

[92] Le Goff e Marc Bloch são expoentes e fundadores da *Escola dos Annales,* na primeira metade do século XX, que passou a contestar a rigidez das fontes documentais, asseverando Bloch (2001, p. 46) que a geração que antecedeu a sua "nas últimas décadas do século XIX e até os primeiros anos do XX, viveram como alucinadas por uma imagem muito rígida, uma imagem verdadeiramente comtiana das ciências do mundo físico".

[93] Tivemos acesso a um número aproximado de 400 edições do jornal *Alto Madeira* na biblioteca Francisco Meirelles, no período da década de 1980, fazendo o recorte de notícias que interessavam à pesquisa. Dos arquivos da CPT, tivemos acesso a aproximadamente 150 recortes de notícias de jornais variados da década de 1980, pois a entidade possuía um arquivista que fazia o recorte diário de notícias que demonstravam as discussões sobre reforma agrária e luta pela terra no período.

“A maioria dos migrantes que ‘explodiu’ Rondônia, passando de 150 mil habitantes em 1970 para perto de um milhão em 10 anos, deu certo, ou então ‘está encaminhada’” (jornal *Alto madeira*, 25/04/1980).

*“Pistoleiro diz que matou tanto que perdeu a conta” (*jornal *Alto Madeira,* 21/10/1980)

As duas notícias acima veiculadas pelo jornal *Alto Madeira* no mesmo ano de 1980 chamam atenção pela discrepância: se a migração estava um sucesso porque a existência de pistoleiro que inclusive perdera a conta de quanta gente havia matado no então Território Federal de Rondônia?

Referido jornal propagandeava quase que diariamente as notícias de entrega de títulos de áreas rurais pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), semeando o “sucesso” do movimento migratório e pouco relatando sobre eventuais conflitos por terra na época, mas ressaltando sempre o cotidiano de pacificidade na comunidade rural em Rondônia. A própria matéria do pistoleiro “que matou tanto que perdeu a conta”, chamado Lacy Martins de Azevedo, faz questão de não associar os crimes a conflito por terra, afirmando genericamente que se tratavam dos “mais variados tipos de crimes” e, mesmo com a prisão de 182 pistoleiros em um mesmo dia no município de Ariquemes (matéria veiculada no jornal *Alto Madeira* em 21/10/1980) nada os relacionava com o conflito por terra.

Tamanha visibilidade desses fatos foi veiculada também no jornal *Folha de São Paulo* na época, sendo levado ao Diário do Congresso Nacional de 14/11/1980 (p. 51), que publicou discurso do então Deputado Federal por Rondônia Jerônimo Santana:

> Sr. Presidente, Srs. Deputados, a violência tomou conta do Território de Rondônia. De um lado, o Governador do Território parte com ameaças contra o Partido da Oposição. É a violência política numa campanha eleitoral que estão fazendo extemporaneamente, onde funcionários foram coagidos a se filiarem ao Partido oficial e o Coronel Governador parte ameaçando a Oposição que denunciava a corrupção e o jaguncísmo no meio rural.
> É muito suspeita a posição de um Governador, que ignora as denúncias do povo e do PMDB pedindo providências contra os chefes de jagunços e, em vez de se ver providências visando a apurar as responsabilidades e as denúncias do cangaço, esse Governo parte com violência e ameaças não contra o crime organizado mas, ao contrário, se volta contra os integrantes da Oposição, que nada mais têm feito senão pedir justiça.

> Em Rondônia, quando se trata de corrupção e crimes de mando, não aparece quem os apure. Cada dia que passa aumenta o número de crimes misteriosos para os quais não se encontram autores. Nunca a Secretaria de Segurança abriu inquérito visando a apurar os crimes de mando, quando o que mais existe em Rondônia, hoje, é gente empreitando pistoleiros contra Indefesos posseiros.
> (...)

Pelo discurso político e oposicionista do deputado denunciava-se o "jaguncismo" no Território, largamente praticado, segundo ele, contra posseiros, numa clara vinculação da violência com o litígio por terra, o que evidenciaria o insucesso ou, ao menos, a fragilidade da política migratória do governo militar na Amazônia, fato que possivelmente o jornal de linha governista como o *Alto Madeira* pretendia esconder[94].

Em várias edições do *Alto Madeira* também se denotam críticas a alguns setores da igreja católica, e não se verifica direito de resposta em matérias que condenavam padres e bispos que promoviam algum tipo de manifestação, a exemplo desta:

> VEREADORA ACUSA IGREJA DO ACRE
> Na sessão de ontem, Oneide Valente disse que os padres e bispo do Acre são verdadeiros inimigos da segurança, "falsos que atuam na sombra do Governo, solapando a segurança interna, porque jogam o povo contra o regime". (...)
> Prometeu para a sessão de terça-feira da semana que vem trazer a público fatos novos sobre uma campanha que está sendo incentivada pelos padres contra o Incra e órgão ligados a problemas fundiários do Acre.
> (jornal *Alto Madeira,* 16/04/1980)

Ao que parece, existia certo esforço do jornal *Alto Madeira* em manter a boa reputação da política migratória do governo militar, o que não era o caso do jornal *O Guaporé,* de cunho "oposicionista", ligado ao Partido do Movimento Democrático

[94] A linha governista do jornal é evidenciada em matérias diárias sobre o cotidiano do então Governador Jorge Teixeira, felicitações em dia de seu aniversário que tomavam toda a edição do jornal e propagandas do regime militar, como a matéria "Jorge Kalume aponta aspectos positivos da Revolução de 64" (*Alto Madeira*, 07/04/1980).

Brasileiro (PMDB)[95] que promovia algumas críticas ao regime e propagava campanha pela redemocratização política[96].

Nos dois jornais, no entanto, é perceptível a mesma *ideologia ruralista,* um movimento de caráter político e cultural que se integra por agentes "dotados de uma inserção determinada na estrutura social agrária" e que se sustentam "por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas, correspondentes a interesses de proprietários agrários distintos" (MENDONÇA, 2000, p. 3). Em Rondônia, podemos inferir que havia uma "classe dominante rural" em formação na década de 1980, que começava a exercer poder sobre os principais jornais impressos[97]. O próprio *O Guaporé*, considerado oposicionista e progressista na época, não fugiu aos interesses desta classe dominante rural, como se pode observar em matéria intitulada "Reforma Agrária perigosa", de 21/04/1985, p. 09: "(...) como se tudo isso já fosse o bastante, surge uma nova onda de 'reforma agrária', que no Brasil significa tomar a terra dos que a desbravaram e doar aos preguiçosos".

A matéria acima era oportuna à época, em razão da proximidade com a constituinte de 1988 que disciplinaria a reforma agrária e o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária que o recém-empossado Presidente da República José Sarney propunha, materializado através do Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985, e que previa a desapropriação de áreas particulares consideradas improdutivas para destinação ao programa de Reforma Agrária[98].

---

[95] Numa notícia veiculada em 15/03/1985 no jornal *Alto Madeira* com o título "Múcio recorre e quer de volta o jornal O Guaporé", evidencia-se um litígio judicial pela propriedade do jornal *O Guaporé,* que afirma que o então deputado federal pelo PMDB Múcio Athaíde não teria quitado a compra do jornal ao empresário e jornalista Emanuel Pontes Pinto e este havia ganhado em sede de primeiro grau na justiça o retorno do jornal para seu controle.

[96] Havia um jornal que circulava em Rondônia desde final da década de 1970 chamado *A Tribuna*, editado pelo jornalista Montezuma Cruz, que tinha caráter mais progressista e contestador e noticiava alguns litígios agrários, como referenciado por Martins (2009, p. 52), que chama atenção para uma situação: "Os poucos relatos acerca dos conflitos agrários durante o final dos anos 70 e início dos anos 80 estão nas páginas daquele extinto jornal, que era citado pelo SNI (Serviço Nacional de Informação), como um dos jornais 'contestadores' e que não deveria ter qualquer investimento por parte do governo".

[97] (Souza (2011), conforme já referenciamos, afirma se tratar de uma classe rural formada por migrantes que se estabelecia ao longo da BR-364 e que suplantava, aos poucos, as elites locais (tradicionais comerciantes, seringalistas e altos funcionários da burocracia do Território).

[98] Souza (2014, p. 89 e 90) expõe que o "modelo de reforma agrária em curso no Brasil é o da **reforma agrária tutelada**", ou seja, não tem o propósito de eliminar o monopólio da propriedade da terra, mas a "colonização de terras inexploradas pertencentes ao Estado" e que, inclusive, beneficia "latifundiários parasitários que utilizam a terra apenas para especulação financeira, com o pagamento de vultosas indenizações pelas terras desapropriadas". A autora ainda aponta que este modelo estimula o desenvolvimento do capitalismo no campo, conservando a grande propriedade "arcaica e

Além do embutido discurso do “desbravador”, a matéria é representativa para a compreensão da polarização que a discussão sobre a reforma agrária tomou a partir de 1985, com a “redemocratização” do país e proximidade da constituinte. A discussão e tabus sobre a reforma agrária pareciam as mesmas da época das reformas de base no governo de João Goulart. Daí a afirmação de que a República Nova já nascia velha[99]:

> A “Nova República” já nasceu velha, velha e rançosa, pois a nova “arrumação” do poder continuou calcada na influência dos latifundiários que, para legitimar a violência no campo, criaram a União Democrática Ruralista (UDR) para contrapor ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a maioria da sociedade, na constituinte. (MESQUITA, 2008, p. 137)

Ronaldo Caiado, médico e fazendeiro goiano, pertencente a uma das mais tradicionais famílias de pecuaristas do estado de Goiás, fundou a União Democrática Ruralista (UDR) em 1985, e não tardou para ter sucesso na empreitada de aderir membros e obter o apoio da imprensa conservadora no Brasil. Trata-se de uma personalidade em evidência nos jornais deste período, representante da ideologia ruralista e de uma oligarquia poderosa em termos econômicos e políticos[100], que defendia a propriedade privada e se contrapunha a qualquer meio de desapropriação dela – fosse improdutiva ou não. Estampava as principais páginas de um dos maiores jornais do país na época – *Folha de São Paulo* – com seus argumentos conservadores sobre o tema[101]:

---

semifeudal” e as grandes propriedades voltadas à “monocultura exportadora e controlada pelo capital estrangeiro”. O programa de reforma agrária proposto no Brasil não mexeria na sua estrutura fundiária conservadora. No entanto, as elites sempre em prontidão para antecipar-se, não permitiram sequer uma discussão democrática sobre o tema, temendo, talvez, o engajamento e apoio social a uma reforma agrária de fato e verdadeira.

[99] Ricardo Gebrin (2014, p. 113) em seu texto “Florestan nos avisou” chama atenção para a capacidade antecipatória das elites, já alertada por Florestan Fernandes, “presente em episódios históricos decisivos, como a proclamação da independência, abolição da escravatura, república e mesmo no golpe de 1964, que sequer aguardou o início das anunciadas reformas de base”. Afirma o autor que no final da década de 1970 os militares prepararam a manutenção do sistema político da ditadura, batizado, segundo ele, pelo General Golbery de “abertura, lenta gradual e segura”.

[100] Conforme dispomos no capítulo primeiro, esta oligarquia rural também arregimentou o golpe civil-militar em 1964, ficando no poder durante a ditadura, portanto.

[101] Por falar em conservadorismo, encontramos uma reportagem no jornal *Folha de São Paulo* (22/06/1985, p. 12) com o título “A TFP (Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade) alerta o País para o agro-reformismo igualitário”, de autoria, segundo a reportagem, “do católico tradicionalista Prof. Plínio Correia de Oliveira e do distinto economista Carlos Patrício Del Campo” que denunciavam que a reforma agrária era socialista e confiscatória: “Do ponto de vista da doutrina social católica e do atual contexto sócio-econômico brasileiro, analisa ele de modo sereno, penetrante e documentado, o Estatuto da Terra (ET) e o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do Governo José Sarney. A argumentação dos autores demonstra que a eventual aplicação da

> Ludibriando a boa fé de ingênuos e com a colaboração de alguns oportunistas e muitos desatentos, as esquerdas deram-se ao acinte, nos episódios da semana passada, de sequer disfarçar seu verdadeiro intento em relação à questão fundiária: cravar suas garras na propriedade rural produtiva, em favor de interesses supranacionais e de compromissos ideológicos – e assim desestabilizar aquele que é o mais estratégico e brasileiro dos suportes de nossa economia, que é o setor produtivo primário. (jornal *Folha de São Paulo*, 09/05/1988, p. A-3).

Mendonça (2000) chama atenção para este histórico discurso ideológico da "vocação eminentemente agrícola do país" (com a consequente reivindicação de benefícios para este setor) e da proliferação das associações de classe dos ruralistas desde a época da iminência do fim da escravidão no país (por temerem a perda de privilégios). Novamente, então, temendo a perda de privilégios, a classe ruralista se organiza em torno da UDR e rapidamente ganha projeção nacional[102]. O jornal de circulação nacional *Folha de São Paulo*, que também circulava em Rondônia, publicava quase que diariamente os conclames da UDR e de seus representantes políticos, o que não seria diferente já que este folhetim apoiou o golpe civil-militar de 1964[103] arregimentado também pelas oligarquias rurais. Simpática aos ruralistas, a *Folha de São Paulo* se evidenciava por publicações aprazíveis à UDR, num claro desejo de fortalecer a entidade e naturalizá-la socialmente, como na matéria intitulada "'Agroboys' respeitam tradições e fazem lobby pelas terras dos pais":

> Os 'agroboys', os aguerridos militantes da UDR jovem que estão fazendo os constituintes de esquerda saírem do sério em Brasília, no lobby corpo-a-corpo contra uma reforma agrária mais ampla, são, definitivamente, da 'geração saúde', como eles mesmo se rotulam. Não fumam, não tomam drogas, respeitam os pais e são contra o aborto. (*Folha de São Paulo,* 10/05/1988, p. A5).

---

reforma agrária nos termos do ET e do PNRA constituiria impressionante passo no caminho do socialismo. E, ademais, tal eventualidade conta desde já com o franco apoio do 'Pravda' de Moscou (5-6-85), do PCB e do PC do B".

[102] Certamente havia outras entidades organizativas de ruralistas, tanto que encontramos, em forma de informe publicitário, uma página inteira de manifestação da Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia (CAROL) – formada por agricultores e pecuaristas de 44 municípios do Norte de São Paulo e 44 do Triângulo Mineiro – na página A2 da edição de 20/05/1987 do jornal *Folha de São Paulo*, intitulada "Uma proposta de reforma agrária inadequada, totalmente fora da realidade", onde se colocavam contrários à proposta de limite da propriedade, desapropriação da propriedade improdutiva e outros preceitos. Afirmavam que as medidas "contrariavam o desenvolvimento da produção".

[103] Informação constante no próprio sítio on-line do jornal, em matéria sobre sua história. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/asmais/2016/02/1744105-da-criacao-do-jornal-ao-futuro-digital-veja-95-marcos-da-historia-da-folha.shtml>. Acesso em 06 de junho de 2016.

A matéria, de meia página, apresenta os filhos dos ruralistas como “agroboys” e “agrogirls”, enfatizando que eles exalavam os valores familiares tradicionais e, ainda na mesma reportagem, apresenta a observação da “agrogirl” Gracinha, “articulada e expressiva”, segundo o jornalista:

> Tendo morado na Suíça e Inglaterra, ela contou que no primeiro dia de aula na escola inglesa, aos 14 anos, provocou consternação ao dizer que a única fonte de renda do país era a pecuária. “Tinha várias colegas cujas famílias ficaram na miséria com a reforma agrária em seus países, e tiveram que começar tudo de novo”, contou. (*Folha de São Paulo,* 10/05/1988, p. A5).

A União Democrática Ruralista (UDR), enquanto aparelho privado de hegemonia[104], foi historicamente superestimada pela grande imprensa desde a década de 1980 no Brasil (BRUNO, 1996), expressando “de forma exemplar os mecanismos de dominação de classe da grande propriedade fundiária, o conservadorismo das elites agrárias e o autoritarismo retrógrado da política brasileira” (BRUNO, 1996, p. 72). Num embate com a esquerda e setores progressistas sobre reforma agrária – que denunciavam a existência de latifúndios no país e especulação fundiária – Regina Bruno (1996, p. 73) conclui que

> A bandeira do produtor autêntico foi, talvez, a que mais legitimou, politicamente, Caiado e a UDR junto ao patronal rural e perante a sociedade. Funcionou como reorganizadora de novos símbolos e da ação dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, fragilizando as críticas sobre o latifúndio e as denúncias quanto à especulação da terra.

Bruno (1996) também aponta para a naturalização da violência na defesa da propriedade privada que a UDR pregava, incitando fazendeiros a armarem-se e criarem suas milícias particulares[105]. A violência simbólica constante na reportagem da *Folha de São Paulo* sobre a UDR jovem deixa clara a função política de instrumento de dominação do jornal, materializada na mensagem de que os representantes desta entidade são pessoas de bem, que possuem filhos bem educados e estruturados nos valores tradicionais familiares, induzindo o leitor a conceber que, ao contrário, os defensores da reforma agrária não estão no mesmo

[104] Mendonça (2000) analisa a formação da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e outras entidades afins do final do século XIX, tratando-as como aparelho privado de hegemonia. Embora não se refira à UDR especificamente, temos que ela também representa um aparelho privado de hegemonia.

[105] O Caderno de Conflitos no Campo de 1987, publicado pela CPT, denunciou que 86 trabalhadores rurais assassinados na luta pela terra naquele ano em todo o país, o foram pelas milícias particulares de fazendeiros, muitos já ligados à UDR.

nível de educação e moralidade desta classe. O jornal, representando as elites agrárias, utiliza desses sistemas simbólicos para reprodução da ordem social e legitimação da dominação (Bourdieu, 2007).

Para Bourdieu (2007), a "dominação dos dominados" ocorre também através da comunicação de massa, por meio de um discurso dissimulado e reproduzido, inclusive pelas vítimas da violência, razão pela qual a retórica da UDR foi historicamente reproduzida nos meios de comunicação e "pegou" na sociedade brasileira, sobretudo nas classes média e baixa, com o discurso ainda em voga de que não existe sem terra no Brasil[106], pois "os acampamentos são simplesmente massa de manobra do MST, da Igreja e dos comunistas, e os assentamentos constituem o *locus* ideal para a preparação de invasores profissionais" (BRUNO, 1996, p. 77). Em outras palavras, vendeu-se bem a retórica de que a reforma agrária "significa tomar a terra dos que a desbravaram e doar aos preguiçosos" (jornal *O Guaporé,* 21/04/1985, p. 3).

É o resultado do "poder quase mágico" referido por Bourdieu (2007, p. 14), que "permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força". A comunicação em massa torna comum, naturaliza uma mensagem, e a desqualificação pública do adversário promovida pela UDR, como observou Regina Bruno (1996), nos evidencia a força do poder mágico, maciçamente reproduzida na imprensa. Não há apoio social à luta pela terra no Brasil, a não ser de setores progressistas e politizados como alguns sindicatos, movimento estudantil, alguns espaços de partidos de "esquerda" e poucos da Igreja.

A imprensa naturalizou que "violenta e perigosa" é um outro tipo de sociedade, propagada por esses setores progressistas, e não esta em que vivemos. Na matéria intitulada "João Paulo II alerta: Luta de classes", o jornal *Alto Madeira* evidencia essa retórica:

> "Seria ilusório e perigoso chegar a esquecer relações com a ideologia, aderir a prática da luta de classes e de interpretação marxista deixando de perceber o tipo de sociedade totalitária e violenta a que conduz tal processo", afirma o Papa João Paulo II num documento sobre a pastoral na América Central. O papa recomenda aos bispos que encarem as situações locais de acordo com os princípios que caracterizam o ensino da Igreja e se distinguem da análise inspirada em conceitos não-cristãos. (Jornal *Alto Madeira*, 02/12/1981, p. 1)

[106] "Os sem terras não existem", por Reinaldo Azevedo. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/os-sem-terra-nao-existem> Acesso em 27/04/2016.

A matéria foi intencionalmente publicada pelo jornal para atacar os padres, bispos e freiras progressistas que atuavam em Rondônia e Acre na época e questionavam a então política de distribuição de terras na Amazônia. Do contrário, não parece razoável que o jornalista procurasse um documento do Papa João Paulo II, direcionado às pastorais da América Central, inofensivamente.

Naquele ano de 1981, várias matérias do *Alto Madeira* evidenciavam o repúdio de fazendeiros contra religiosos locais, endossada pelo jornal. Paradoxalmente, acusavam os religiosos de utilizarem-se da imprensa para manipulação:

> No documento, [entregue para o Ministro da Agricultura pelo presidente da Federação de Agricultura, empresário Francisco Diógenes de Araújo] o empresário diz que a igreja católica é exercida pelo bispo Dom Moacir Grechi como um núcleo de orientação política de esquerda, mantendo cerda de 10 mil pessoas na catequização de populações de baixa renda – principalmente da ribeirinha e seringueiros – onde exerce "influência negativa de esquerda". No quadro apresentado, a igreja estaria criando condições para "frentes explosivas de subversão". Outra acusação é de que a Rádio Novo Andirá – do Grupo Capital, de São Paulo – estaria funcionando como um "inocente útil" ao ceder seus microfones para a prelazia Acre-Purus divulgar missas que nada tem de religiosa, mas puramente políticas. (...) (Jornal *Alto Madeira*, 06/04/1981, p. 3)

Segundo a reportagem, o documento do empresário – representante da empresa Volks à época – finda acusando o governo de omissão com relação às atitudes da igreja, que também tentava, na denúncia dele, "levantar os trabalhadores rurais". Qualquer levante popular de trabalhadores rurais e apoio da Igreja era comumente tratado pelo jornal *Alto Madeira* – apoiador do governo civil-militar e das elites agrárias – como subversão. Pelos teores das reportagens, a qualquer fato envolvendo religiosos "subversivos" instaurava-se um inquérito. Houve o caso de duas religiosas da igreja católica que compunham a Comissão Pastoral da Terra em Rondônia e, após serem demitidas de uma escola no município de Pimenta Bueno por distribuírem panfletos, foram indiciadas por manifestarem-se contra a demissão:

> As irmãs Augusta e Dolores foram demitidas por ordem do prefeito Vicente Homem Sobrinho, depois que foram apuradas denúncias de que as duas estariam divulgando um folheto editado pela Comissão Pastoral da Terra, intitulado "Os Profetas", onde há fotos de um movimento camponês em Pernambuco ao tempo do ex-governador Miguel Arraes, cenas de crianças desnutridas e outras, sem que –

> segundo o secretário – haja qualquer relação entre os textos e as fotos. (Jornal *Alto Madeira*, 09/12/1981, p. 3)

Como instrumento de dominação social, a ordem do dia no *Alto Madeira* era propagar a punição aos "subversivos" e enaltecer a figura do então governador Jorge Teixeira, tratado como essencial ao "desenvolvimento" da região, segundo o jornal e, para quem não havia problemas fundiários em Rondônia, sob a alegação de que a política de distribuição de terras do INCRA era um sucesso. Além disso, a representação do governador era de homem bom, íntegro e trabalhador[107] que, em matéria do jornal, ele mesmo se identifica como um democrata: "tanto 'que falam mal do Governo e eu continuo sendo amigo'" (jornal *Alto Madeira*, 15/12/1981, p. 2).

Além disso, o jornal *Alto Madeira* ajudou a construir, em consonância com a retórica militar, da qual era apoiador, o apelo anticomunista local. Para Foroni (2014, p. 79) "fazia-se uma oposição entre democracia e comunismo, entre a ordem e a desordem, entre a democracia brasileira e o autoritarismo em outros lugares do mundo". Assim foi sendo reproduzido o discurso ideológico do "desenvolvimento econômico" da Amazônia e esses opositores como inimigos do *pujante crescimento da região*.

Segundo Souza (2002, p. 53), ao jornal *Alto Madeira* deve-se a construção dos "mitos" e "heróis" militares no estado, vez que o jornal endossava a retórica militar para ocupação da região, tendo criado, inclusive, uma coluna chamada *Pelo Guaporé* na década de 1930 que remetia à "construção da 'identidade nacional' à colônia (o Território)" e apresentava os militares como destemidos desbravadores que morreram no ambiente hostil amazônico em saga luta em prol da "civilização". Na coluna, segundo o autor, eram ignoradas as centenas de mortes de escravizados, presidiários e degredados na construção dos projetos de ocupação daquele período, em especial da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

A "ideologia do desenvolvimento" foi construída no Brasil através do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) fundado em 1955, nos moldes da Comissão

[107] Foroni (2015, p. 34) observa que estes adjetivos ao Governador Jorge Teixeira são produzidos por meio da característica "civilizadora" atribuída aos militares, que produzem "segurança nacional". Fazendo referência ao antropólogo Celso Castro, afirma a autora que o militar é colocado numa função de civilizador, adquirindo um "caráter moderador de interferência na sociedade civil". Chama atenção para os discursos do então governador que, reforçando sua função "civilizatória", utiliza comumente os termos "missão", "apolítico", "responsabilidade", "aspirações", "servir a pátria".

Econômica para a América Latina (CEPAL) (RABELLO, 2014)[108]. Esse discurso ideológico do desenvolvimentismo pairava sobre Rondônia na década de 1980, largamente utilizado para legitimar a ocupação da região, com a consequente destruição de florestas e expulsão de populações tradicionais.

Na retórica militar, condensada pelo jornal *Alto Madeira,* construiu-se o discurso do "vazio demográfico" e da "natureza selvagem" da Amazônia (RABELLO, 2014), o que lhes garantia o direito à intervenção na região, para enfim *desenvolvê-la* e *civilizá-la,* ante os "interesses nacionais". Na verdade, como exposto no capítulo primeiro, a retórica militar nacionalista era um engodo.

O senso comum[109] foi, portanto, produzido a partir da construção de um discurso hegemônico, seja para ridicularizar e atacar certos religiosos, seja para enaltecer a ideologia ruralista, ou para legitimar a "ocupação" da Amazônia. Para Gramsci, senso comum é a concepção do mundo "absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio" (COUTINHO, 2011, p. 148). Gramsci afirmara ser comum "um determinado grupo social, que está numa situação de subordinação com relação a outro grupo, adotar a concepção do mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com a sua atividade prática" (REIS, 2010, p. 74).

Gramsci avaliou que o Estado, como instrumento ampliado da dominação de classe, detentor do monopólio da repressão e violência, impõe seus interesses de forma persuasiva, conquistando o consentimento por parte dos dominados, contando com a contribuição de organismos privados da sociedade civil, a exemplo dos meios de comunicação de massa (COSTA, 2012).

O senso comum social é, para Chauí (2000, p. 221), o resultado de uma "elaboração intelectual sobre a realidade, feita pelos pensadores ou intelectuais da sociedade" (incluindo jornalistas) que "descrevem e explicam o mundo a partir do ponto de vista da classe a que pertencem e que é a classe dominante de uma sociedade". A essa construção social incorporada pelo senso comum social a autora denomina *ideologia* que, para ela, tem a função primordial de ocultar e dissimular as

[108] Vários intelectuais brasileiros participaram das duas entidades, dentre eles o economista Celso Furtado na CEPAL e Antônio Cândido e Nelson Werneck Sodré no ISEB. Daí a afirmação de Rabello (2014, p. 87) de que os "intelectuais *isebianos* funcionaram como intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1989), produzindo o aparato ideológico necessário para o nacional-desenvolvimentismo".
[109] Opinião baseada em hábitos, preconceitos e tradições cristalizadas, segundo Chauí (2000).

divisões sociais e políticas. Dar a “aparência de indivisão e de diferenças naturais entre os seres humanos”. É através da ideologia que:

> são montados um imaginário e uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência do universal. Não é por acaso, mas por necessidade, que o discurso do poder é o do Estado nacional, pois a ideologia nacionalista é o instrumento poderoso da unificação social, não só porque fornece a ilusão da comunidade indivisa (a nação), mas também porque permite colocar a divisão fora do campo nacional (isto é, na nação estrangeira). (CHAUÍ, 2006, p. 32)

O discurso hegemônico das elites agrárias tratou de construir uma concepção de mundo imposta por seus interesses, naturalizando a violência na proteção da propriedade privada e disseminando a ideologia ruralista, o que inclui a imposição da concepção nos diversos meios sociais de que a reforma agrária não é necessária no país.

A partir da concepção de hegemonia em Gramsci, Reis (2010, p. 79) afirma que ela representa a “criação de um bloco ideológico que permite à classe dirigente manter o monopólio intelectual”, que garante à elite sua função dirigente e dominante. A noção de hegemonia foi apresentada pela tradição marxista através de Lênin, mas Gramsci a aperfeiçoou. Seu ponto de vista

> parte de uma concepção ampliada do papel do Estado na sociedade capitalista plenamente desenvolvida. Esta concepção considera que, nos países capitalistas avançados, ao tempo da consolidação da ordem liberal burguesa na virada do século XIX para o século XX, a sociedade civil inclui instituições complexas e organizações de massas com participação ativa no seu cotidiano. (COSTA, 2012, p. 5)

Gramsci, essencialmente mergulhado em análise detida da superestrutura, apresenta uma divisão em dois planos (mas indissociáveis): o conjunto de organismos “privados” com a função social hegemônica dominante classificada como “sociedade civil” – onde podemos inserir a UDR – e, noutro plano, o Estado, exercendo domínio direto, a “sociedade política” (MACHADO, 2015). Ele trabalhou o conceito de hegemonia de forma plena e, como revolucionário, seus escritos, assim como os de Marx, não deixam de relacionar, em todo momento, a teoria com a prática (filosofia da práxis/materialismo histórico).

> Embora o autor [Gramsci] utilize a metáfora da base/superestrutura em seus escritos, ele não percebe a cultura como um âmbito isolado ou desimportante da realidade. Para ele, cultura e política são

> elementos indissociáveis que têm papel decisivo na manutenção da sociedade de classes. Por isso, a organização dos/as intelectuais orgânicos/as subalternos/as em aparelhos privados de hegemonia é fundamental para a disputa contra-hegemônica e para a reforma do senso comum, visando à construção de uma concepção de mundo alternativa e crítica como parte da luta por uma nova realidade social. (MACHADO, 2015, p. 215)

Falando dos aparelhos privados de hegemonia, como categorizamos a UDR – assim como Mendonça (2000) categorizou a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)[110] – extraímos que, para Gramsci, a cultura representava importância enquanto fator de preponderância na dinâmica de dominação das elites, não a dissociando do fator político. Resta-nos implicar que os meios de comunicação de massa, enquanto divulgadores das culturas elitistas, fazem parte da engrenagem desses aparelhos privados de hegemonia, ou melhor, representam um deles.

A publicação de reportagens, quase que diariamente, afirmando que o Programa de Reforma Agrária daria "terras a vagabundos", tirando-as das mãos dos "desbravadores", que fazendeiros estão se armando para enfrentar a reforma agrária, que o Papa condena a luta de classes, ou que a reforma agrária é "comunizante" (no sentido pejorativo que a imprensa em geral concede ao termo), só corrobora para o entendimento de que a imprensa exerce o papel de aparelho privado hegemônico, construindo um senso comum social dissociado da realidade, apenas com interesses na manutenção das elites no poder, em todas as suas dimensões.

A imprensa, além de associar a reforma agrária ao comunismo (já tendo antes associado historicamente este termo a terrorismo e barbárie), também a associou às mais vulgares teorias, às quais presenciamos ainda hoje permeando o senso comum popular, como se verifica na matéria do jornal *Folha de São Paulo* (11//06/1985, p. 7) intitulada "Para líderes rurais, a reforma agrária é comunizante":

> (...)
> Na reunião da Faesp [Federação da Agricultura de São Paulo], Cardoso de Almeida afirmou ainda que toda a articulação da reforma agrária faz parte de uma aliança entre comunistas, Igreja e Estados Unidos. 'O que eu acho é que essa história tem as mãos dos americanos, porque eles têm interesse em parar o Brasil, que pode vir a ser seu maior concorrente na produção de alimentos. É só soltar cinquenta Olacyr Morais (o maior produtor de soja do País), que quebram os Estados Unidos'.

[110] Sociedade de classe ruralista criada em 1897 e estudada por Mendonça (2000) enquanto precursora de aparelho ideológico privado disseminador da ideologia ruralista no Brasil.

Enquanto aparelho privado hegemônico, não havia espaço nas reportagens do jornal *Folha de São Paulo* sobre a reforma agrária aos setores que a apoiavam, em plena iminência da Constituinte Federal de 1988, onde o apoio popular seria necessário para pressionar o Congresso Nacional no estabelecimento das regras que comporiam sobre a política agrícola e fundiária e reforma agrária[111] (Capítulo III do Título VII da Constituição Federal). A questão girava em torno da possibilidade de desapropriação de terras produtivas que não cumprissem sua função social[112]. A bancada ruralista, fortalecida com apoio midiático, acabou inserindo no texto constitucional artigo que impede a desapropriação da terra produtiva, mesmo que ela não cumpra sua função social[113]. A *Folha de São Paulo* noticiou o sucesso da bancada ruralista (através da UDR) com a matéria intitulada "Caiado comemora e diz que evitou convulsão social":

> Vitorioso, o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, desceu a rampa de acesso ao prédio do Congresso Nacional carregado nos ombros de seus companheiros. Já rouco de tanto gritar, ele disse que a medalha com a imagem de Nossa Senhora das Graças, que trazia no bolso direito da calça, lhe garantiu o sucesso de sua empreitada: 'Evitamos que os inconsequentes levassem o país para a convulsão social'. (Folha de São Paulo, 11/05/1988, p. A-6).

III. VIOLÊNCIA NA OMISSÃO

Vieira *et al* (1997) em estudo sobre a temática da reforma agrária na imprensa[114] entre as décadas de 1970 e 1990 no Brasil, afirma que a contradição aparece não ao se analisar os conteúdos, mas à frequência com que são publicadas. Isto porque a situação de conflito no campo, na década de 1980 em específico, estava um verdadeiro "barril de pólvora", conforme largamente

[111] Mesmo, como já dissemos, tratando-se de uma "reforma agrária tutelada", que não mudaria as bases conservadoras de nossa estrutura agrária.
[112] Os critérios estão previstos na Constituição Federal: Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.
[113] O texto constitucional ficou mais conservador que o do Estatuto da Terra de 1964, de autoria do governo militar.
[114] O estudo apresenta levantamento de matérias nas revistas *Veja* e *Isto É*.

denunciava a Comissão Pastoral da Terra e organizações relacionadas aos trabalhadores rurais, expondo as duas características da estrutura fundiária brasileira: grilagem de terras públicas e concentração de terras (Cepolini e Ventureli, 2015). No entanto, a imprensa nacional (aqui considerando as revistas de maior circulação da época: *Veja* e *Isto É*) pouco divulgava sobre o assunto:

> Durante toda a década de 80, as duas principais revistas semanais do país publicaram apenas 5 grandes matérias a respeito do assunto. Se a situação era descrita como "explosiva", seria natural vermos a publicação de um número muito maior de matérias.
> (...)
> A falta de frequência de um noticiário em torno da questão não é fruto de uma coincidência. Segundo a cineasta Tetê Moraes que esteve, em 1985, na fazenda Anoni, Rio Grande do Sul, filmando um documentário sobre a primeira grande ocupação feita pelo Movimento Sem-Terra, "na Globo (TV) era estritamente proibido veicular qualquer matéria sobre os conflitos agrários durante os anos 80". (Vieira *et al*, 1997, p. 26-27)

Em Rondônia, a omissão dos conflitos agrários no estado na década de 1980 ficou a cargo do jornal *Alto Madeira*, em cujas edições do período dificilmente se encontram os termos *conflito* ou *litígio* agrários. Exemplo disso consta na matéria que noticia a prisão de 182 pistoleiros no município de Ariquemes em um único dia (veiculada no jornal *Alto Madeira* em 21/10/1980) sem relacionar os crimes ao conflito agrário, aduzindo a matéria, de forma vaga e incompleta, que as prisões relacionam a crimes de diversos tipos. Trata-se de uma notícia extraordinária, que o jornal achou por bem não dar muita importância.

No entanto, diariamente, o sucesso na entrega de lotes pelo INCRA aos migrantes é narrada pelo jornal em matérias que enaltecem o órgão e o governo, a exemplo da notícia intitulada "INCRA passa dos 100 mil títulos em Rondônia" (*Alto Madeira,* 12/12/1980, p. 2), onde o jornal expõe que o INCRA estava "desenvolvendo um intenso trabalho que culminará com a entrega até 31 de dezembro [de 1980] de 100.099 títulos de propriedade" em Rondônia. A notícia continua:

> O acesso à terra, devidamente ordenado, passou a constituir-se em fator preponderante à execução da estratégia governamental, tanto no sentido de propiciar condições favoráveis à implementação de novos empreendimentos, quanto ao atendimento aos fluxos migratórios espontâneos.

Para o jornal, não só não havia conflitos por terra, como o acesso à terra estava ocorrendo de forma ordenada no estado. O jornal manteve esse posicionamento durante a década de 1980 (período em que pesquisamos), contrastando com dados da Comissão Pastoral da Terra, que publicava anualmente os Cadernos de Conflitos no Campo, e apresentava números alarmantes sobre a situação do conflito agrário em Rondônia: em 1986, 15.861 famílias envolvidas em conflito por terra e em 1987[115] 13.551 famílias envolvidas nesses conflitos, o que representava expulsão da terra através de "jagunços" ou da polícia em cumprimento de ordem judicial em ação de reintegração de posse, além de assassinatos, violência e ameaças. A CPT contabilizou 705 assassinatos de trabalhadores rurais em todo o país entre os anos de 1985 e 1989. A maioria ocorrida na Amazônia.

Segundo Martins (2009, p. 46), a esses migrantes camponeses eram "empurradas" terras em áreas menos férteis e/ou menos acessíveis, em contraste com as melhores áreas que ficavam no domínio de grandes latifundiários.

Corroboram com os dados da CPT as reportagens que denotam a violência, não escondida, dos ruralistas ante as discussões sobre a reforma agrária no período: "Saldanha Derzi [então Senador da República pelo PMDB/MS] pede a fazendeiros que se armem e acusa Governo de nada fazer para defendê-los" (jornal *Correio Braziliense*, 09/07/1985, p. 7) e "Fazendeiros se armam para enfrentar reforma [agrária]" (jornal *Alto Madeira*, 22/06/1985, p. 3). Para Guimarães (2015, p. 40-41),

> Nas regiões rurais do Brasil, o recurso privado à violência é um elemento constitutivo da vivência social tolerado pelo estado, de tal forma que se incorpora à cultura e se normaliza como meio preferencial para a resolução de conflitos. No entanto, a aparente ausência do Estado enquanto agente mediador dos conflitos não implica que o manuseio dessa violência esteja ao alcance de qualquer um. Com a cumplicidade das instituições governamentais, a elite latifundiária retém o domínio sobre o exercício da violência. Esse controle exercido pelos grandes proprietários sobre as populações do campo assume formas variadas, tendo como expressões, por exemplo, a negação de direitos trabalhistas e superexploração dos trabalhadores rurais ou a pressão econômica e ameaça contra pequenos proprietários e posseiros.

O autor também contextualiza que a forma de "violência não cabe na distinção entre público e privado, mas encontra-se justamente na zona cinzenta

[115] Em Rondônia, os dados da CPT anteriores a 1986 sobre conflitos de terras são imprecisos e lacunosos em razão da falta de estrutura da pastoral no estado.

onde a ação estatal e o interesse particular se confundem" (GUIMARÃES, 2015, p. 43). A violência faz parte historicamente da ação dos proprietários de terra no Brasil, no entanto, na década de 1980 foi "atualizado o uso da pistola" para a proteção da propriedade privada e criada uma justificativa (BRUNO, 1996), já que a imprensa conjugou os interesses da elite rural com a retórica de que a reforma agrária representaria desordem e encontrava apoio de grupos "comunizantes". Dessa forma, justificava-se a violência contra camponeses que ocupavam fazendas, de forma a naturalizá-la perante a sociedade.

Endossando o aparato de violência contra o camponês, Guimarães (2015), em estudo sobre a percepção da violência em decisões dos Tribunais Judiciais Superiores no Brasil, pondera sobre a utilização do Judiciário como aparelho ideológico.

> Uma parcela dos membros do Poder Judiciário também detém responsabilidade pela generalização da violência no campo. Mesmo acionados por latifundiários que não têm a posse direta, portando títulos falsos, ou mesmo sem apresentar quaisquer documentos, as instituições do judiciário se apressam em expedir mandados de reintegração de posse para a expulsão de camponeses ocupantes. (GUIMARÃES, 2015, p. 44)

O autor chama a atenção ainda para as constantes irregularidades cometidas pelos Cartórios de Registro de Imóveis, a serviço de títulos falsos ou irregulares, apresentando como exemplo os resultados apontados pela Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões ligadas à grilagem de terra no Estado do Pará que concluiu, revisando registros imobiliários, pela "existência de uma quantidade tão grande de terras griladas que o total de registros cobre uma área mais de três vezes maior que o Estado do Pará" (GUIMARÃES, 2015, p. 44). Trata-se de "estudo de caso" que evidencia como a forma política estatal é relacionada historicamente com a concentração de terras e grilagem de terras públicas.

IV. A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Mendonça (1996, p. 95) argumenta que o *modus operandi* da violência simbólica perpetrada pelo Estado é justamente a "permanente naturalização de seus objetos e/ou alvos, configurando o que se poderia chamar de um permanente

‘estado de violência’”. O Estado reflete os interesses das elites e, nada mais natural, portanto, que o Judiciário também reflita esses interesses, particularmente na questão agrária.

> A atuação judicial perfaz uma forma de violência muito mais sutil sobre as populações rurais. O discurso do direito como técnica busca fundamentar a legitimidade das decisões na suposta racionalidade do saber jurídico, enquanto oculta as escolhas políticas que as informam. Escondidas entre a linguagem indecifrável dos tecnicismos jurídicos estão as premissas da defesa irredutível do direito de propriedade e a concepção da terra como mercadoria, que violentam simbolicamente o mundo do camponês. Nessa instância oficial, a verdade sobre os conflitos no campo é construída a partir dos valores compartilhados entre juízes e proprietários de terras. As sutilezas jurídicas na criminalização dos movimentos populares de organização das populações rurais são o outro lado da moeda das brutalidades cometidas por jagunços e policiais. (GUIMARÃES, 2015, p. 45)

Tal qual a imprensa, as decisões judiciais, que são tornadas públicas, massificam uma ideologia. Possuem, no entanto, a “suposta racionalidade” referida acima e, de forma arguciosa perpetuam o “estado permanente de violência”. Utilizam-se da lei para conformar o *status*.

Em Rondônia, como exemplo, podemos trazer o caso de uma área que foi ocupada por camponeses, cujo título de propriedade se originara de um Contrato de Alienação de Terras Públicas (CATP)[116], com cláusula resolutiva. A área, atualmente denominada assentamento popular Canaã, situada no Município de Ariquemes/RO, possui larga produção de alimentos pelos camponeses que a ocuparam num período aproximado de doze anos. O projeto inicial previsto no CATP nunca foi cumprido, razão pela qual o INCRA ingressou com ação judicial para cancelar o título imobiliário do fazendeiro e resolver o Contrato de Alienação de Terra Pública respectivo[117], alegando o descumprimento do referido contrato, que previa a produção de lavoura de cacau em 50% da área como condição obrigatória, mas tal projeto nunca fora realizado[118]. O INCRA sustentou que o contrato não foi cumprido

[116] Trata-se de um contrato emitido pelo INCRA nas décadas de 1960 a 1980 a empresários, pessoas físicas ou jurídicas, acompanhado de incentivos fiscais para que o particular desenvolvesse algum projeto na área de agricultura – geralmente – na área pública. Caso o projeto não fosse desenvolvido o próprio contrato previa a reversão da área ao INCRA.

[117] A ação judicial tramitou na 5ª Vara Federal da Seção Judiciária de Porto Velho/RO sob o nº. 2004.41.00.004632-0, obtendo sentença em favor do fazendeiro, e encontra-se atualmente em fase de recurso no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com apelação proposta pelo INCRA, mas ainda sem decisão.

[118] Em relatórios de vistoria do INCRA que se encontram no processo judicial nº. 2004.41.00.004632-0 constam informações técnicas comprovando que a lavoura nunca existiu.

e a área foi classificada como “grande propriedade improdutiva” ainda que passados vinte anos da assinatura dos contratos. No entanto, a ação foi julgada improcedente pelo Juiz Federal Agrário Herculano Martins Nacif em 2012, sob o argumento de decadência do direito do INCRA em anular os contratos – devido ao decurso do tempo – mesmo tendo reconhecido na sentença a improdutividade da área pelo fazendeiro. Alegou o juiz que “admitir tal procedimento [a anulação dos contratos] instaurar-se-ia completa insegurança jurídica relativamente ao direito de propriedade”.

A ideologia classista estampada na decisão é evidente. Não há racionalidade na decisão judicial, pois o fazendeiro foi privilegiado por ter descumprido um contrato público. No entanto, a fundamentação da decisão é invertida, silenciando o juiz sobre o fato do descumprimento do contrato público, mas enaltecendo a segurança jurídica do direito à propriedade.

O jornal *Alto Madeira*, além de omitir sobre os conflitos agrários, sem dar direito de voz aos trabalhadores rurais sem terras, massificava o tratamento pejorativo concedido a eles, tratando-os como *invasores* e construindo uma ideia de que eles mesmos eram culpados pela ineficiência do Programa Governamental da Reforma Agrária, como se observa na matéria “Invasões preocupam Ministro”, que apresenta um quadro de crescente ocupação de fazendas e finaliza com as palavras do então Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro:

> Lamento que se use um instrumento ilegal que viola o Código Penal para forçar a reforma agrária. Na realidade é preciso que os trabalhadores, os movimentos sociais se comprometam um pouco mais com o Governo, naquilo que o Governo se comprometeu com a sociedade, que é a reforma agrária planejada. (jornal *Alto Madeira*, 18/12/1985, p. 3)

Na matéria “Violência no campo sobe com Nova República” o jornal *Alto Madeira*, seguindo a linha de crítica à reforma agrária, afirma que “a Nova República motivou o aumento da violência no campo” e que “nos últimos 12 meses, a cada dois dias foi morto um trabalhador rural na luta pela posse da terra” (jornal *Alto Madeira*, 20/01/1986, p. 4). A matéria utiliza dados da Comissão Pastoral da Terra para evidenciar o aumento de conflitos agrários que, segundo o jornal, foi impactado pela Nova República, já que o Governo teria concedido direito ao INCRA de fazer desapropriações (pelo Plano Nacional de Reforma Agrária), e isto teria gerado

“invasões” de sem terras e “defesas” por parte dos fazendeiros, causando, portanto, os conflitos mortais.

O jornal não pondera sobre o lado que morre nessa disputa e manipula dados de forma grosseira já que, anteriormente à “Nova República”, o Ministério da Agricultura não contabilizava os conflitos e mortes e nem a Igreja[119], não havendo, por conseguinte, dados comparativos dos períodos. Além disso, afirma que a tentativa de reforma agrária é que teria provocado o aumento dos conflitos, vez que “mexeu” na estrutura agrária do país.

A matéria intitulada “Reforma no pau” também evidencia o propósito do jornal *Alto Madeira* em banalizar o problema da questão fundiária que então se discutia no país, numa constante criminalização dos camponeses que ocupavam fazendas improdutivas, e criação de uma opinião pública desfavorável a este grupo, já que a Constituinte Nacional se aproximava:

> “De agora em diante a Reforma Agrária terá que ser feita no pau mesmo”. Ao fazer a afirmação o membro da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra Darci Maschio, criticou a omissão do Governo em realizar a Reforma Agrária assegurando que ela será feita com as próprias mãos. De outro lado, o presidente da Comissão de Assuntos fundiários do Sindicato Rural de Cruz Alta, Carlos Alberto Faccin, garante que as próximas ocupações de fazendas serão através de “enfrentamento armado”. No entender de Faccin, as pessoas que anunciam a invasão de propriedade privada devem ser “identificadas e indiciadas criminalmente pela polícia”. O fazendeiro justifica a ação armada dos donos de terra, alegando que eles usam “armas de defesa pessoal para garantir os seus direitos”. (jornal Alto Madeira, 23/07/1987, p. 1)

O jornal naturaliza a violência dos fazendeiros ao findar a matéria justificando o uso de armas para “defesa pessoal”. Este era o principal argumento da UDR, que promovia uma campanha nacional contra a Reforma Agrária em razão da proximidade da Constituinte, e era realizada em Rondônia no mesmo *Alto Madeira*, que publicava informes da entidade, como o seguinte:

> UDR prepara caravana para reunião nacional no dia 10. A União Democrática Ruralista está chamando o máximo de pessoas e entidades interessadas na preservação do direito à propriedade e da livre iniciativa para participar de uma caravana com destino a Brasília, com saída prevista para o próximo dia 8, e que visa realizar uma manifestação para pressionar a votação de proposta de seu interesse na Constituinte do dia 10. (...) Para fortalecer sua presença

[119] A CPT foi criada em 1975 e por muitos anos não teve estrutura para contabilizar todos os conflitos por terra no país, somente passando a fazê-lo a partir de 1985.

> em Rondônia, no próximo dia 7 haverá uma concentração em Ji-Paraná, no Parque de exposições Hermínio Victorelli, com a presença do presidente nacional Ronaldo Caiado, que discursará sobre a manutenção incondicional dos direitos de propriedade; política econômica para o agropecuarista condizente com a realidade; incentivo a investimentos e valorização do verdadeiro produtor rural. (jornal Alto Madeira, 01/07/1987, p. 3).

O discurso do "verdadeiro produtor rural", aquele que promove o "desenvolvimento do país", de "vocação eminentemente agrícola" era comumente massificado no jornal, seguindo os ditames da UDR, que então alcançava seu intento de naturalizar a violência praticada contra camponeses no Brasil, com a ajuda da imprensa nacional e local.

Silva (2015, p. 204), ao tratar da violência que permeou a ocupação na Amazônia, identifica-a em quatro etapas, iniciando com o extermínio de povos indígenas na chegada de Portugueses no Maranhão e Pará, seguido do controle dos seringais através do sistema de barracão e, por terceiro, a violência sistemática praticada por grileiros e fazendeiros interessados nas terras contra trabalhadores rurais (somado, segundo ela, ao recurso do trabalho escravo). A autora apresenta como última etapa o tráfico de crianças e adolescentes da Amazônia para exploração sexual. Chama a atenção também para o fato de que "os massacres praticados contra os trabalhadores foram substituídos pelos genocídios (entendidos como o extermínio de determinados grupos sociais, índios, posseiros e trabalhadores sem-terra)" e que, além do excesso de violência, "a divulgação destes episódios é parcial e ideológica, induzem a que parte da sociedade considere as vítimas como 'invasores, preguiçosos e agitadores'"[120].

No Brasil, as "relações de poder e discriminação estabelecidas no período colonial sobreviveram ao tempo" (SILVA, 2015, p. 208), e podemos facilmente observar a violência privada exercida contra trabalhadores rurais sem terras no país e a forma natural como é projetada na sociedade através da imprensa.

Retomando o que escrevemos sobre a sociedade de massas no capítulo segundo, a imprensa se apropria da verdade como negócio e ideologia. Não há,

[120] Silva (2015) identifica um dado importante: os genocídios de sem terras têm numericamente diminuído ao longo dos últimos anos, pela substituição de assassinatos estratégicos de lideranças, o que demonstra a forma organizada da violência contra os trabalhadores rurais. Ocorre o que ela considera de assassinatos "seletivos", de pessoas que possuem importante e estratégico papel na luta pela terra.

como advertiu Horkheimer e Adorno (1990, p. 160), nem interesse dela em esconder seus reais objetivos, que legitimam os “refugos que de propósito produzem”.

Para Medeiros (1996, p. 3) a violência contra trabalhadores rurais tem uma natureza estrutural na nossa sociedade, e se inscreve como uma das faces da cultura política brasileira, onde existem formas de dominação que se constata certo grau de consentimento “fundado em procedimentos socialmente aceitos”. Para a autora, a violência como forma de tratamento dos trabalhadores do campo integra o chamado “padrão tradicional de dominação na história brasileira”.

> A contestação – seja individual, seja coletiva – por parte dos trabalhadores às formas de dominação vigentes é o primeiro sinal para o desencadeamento de formas de violência mais diretas, nas quais uma das marcas mais constantes é a agressão física. Os despejos sumários, a matança de animais domésticos, a ronda de “jagunços” em torno das casas são as consequências mais imediatas da desobediência, constituindo, ao mesmo tempo, enquanto ameaças antecipadas e códigos conhecidos de demonstração de força, mecanismos de sujeição. (MEDEIROS, 1996, p. 5)

A medida que essa “contestação” foi aumentando através da organização do trabalhador rural, Medeiros (1996) afirma que a violência contra ele seguiu a mesma onda de aumento, o que se deu de forma mais notável a partir da década de 1940 no Brasil. Para ela, na grande imprensa do país, as mortes de trabalhadores rurais (e/ou os mais variados tipos de violência contra eles praticados) em situação de conflitos com fazendeiros, aparecia na maioria das vezes nas páginas policiais, o que indicava “um não reconhecimento do caráter político da violência e, portanto, um esforço no sentido de banalizá-la e de desqualificar suas razões” (MEDEIROS, 1996, p. 6).

Tal forma de despolitizar a violência no campo foi largamente praticada em Rondônia pelo jornal *Alto Madeira* na década de 1980, como observamos em várias reportagens – das páginas policiais – dando conta da morte de trabalhadores rurais na maioria das vezes como “acerto de contas” - seja por roubo de gados, seja por dívidas - , a exemplo da matéria intitulada “Briga entre posseiros mata seis e fere 20” (jornal *Alto Madeira*, 04/06/1987, p. 5), estampada na coluna policial do jornal, ao lado da matéria “Moradores flagram boliviano estuprador”. Na matéria, relata-se uma “briga” entre posseiros numa localidade próxima ao Município de Pimenta Bueno denominada à época de fazenda São Felipe, não indicando o motivo, mas informando que uma pessoa de nome José Alves de Souza encontrava-se

tranquilamente em sua propriedade quando um “bando” chegou atirando e, para defender-se, José Alves atirou também, no que conseguiu o intento de matar seis e ferir vinte. Ora, não nos parece uma briga, mas sim um massacre, já que José Alves[121] sequer se feriu na “briga” e os seis corpos, segundo o relato do jornalista, foram encontrados espalhados no mato.

Tratava-se de um local chamado fazenda São Felipe, e vários outros conflitos são narrados pelo jornal nesta área no ano de 1987, todos com o esforço de despolitizar os fatos e afirmando que as disputas violentas eram ocasionadas por brigas entre os próprios camponeses. No entanto, em matéria do dia 06/06/1987 o jornal deixa “escapar” o que para nós evidencia o que de fato ocorria na fazenda:

> A fazenda São Felipe há anos é problemática. Já teve um gerente assassinado, bem como dois seguranças; perdeu parte de suas terras; teve a sede completamente destruída e agora passa pela fase mais crítica. Parte da área foi desapropriada. Mas os colonos continuam invadindo e agora já avançam sobre o que restou do patrimônio da São Felipe. (jornal *Alto Madeira,* 06/06/1987, p. 5)

Há dois dias desta matéria houve um verdadeiro massacre na fazenda (seis mortos e vinte feridos), mas que não foi lamentado pelo jornal, aduzindo que a propriedade passava pela fase mais crítica: a desapropriação. No Caderno de Conflitos da CPT 1987, os seis mortos são identificados como posseiros e o responsável pelas mortes não é identificado[122]. Nas reportagens do jornal *Alto Madeira* sobre os conflitos em São Felipe o proprietário da fazenda também não é identificado.

O jornal *Tribuna Popular* (16/01/1986, p. 3), no entanto, apresenta a reportagem intitulada “Reforma Agrária também será feita na Fazenda São Felipe”, que traz informações de lideranças de sindicatos rurais denunciando a situação de extrema violência no local: “Lá não existe justiça, os jagunços agem à solta e só na última semana, um camponês foi morto e três ficaram seriamente feridos alvejados por tiros de revolveres”. A reportagem ainda informa que existiam mais de 400 famílias de trabalhadores rurais vivendo no local há mais de quatro anos.

---

[121] Em consulta a várias matérias do jornal *Alto Madeira* sobre os conflitos nesta fazenda São Felipe, nos parece que o posseiro José Alves de Souza pode não ter sido autor dos disparos, ficando como “bode expiatório” de outra pessoa ou grupo que tenha realizado este massacre na fazenda.

[122] A desapropriação da fazenda São Felipe acabou gerando um núcleo urbano, sendo posteriormente emancipado e se transformando no Município rondoniense de São Felipe D’oeste, com área desmembrada do Município de Pimenta Bueno, na década de 1980.

Leonilde Medeiros (1996) contextualiza esse meio de ignorar a violência sofrida pelo trabalhador rural no Brasil (o que corrobora com sua naturalização) pela imprensa, aduzindo que ela perpassa por vários períodos históricos, sobrevivendo até os dias atuais.

> As práticas repressivas se perpetuaram durante todo o regime militar de uma forma menos visível para a sociedade, visto que a censura aos meios de comunicação impedia sua divulgação, percorreram a Nova República e reproduzem-se na fase da chamada "consolidação democrática". É como se o mundo rural constituísse um universo à parte, com regras próprias, um outro espaço de relações, vivendo um outro tempo histórico, imune ao debate sobre a democratização que marcou a sociedade brasileira nos últimos 20 anos. (MEDEIROS, 1996, p. 6)

A imprensa enquanto aparelho ideológico reproduz a violência (inclusive, ou mais ainda, quando a omite) e, nesse aspecto, utilizamos do entendimento de Mendonça (1996, p. 3), que apresenta uma reflexão acerca da produção cultural/simbólica da violência como uma das dimensões estruturantes do Estado, "cujo papel na disseminação de uma dada visão de mundo informa tanto os sistemas de classificação e construção de identidades sociais, quanto a naturalização dos processos sociais por ele tornados 'universais'".

Retomando Antônio Gramsci e sua teoria ampliada de Estado, Mendonça (1996) o utiliza em sua análise sobre a violência simbólica, apresentando que ele inaugurou pensamento diferenciado sobre a estrutura do Estado (embora com mesma finalidade, em nosso ver, do estabelecido pelo marxismo tradicional) dando-lhe um caráter multidimensional, apresentando todos os domínios da sociedade (político, cultural, ideológico) como igualmente intervenientes e preponderantes na estrutura social, que visam a "busca do consenso", ou seja, a construção de uma visão de mundo hegemônica, de certos grupos, que podemos chamar de "dominantes", que detém o poder econômico e, por conseguinte, político.

O jornal *Alto Madeira* representa historicamente o controle político do estado, pois foi durante muito tempo (fundado em 1917) o jornal de maior e expressiva circulação na região, encarnando os interesses e opiniões das elites econômicas e políticas locais (SOUZA, 2002). Sempre apoiador dos militares, no início da década de 1980 entoava apoio ao regime, o que se evidencia em matérias que enalteciam os "pontos positivos" da "revolução de 1964" e o apoio incondicional ao Governador Jorge Teixeira, posicionando-se sutilmente contra as eleições diretas no país, assim

como o fizera em apoio ao golpe de Estado de Getúlio Vargas em 1937 e na defesa da manutenção dos Territórios Federais, conforme também avaliou Souza (2002).

Da mesma forma, a "destreza" da polícia local era comumente enaltecida pelo jornal *Alto Madeira* na década de 1980, inferindo nas várias reportagens, as quais não apresentavam sequer algum resultado ou linha de investigação para o fato, que em contato com o delegado responsável o jornal havia sido informado que os "matadores seriam apresentados ainda hoje"[123], ou seja, no dia da reportagem. No entanto, os cadernos de conflitos da CPT de 1987 e 1988 trazem informação de que não houve qualquer julgamento nestes anos para os crimes (não somente assassinatos) relacionados a conflitos agrários em Rondônia. Os mesmos cadernos apresentam denúncia de envolvimento de policiais em mortes, ameaças e destruição de casas e roças de trabalhadores rurais em prol de interesses de fazendeiros[124].

Medeiros (1996) lembra que, após a "abertura política" com a Nova República, o acirramento do conflito por terra no Brasil pode ser notado através da grande imprensa, com a UDR e diversos proprietários de terras se pronunciando em favor do uso da força e da contratação de "firmas de segurança", uma das formas, segundo ela, de buscar legitimação para as milícias privadas, às quais são compostas também por policiais. Na década de 1990, quando as ocupações promovidas pelo MST se intensificaram no país, a UDR avaliava abertamente, através da grande imprensa, os resultados de leilões de gado para o fim de adquirirem armas para defenderem suas propriedades. Medeiros (1996) aponta para uma manifestação do presidente da UDR no início da década de 1990, que afirmava ter a entidade adquirido 1.636 armas no primeiro leilão e 2.430 no segundo leilão por ela realizado.

Diante dessa realidade brasileira de extrema violência, em que os números demonstram a chacina de trabalhadores rurais[125] de um lado e, de outro, um grupo se armando e promovendo abertamente leilões para a compra de armamento, questiona-se a ideia tão defendida e propagada pela grande imprensa de nação

---

[123] A exemplo da matéria intitulada "vítimas de fazenda tiveram cabeças decepadas", 01/07/1987, p. 5.

[124] No ano de 1987, por exemplo, o Caderno de Conflitos da CPT apresenta o Policial Militar Wilson Gomes da Silva como envolvido em seis mortes de trabalhadores rurais ocorridas em 03/04 daquele ano na localidade de Aripuanã, próxima ao Município de Pimenta Bueno. Não encontramos notícias sobre o policial neste mês de abril de 1987 no jornal *Alto Madeira.*

[125] Segundo a Comissão Pastoral da Terra, de 1975 a 2005 morreram 1,5 mil trabalhadores rurais assassinados. No entanto, acreditamos que o número possa ser muito maior, tendo em vista a dificuldade de se contabilizar as mortes entre 1975 a 1985.

brasileira não-violenta. Chauí (2007, p. 3) aponta para a existência de quatro mecanismos que falseiam a realidade. O primeiro é o da *exclusão*, onde afirma que a nação brasileira é não-violenta e, se houver violência, ela "é praticada por gente que não faz parte da nação (mesmo que tenha nascido e viva no Brasil)" e, tal mecanismo produz a diferença entre "um nós-brasileiros-não-violentos e um-eles-brasileiros-violentos". O segundo é o da *distinção*, onde se distingue o essencial e o acidental. Os brasileiros não são violentos e, portanto, "a violência é acidental, um acontecimento efêmero, passageiro, uma 'epidemia', ou um surto localizado na superfície de um tempo e de um espaço definidos, superável" e que "deixa intacta nossa essência não-violenta". O terceiro mecanismo é o *jurídico*, onde a violência "fica circunscrita ao campo da delinquência e da criminalidade, o crime sendo definido como ataque à propriedade privada (furto, roubo e latrocínio)". Para a autora, esse terceiro mecanismo permite determinar quem são os agentes violentos (de modo geral, pobres e negros) e legitimar a ação da polícia contra essa população.

Por último, Chauí (2007, p. 4) relata o mecanismo da *inversão do real*, onde há produção de máscaras que permitem "dissimular comportamentos, ideias, e valores violentos como se fossem não-violentos".

> Assim, por exemplo, o machismo é colocado como proteção à natural fragilidade feminina, proteção inclui a idéia de que as mulheres precisam ser protegidas de si próprias, pois, como todos sabem, o estupro é um ato feminino de provocação e sedução; o paternalismo branco é visto como proteção para auxiliar a natural inferioridade dos negros, os quais, como todos sabem, são indolentes e safados; a repressão contra os homossexuais é considerada proteção natural aos valores sagrados da família e, agora, da saúde e da vida de todo o gênero humano ameaçado pela Aids, trazida pelos degenerados, etc... (CHAUÍ, 2007, p. 4)

No etecetera de Chauí podemos incluir a forma como a violência contra trabalhadores rurais é naturalizada no Brasil. Legitimada pela proteção à propriedade privada, onde a imprensa seduz a conservadora sociedade brasileira ao associar os movimentos sociais de luta pela terra aos "valores anticristãos do comunismo", como já mencionamos, ou renegando um valor desses trabalhadores na "modernidade".

V. O VIOLENTO DISCURSO

Em abril de 1997 houve uma grande marcha de trabalhadores rurais sem terras a Brasília, organizada pelo MST, que não teve como ser ignorada pela grande imprensa. No entanto, assim divulgou a revista *Veja* sobre os anseios da marcha em edição do dia 16/04/1997:

> Quando a economia se globaliza, seu ideal é um pedaço de chão e uma roça atrás da casa. O mundo caminha no passo da informática e da alta tecnologia, e eles querem trabalhar com uma enxada na mão. Representantes de um Brasil arcaico, descalço, dentes ruins, bicho-de-pé e pouco estudo, os sem terra invadem propriedades, desrespeitam a lei e enfrentam a polícia (...). (VIEIRA *et al*, 1997, p. 3)

Esse discurso do "atrasado" homem rural está cada vez mais sendo massificado na grande imprensa. O agronegócio está relacionado com o discurso de modernidade, e nesse modelo econômico o trabalhador rural não tem lugar.

Os interesses das elites ruralistas brasileiras que pretendem ignorar ou expurgar da sociedade esses *insistentes trabalhadores rurais arcaicos pertencentes a outro tempo histórico* fazem-se representar através da violência simbólica exercida pela grande imprensa (ou jornal-empresa como afirmado por Sodré) através de um "código cultural aceito e partilhado, ainda que inconscientemente". Assim age a cultura, como "dimensão organizativa das classes e do próprio Estado" (MENDONÇA, 1996, p. 4). Essa grande imprensa, ao massificar a legitimidade da violência e repressão ao trabalhador rural e construir socialmente seu estereótipo de "atrasado", utiliza-se da cultura como reprodução do discurso das elites através da ideação de um senso comum que, como conceituou Gramsci, nada tem de relação com o real.

Mendonça (1996, p. 4), em referência ao entendimento de Gramsci, afirma que Estado, hegemonia e cultura são dimensões inseparáveis de uma mesma problemática: "a do exercício da dominação de classe e da reprodução social".

> Nessa visão do Estado, a política – i.e., a prática – adquire o estatuto de motor das transformações sociais, ancorada à cultura como seu principal instrumento. E na medida em que o Estado pode ser visto como um conjunto ampliado que engloba sociedade civil e sociedade política, política e cultura se imbricam de modo inextrincável junto ao permanente processo de configuração estatal, já que, para além da dimensão coercitiva das agências públicas destinadas a perpetuar a violência física, o Estado também é direção e consenso, caso

> contrário ver-se-ia em permanente crise de legitimidade. (MENDONÇA, 1996, p. 4)

A eficácia da violência simbólica exercida pelo Estado se explicaria pelo seu *poder criador*, ou seja, aquela forma burocrática estatal a qual todos nós estamos submetidos para “existirmos” e “termos direito” (a regulação). Mendonça (1996, p. 5), ainda sobre a construção da hegemonia e produção e reprodução cultural indaga: “quem fala o que, de que lugar, pra quem?”. Isso porque há uma assumidade de posição no espaço social através de uma “tomada de posição no espaço simbólico”. Ao sintetizar Gramsci e Bourdieu, Mendonça (1996, p. 9) remete ao questionamento que nos interessa: “por que o Estado tem tanto sucesso na submissão imediata que cultural/simbolicamente impõe?” e afirma:

> O termo final desse conjunto de condicionantes e operações é a monopolização da verdade coletiva, origem última de toda a violência simbólica, o que significa afirmar que o mandatário do Estado é, ao mesmo tempo, construtor e depositário do senso comum, tornado visão legítima. (MENDONÇA, 1996, p. 12)

Já fizemos referência ao monopólio da verdade em outro momento e, fazendo um paralelo entre o questionamento da autora e nossa pesquisa documental que teve por base jornais de significativa circulação em Rondônia na década de 1980, os quais pertenciam aos representantes das elites que apoiaram abertamente a repressão estatal militar (jornais *Folha de São Paulo* e *Alto Madeira*), podemos responder que os jornais reproduziam os interesses destas elites para a classe média (leitores), dos centros político-econômicos respectivos (São Paulo, no caso da *Folha* e Porto Velho, no caso do *Alto Madeira*).

Hegemonia e *cultura* são termos que, nas mais variadas concepções, podem nos dar um dimensionamento da estrutura de dominação – através da violência simbólica – que o Estado impõe, também instrumentalizado pela mídia.

Thompson (2013, p. 17) advertiu que “na verdade o próprio termo ‘cultura’, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto”. Para ele,

> cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa

> predominante – assume a forma de um “sistema”. (THOMPSON, 2013, p. 17)

Em “defesa” das camadas populares, Thompson (2013)[126] apresenta o entendimento de que a *cultura* deve ser balizada de forma crítica, não destacada da realidade de dominação capitalista sobre uma classe social explorada.

> A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas (“modernização”, “racionalização”), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer. (THOMPSON, 2013, p. 19)

Interessa-nos a observação de Thompson, que relacionamos ao advento da “modernidade” no campo através do agronegócio, onde o que resta ao trabalhador rural é sua expropriação e exploração dentro da lógica capitalista. A *inovação*, o advento da tecnologia, perpassado como uma *trajetória da humanidade* e, portanto, inevitável, descarta um determinado grupo social (que, aliás, nem é minoria) como se estivessem deslocados deste novo tempo histórico.

Já no início de “A formação da Classe Operária Inglesa” Thompson (2011, p. 10 e 11) ensaia o conceito de *classe* como “um fenômeno histórico”, algo que “ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas”. Na verdade, para ele, não é fácil tal conceituação teórica, pois deve estar sempre “encarnada em pessoas e contextos reais”. Para o autor, a classe não é, ela acontece. Um grupo se reúne em realidades socioculturais e interesses comuns, “sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si”. Determina-se pelas “relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente”. Tais formulações são importantes ao discorrermos sobre a obra de Thompson. Sua análise parte da histórica formação da classe operária inglesa, cuja formação é muito diversa da realidade brasileira – embora o liame de exploração seja o mesmo. No entanto, ao narrar sobre os trabalhadores rurais num cenário de pleno desenvolvimento industrial na Inglaterra do século XVIII e XIX, fica evidente a correspondência de tratamento ao homem do campo, frente à *inovação* da qual ele não faz parte: “Para o cavalheiro, tornou-se uma questão patriótica

[126] O autor estudou a constituição e o comportamento das classes trabalhadoras inglesas no século XVIII.

remover os camponeses das terras comunais, reduzir os trabalhadores à mais completa dependência, reduzir os pagamentos adicionais e expulsar os pequenos proprietários". E continua, afirmando que era "uma questão política procurar aumentar o grau de dependência da reserva de mão de obra barata" (THOMPSON, 2012, p. 62 e 63). Certamente um enredo vivenciado no Brasil e, particularmente na Amazônia, com o avanço visivelmente recente na região (últimos cinquenta anos) do desenvolvimento das relações capitalistas de produção, que requer mão de obra barata e consequente expulsão do homem do campo.

Agora, como construção do discurso oficial do "moderno agricultor", o "arcaico e o moderno tornar-se-iam estruturantes da nova visão de mundo em processo de imposição hegemônica" (MENDONÇA, 1996, p. 14).

Medeiros (1996, p. 8) avalia que, nas últimas décadas, a modernização tecnológica e a agroindustrialização que assistimos como transformação da agricultura brasileira, o que para muitos significaria também a modernização das relações sociais e superação do "atraso", "não foi muito além do processo produtivo, inovando tecnologicamente, reordenando relações sociais, sem trazê-las, contudo, para o mundo dos direitos". Pelo contrário, pois a autora atenta para o fato de que um dos resultados dessa política modernizadora foi a expropriação dos trabalhadores rurais.

Ribeiro *et al* (2015, p. 9) analisa o avanço da soja em Rondônia, juntamente com as políticas de incentivo ao seu desenvolvimento e escoamento (construção de uma hidrovia em Porto Velho no ano de 1997) inseridas nesse discurso de "modernização":

> Os dados de crescimento da soja expõem a dimensão dessa questão no espaço agrário e indica a nova "onda" de modernização do campo, pautada na produção de *commodities*. No período de 1990 a 1997, a produção de soja era insignificante na geografia de Rondônia, dentre outros motivos, devido aos custos de transportes. A hidrovia reverte esse cenário ao sinalizar novo eixo de exportação, ensejando o crescimento desta *commodity* que passa das 1.296 toneladas em 1997, para 15.790 no ano seguinte, alcançando 470.485 toneladas em 2012.

Para Ribeiro *et al* (2015, p. 12), cujo estudo é focalizado no chamado cone sul do estado de Rondônia, a expansão da soja produziu a "*regionalização dos grãos* e a *monopolização do território* pelo capital nacional e internacional". Houve o impacto da urbanização das pequenas cidades e a crescente expropriação camponesa

compôs “o cenário de modernização produtiva do espaço agrário rondoniense”. Nessa geografia, segundo ele, o fator terra “assume mais importância para o capital, que exige a incorporação de áreas camponesas ao espaço da agricultura capitalista globalizada”. E, como consequência,

> instalam-se os conflitos territoriais pela terra, que tem como personagens principais: camponeses assentados, posseiros, produtores de soja e fazendeiros. Somente nas áreas de relevo suavemente ondulado a soja não avançou, ficando estas áreas restritas às atividades agrícolas dos camponeses. Assim, cresce a pressão das forças do capital sobre o território do campesinato, em áreas onde pode ser expandida a produção de soja, reproduzindo a “velha história” da modernização conservadora no campo, com pressões e todo tipo de violência. (RIBEIRO, 2015, p. 12)

Juntamente com o discurso propagado pela imprensa do “atrasado” homem do campo, acompanha o arrojado da modernização apresentada pelo agronegócio que Porto (2014, p. 31)[127] assim define:

> Outro argumento quase onipresente nos discursos colocados em prática pelos representantes do agronegócio diz respeito à associação constante deste a uma ideia particular de modernidade e de progresso. Não apenas do ponto de vista da opinião pública em geral, mas também em meios mais especializados de produção de conhecimento e informação, esses elementos apresentam-se como códigos cognitivos “consistentes” e “sedutores” que embasam e dão sustentação a uma ideia de sociedade em movimento, que estaria rumando a um futuro melhor e isento dos problemas do passado e do presente.

Configura-se a ideologia da modernização[128], embasada nesse discurso apologético posto em prática através de “ideias-forças que se difundem e passam a orientar a ação e intervenção, sem que existam reflexões críticas sobre o que se faz” (PORTO, 2014, p. 31). Negar, para Porto (2014, p. 32), essa proposta que se diz moderna, que promete o desenvolvimento e o progresso seria voltar-se para trás e negar o “fluxo natural” que “orienta a ação em direção ao futuro moderno”. Esses conceitos carregam consigo uma “força quase que irrefutável do ponto de vista desta narrativa teleológica calcada na necessidade imposta ao ser humano de ‘desenvolver-se’ a todo custo”. Trata-se de uma “ideia-força” manuseada e

[127] Porto (2014) faz uma análise dos discursos proferidos pela Senadora e ruralista Kátia Abreu.

[128] Sevcenko (2003, p. 41, 43 e 45) apresentou a gênese dessa ideologia no final do século XIX, onde “a imagem do progresso” era a “versão prática do conceito homólogo de civilização”. Desde então, com a condenação “dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional”, do qual era representante o homem pobre do campo, este passou a ser estereotipado e, como exemplo, o autor cita o personagem do Jeca Tatu de Monteiro Lobato, uma “figura-símbolo” da oposição *“cidade industriosa / campo indolente”.*

apropriada em distintos contextos e “mobilizada por variados discursos de interesse”. Porto (2014) ainda ressalta sobre o discurso presente na narrativa que contrapõem urbano e rural, colocando o primeiro como sinônimo de progresso e modernidade (e, portanto, desenvolvimento) e o segundo como ambiente de atraso, de práticas arcaicas.

Assim se configuraram os discursos de “ocupação e desenvolvimento” da Amazônia, “desbravador” da “longínqua e inóspita região” e, relativamente mais recente, percebemos o discurso do “atraso” do homem do campo sempre acompanhado do prognóstico de salvação do agronegócio[129].

Em nenhum desses discursos de progresso capitaneados pelas elites e naturalizados pela grande mídia se encaixa o modo de vida camponesa, razão pela qual são comumente tratados de forma pejorativa e caluniosa, quando não são simplesmente ignorados, conforme percebemos pela leitura do jornal *Alto Madeira* na década de 1980.

A conclusão é um tanto óbvia, já que a mídia, como dissertamos no capítulo segundo, “vive a ditadura do capital”, e a “classe que detém os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção intelectual, produzindo, reproduzindo e naturalizando idéias que legitimem o *status quo*” (BRITTO, 2004, p. 09).

Existem, em contrapartida, as mídias alternativas que expõem o ponto de vista e os anseios dos que podemos chamar de “vencidos”.

Na própria história podemos observar este erro de “distinção”, já que a historiografia oficial na maioria das vezes renega a história do “povo”, sobressaindo a história (costumes, modos de vida e etc.) da elite (ou classe dominante econômica e politicamente), como se somente ela existisse. O que Thompson (2001) chama de história da “gente comum”, sendo essa seletividade historiográfica também uma peculiaridade dos ingleses, segundo ele[130].

---

[129] Como exemplos: “O Brasil da solução e o Brasil dos problemas: enquanto o Agronegócio distribui riqueza, MST defende a distribuição da miséria” (revista *Veja*, 06/08/2003); “Agronegócio é o novo aliado das ONGs na batalha pela preservação da Amazônia” (revista *Veja*, 13/04/2005); “Os novos desbravadores: Agronegócio inverte sentido das migrações, agora se vai do Sul e Leste ao Norte” (revista *Veja*, 19/01/2005); “O novo eldorado verde: soja e cidades brotam numa faixa de Rondônia ao Piauí do tamanho da Espanha” (revista *Veja*, 02/04/1997).

[130] Com exceções, na época. No entanto, em seu texto “A História vista de baixo” de 1966, relaciona como tal situação estava mudando, e apresenta autores e obras que dão conta da história da “gente comum”, entretanto questionava quais documentos/fontes foram utilizadas para narrar a visão dessas classes.

Os meios de comunicação “produzem a verdade”, e vivemos hoje numa sociedade que reivindica a modernidade, mas desconhece sua realidade e profusão de forças.

Trata-se de uma sociedade onde, para Medeiros (1996, p. 13), o meio rural se modernizou tecnologicamente ao tempo em que produziu “um casamento singular entre a face mais moderna do capitalismo e as suas potencialidades na produção da exclusão”. A crescente violência no campo indica

> a existência de uma face da sociedade incapaz de reconhecer direitos e negociar interesses, visto que nega o outro. Como há, de um lado, a defesa de interesses absolutos da propriedade, nega-se qualquer possibilidade de discuti-los através da constituição de uma outra concepção de direito que coloque em pauta o tradicional lugar da propriedade fundiária. (MEDEIROS, 1996, p. 13)

Desqualificar o trabalhador rural como sujeito histórico, conforme lembrado por Mendonça (1996), retira dessa classe seu “direito a fala”, a ser ouvido, ter sua história contada. Seria a maior violência cometida contra os camponeses e sua lutas: bani-los da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a constante criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra e da naturalização da violência contra si perpetrada pela grande mídia, nos chamou a atenção um tipo de violência que não é contabilizada, a violência simbólica perpetrada pela grande imprensa no Brasil. Tão chocante quanto a morte, é criminalizar a luta pela vida.

Imaginávamos, ao esboçar o projeto de pesquisa para esta dissertação, que encontraríamos uma série de reportagens sobre litígio agrário em Rondônia na década de 1980, que talvez expusesse a luta pela terra no período de forma estereotipada. E isto era, inicialmente, o foco do nosso objeto de pesquisa. Estávamos influenciados pelo cenário atual, onde a imprensa não ignora os conflitos, mas promove sistematicamente a criminalização dos movimentos de luta pela terra.

Para nossa surpresa, pesquisar sobre as reportagens nos maiores jornais em circulação no estado naquela década nos direcionou para outro tipo de violência: a da omissão. Isto porque, percebemos, havia um interesse em forjar o sucesso da migração e dos projetos de colonização no estado. O jornal *Alto Madeira*, nossa principal fonte de pesquisa, narrava diariamente um cenário de pacificação no campo em Rondônia, apresentando como bem sucedidas as políticas militares para o estado, e felicitando o governador Jorge Teixeira no seu *árduo intento civilizatório* para a região.

Eventuais conflitos no campo eram despolitizados e redirecionados para as páginas policiais do jornal, imputando a eles fenômenos isolados, como se não tratasse de uma violência sistematicamente estabelecida. Este deslocamento visando o engodo tem sido desmontado conforme demonstram os números da Comissão Pastoral da Terra, seguida da observação de vários sociólogos, dentre eles José de Souza Martins e Octavio Ianni.

Trata-se de uma década “conturbada”: processo de “redemocratização”, retomada da discussão sobre reforma agrária, nascimento do MST e da UDR, Constituinte Nacional e, ao final, a percepção de que a estrutura agrária brasileira ficaria novamente intacta.

Florestan nos avisou, segundo Gebrin (2014), sobre a competente capacidade antecipatória das elites, que preparou um verdadeiro “arsenal” para evitar a discussão minimamente democrática sobre a estrutura agrária brasileira na grande mídia e, consequentemente, sobre a reforma agrária. Resultado disso foi o texto constitucional – da Constituição “Cidadã” de 1988 – sobre a reforma agrária, que ficara mais conservador que o texto previsto no Estatuto da Terra elaborado pelos militares em 1964.

Os discursos estereotipando o camponês foram sendo construídos na grande mídia: violentos, comunistas, atrasados e, atualmente, terroristas. Não caberia mais lugar a esse “atrasado homem do campo” na “modernidade”. Segundo matéria da revista *Veja* de 16/04/1997, que apresentamos em nossa pesquisa, são “representantes de um Brasil arcaico, descalço, dentes ruins, bicho-de-pé e pouco estudo”. Dessa forma violenta foi sendo construído e reproduzido um discurso que nega ao homem do campo sua natureza humana. Precisa proclamar de voz ativa que é humano, segundo José de Souza Martins (1993), numa sociedade que perdeu a clareza sobre a linha/limite que separa o homem do animal.

A década de 80 poderia ter mudado essa história, mas foi de fato uma década perdida. Mais em termos políticos que econômicos. Perdeu-se a oportunidade de discutir democraticamente sobre a estrutura agrária brasileira e promover uma constituinte que realmente contemplasse os problemas sociais no país. Ao contrário, a imprensa conservadora tratou de cuidar para que as elites mantivessem resguardados seus interesses.

Em Rondônia, massacres de camponeses foram tratados como acerto de contas e, de lá pra cá, a despolitização do conflito aumentou. A promoção da mídia em favor da violência na proteção da propriedade privada foi sedimentada. Atualmente, as “defesas” contra as “invasões” em propriedades privadas são justificadas ao argumento de interesses nacionais (supraindividuais): os sem terras contrariam o desenvolvimento do país.

Isto porque, para a grande mídia, quem desenvolve o país atualmente, o “verdadeiro” produtor rural, é o empresário do agronegócio. A discussão promovida pela imprensa é simplista. Para José de Souza Martins (1993), se simplificamos a realidade, complicamos sua compreensão. Uma das conclusões que podemos ensaiar nesta pesquisa é sobre esta simplificação da realidade promovida pela

mídia, que fatalmente impede a compreensão das complexas realidades sociais no Brasil, em especial da questão agrária, cujas relações de poder e discriminação do período colonial parecem ter sobrevivido ao tempo, como observou Sandra Mônica da Silva (2015).

O atual discurso de *modernidade* permeia a visão simplista imposta pela grande mídia. Se podemos apresentar alguma contribuição a esta discussão, é justamente no sentido de problematizar a legitimação desse discurso: a quem ele interessa?

Chauí (2006, p. 15), em seu texto sobre o Discurso Competente, chama atenção para seu caráter ideológico, que deve ser enfrentado não como sinônimo de ilusão ou falsidade do real, mas como uma determinação das classes dominantes para unificar um pensamento. O discurso ideológico, para ela, é aquele que pretende "coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento". O discurso da grande imprensa não é irreal ou falseado, representa a imagem da classe dominante. Por isso o tomamos como *objeto.*

Categorizamos os jornais como fonte *e objeto*, na tentativa de lhe dar sentido e significado. Deparamo-nos com os discursos de construção dos *consensos*, e tentamos problematizá-los.

Não é fácil fugir da ideia da vitimização de alguns grupos sociais. Fato é que fazemos muitas opções no decorrer de uma pesquisa, o que evidencia, da mesma forma, o caráter ideológico dela. Questão insuperável e inesgotável que não adentraremos aqui. O embate da *história engajada* supera em muito esta pesquisa. Deixemos, como asseverou Motta (2014), que os críticos a ela gastem seu tempo para desnudar suas contradições e lacunas.

Tomamos decisões, de forma consciente ou não.

Sugestões? Invertamos os sentidos, criemos os momentos, façamos as vozes serem ouvidas, levantemo-nos. "Seremos cada vez mais chamados a tomar decisões, num ou noutro sentido, que dizem respeito a uma pergunta decisiva: afinal, o Brasil tem sentido? As elites dizem que não. Nós dizemos que sim" (BENJAMIN *et al*, 1998, p. 147).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALÉSSIO, Renata Lira dos Santos. **A representação social da violência na literatura de cordel sobre cangaço.** Rev. *Psicol. cienc. prof*. V. 24, n. 4. Brasília, 2004. P. 52-59.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. **Direitos à floresta e ambientalismo:** seringueiros e suas lutas. Revista brasileira de ciências sociais. Vol.19. nº 55, São Paulo: 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. **As tentativas de organização das massas rurais –** As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963). Em *Camponeses Brasileiros Vol. 1.* Editora Unesp. São Paulo: 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.

ARBEX JR., José. In: TORRES, Maurício. **Amazônia Revelada – os descaminhos ao longo da BR-163.** Brasília: CNPq, 2005. P. 21-67.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1979.

ALEXANDRE, Marcos. **O papel da mídia na difusão das representações sociais.** Revista Comum. Vol. 6, nº 17. Rio de Janeiro, 2001.

AZEVEDO, Fábio Antônio. **Mídia e democracia no Brasil:** relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Revista Opinião Pública, vol. 12, nº 1. Campinas, 2006. P. 88-113.

BARTHES, Roland. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da Cultura de Massa.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. P. 303-319.

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do Povo no Complexo Cafeeiro**. Edusp, São Paulo: 2005.

BECKER, Berta**. Geopolítica da Amazônia.** Estudos Avançados. São Paulo: USP, 2005.

BEER, Max. **História do Socialismo e das lutas sociais.** Expressão Popular: São Paulo, 2006.

BENJAMIN, Walter. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da Cultura de Massa.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BENJAMIN, César (org.). **A opção brasileira.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da História.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOBBIO, Norberto. **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BORRELI, Sílvia H. e PRIOLLI, Gabriel (coords.). **A Deusa Ferida. Porque a globo não é mais campeã absoluta de audiência.** 2ª ed. São Paulo: Summus editorial, 2000.

BOSI, Alfredo. **Entre a literatura e a história.** 2ª ed. São Paulo: editora 34, 2015.

BOTELHO, André. **Crime e expiação: a recepção de Os sertões de Euclides da Cunha.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Sobre a Televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 09 de outubro de 2015.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.106/70, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm> Acesso em 10 de outubro de 2015.

BRITTO, Denise Fernandes. **Panorama teórico de Karl Marx e Jesús Martín-Barbero nas pesquisas em comunicação. 2004.** Disponível em <http://br.monografias.com/trabalhos/pesquisas-comunicacao-teorias-marx-barbero/pesquisas-comunicacao-teorias-marx-barbero.shtml> Acesso em 20/04/2016.

BRUNO, Regina. **Revisitando a UDR:** Ação política, ideologia e representação. Ver. Inst. Est. Bras. São Paulo, 1996. P. 69-89.

CAMPANA, Ana. Comunicação – o trabalho da imprensa. Disponível em <http://rondoniaemsala.blogspot.com.br/2012/01/comunicacao-o-trabalho-da-imprensa.html CAMPANA, 2012> Acesso em 05 de janeiro de 2016.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **História Econômica da América Latina.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CHAUÍ, Marilena. **Contra a violência.** Disponível em <http://csbh.fpabramo.org.br/contra-violencia-por-marilena-chaui> Acesso em 08 de maio de 2016.

_____. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHIAVENATO, Júlio César. **As lutas do Povo Brasileiro, do "descobrimento" a Canudos.** Editora Moderna. São Paulo: 2000.

COLFERAI, Sandro Adalberto. **Jornalismo e identidade na Amazônia:** as práticas culturais legitimadas no jornal diário da Amazônia como representações identitárias de Rondônia. Porto Alegre/RS, 2009. 196 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação social) PUCRS, 2009.

CONDE, Evelyn Iris Leite Morales. **Historiografia e Comunicação:** a inserção da mídia sonora como alternativa comunicacional em Rondônia. Labirinto. Ano XII, nº 17. 2012. P. 63-78.

COSTA, Ricardo da Gama Rosa. **Antônio Gramsci e o conceito de hegemonia**. Disponível em <https://dariodasilva.wordpress.com/2012/11/30/antonio-gramsci-e-o-conceito-de-hegemonia1/> Acesso em 03 de maio de 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CORBISIER, Roland. **Raízes da Violência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Caderno Conflitos no Campo – Brasil,** CPT Nacional – Brasília, 2015.

_____. **Caderno Conflitos no Campo – Brasil,** CPT Nacional – Brasília, 1986.

_____.**Caderno Conflitos no Campo – Brasil,** CPT Nacional – Brasília, 1987.

_____.**Caderno Conflitos no Campo – Brasil,** CPT Nacional – Brasília, 1988.

_____.**Caderno Conflitos no Campo – Brasil,** CPT Nacional – Brasília, 1989.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. **Um paraíso perdido. Ensaios Amazônicos.** Col. Brasil 500 Anos. Senado Federal. Brasília, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado.** 2ª ed. São Saulo: Saraiva, 1998.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964:** memória, história e historiografia. Revista Tempo. Vol. 28. UFF, 2009. P. 123-143.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo.** 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC editora, 1987.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado.** Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados.** 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

EGON, Heck; Francisco Loebens; Priscila D. Carvalho. **DOSSIÊ AMAZÔNIA BRASILEIRA I**. Estudos avançados. Vol.19, nº 53, São Paulo: 2005.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografia dos Estudos Culturais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FADUL, Anamaria. **Indústria cultural e comunicação de massa.** Disponível em <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/FADUL%20Industria%20cultural%20e%20comunicacao%20de%20massa.pdf>. Acesso em 23 de fevereiro de 2016.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado Capitalista contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2000.

FERNSIDE, Philip M. In: TORRES, Maurício. **Amazônia Revelada – os descaminhos ao longo da BR-163.** Brasília: CNPq, 2005. P. 397-425.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini e VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. **A Comissão Pastoral da Terra e os 30 anos de documentação sobre o campo brasileiro (1985-2014)**. Boletim Campineiro de Geografia. Vol. 5. Nº 2. Campinas, 2015. P. 293-317.

FERREIRA, Paulo Roberto. **Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia**. 2005. Disponível em <www.ufrgs.br/.../Mais%20de%20180%20anos%20de%20imprensa%20na%20Amazo...> Acesso em 23 de janeiro de 2015.

FORONI, Paola. **O discurso do governador Jorge Teixeira e suas representações.** História, memória e direitos humanos: 50 anos da ditadura militar

no Brasil. Xênia de Castro Barbosa, Mauro Henrique Miranda de Alcântara, Verônica Aparecida Silveira Aguiar (organização). Salvador: Editora Pontocom, 2014.

_____. **Jorge Teixeira, primeiro governador do estado de Rondônia:** imprensa e cordialidade (1979-1982). Porto Velho, RO. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) Universidade Federal de Rondônia, 2014.

FREITAS, Décio. **Cabanos: Os Guerrilheiros do Imperador.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2007.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino F. **A Lei de Terra (1850) e a abolição da escravidão. Capitalismo e Força de Trabalho no Brasil do século XIX**. Revista de História da USP. São Paulo, 1989.

GAMA, Adriana Ferreira; SANTOS, Aline Reneé Benigno dos; FOFONCA, Eduardo. **Teoria das representações sociais:** uma análise crítica da comunicação de massa e da mídia. Revista Temática. Vol. VI, nº 10. 2010.

GEBRIN, Ricardo. **Florestan nos avisou**. Direitos Humanos no Brasil 2014. Daniela Stefano e Maria Luisa Mendonça (organização). São Paulo: Outras Expressões, 2014.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia da Prática Social.** Petrópolis: Vozes, 1992.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Formação da Pequena Propriedade:** intrusos e posseiros (1963). Camponeses Brasileiros, vol. 1. Clifford A. Welch, Edgard Malagodi, Josefa S. B. Cavalcanti, Maria de Nazareth B. Wandrley (orgs.). São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento rural, 2009.

GUIMARÃES, Johnatan Rozen Ferreira. **Coordenadas do possível:** o lugar da violência e a legitimidade da ocupação de terras na ADI 2.213-0. Brasília, DF, 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade de Brasília / UNB, 2015.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico.** 2ª ed. São Paulo: Global editora, 1983.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. **Sociedade e economia do "Agronegócio" no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 25, nº 74. São Paulo, 2010.

HOBSBAWM, Eric. In: SADER, Emir. **O mundo depois da queda.** 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. P. 13-31 e 213 a 227.

HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. **Teoria da Cultura de Massa.** LIMA, Luiz Costa (org.). 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. P. 159-207.

_____. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza (orgs.). **Sociologia e Sociedade.** Rio de Janeiro: LTC, 2008. P. 222-237.

HOUAISS, Antônio e Villar, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

_____. **Revolução e cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____. **A formação do proletariado rural no Brasil – 1971.** A questão Agrária no Brasil. Vol. 2.

JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?.** Serie Camponeses Brasileiros. Vol. 1. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

LEITE, Leonardo Guimarães. **Canudos: a memória como espaço de disputa**. Seminário Cultura e Política na Primeira República – UESC. Santa Catarina, 2010.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. **História e Imprensa:** a importância e a contribuição dos jornais no conhecimento histórico. XIV Encontro Regional de História. Campo Mourão, 2014.

LIMA, Luiz Costa. **Teoria da Cultura de Massa.** LIMA, Luiz Costa (org.). 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. P. 13-71.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky e PINTO, Jax Nildo Aragão. **A questão fundiária na Amazônia.** Estudos Avançados, nº 19 (54), 2005. P. 77-97.

LOWY, Michael. **Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa Central.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Método dialético e teoria política.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** Fontes Históricas. Carla Bassanezi Pinsky (organizadora). São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Bárbara Araújo. **A função de intelectual:** um diálogo entre Antônio Gramsci, Pierre Bourdieu e Edward Said. Revista de Teoria da História. Ano 7. Vol 13. Universidade Federal de Goiás, 2015. ISSN: 2175-5892. P. 212-224.

MARCUSE, Herbert. **Teoria da Cultura de Massa.** LIMA, Luiz Costa. (org.). 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Págs. 245-259.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Por uma outra comunicação – Mídia, mundialização cultural e poder.** MORAES, Torres de (org.). 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. P. 57-87.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra.** São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

_____. **A chegada do estranho.** São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARTINS, Márcio Marinho. **Corumbiara: massacre ou combate?** A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos. Porto Velho, RO, 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR, 2009.

MARX, Karl. **O Capital. Tomo II.** *Coordenação e revisão de* Paul Singer. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MCCHESNEY, Robert W. **Por uma outra comunicação – Mídia, mundialização cultural e poder.** MORAES, Torres de (org.). 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. P. 217-243.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Dimensões políticas da violência no campo.** Revista Tempo. Vol. 1. Rio de Janeiro, 1996. P. 126-141.

_____. **Latifúndio.** Dicionário da Educação do Campo. Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano, Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MELO, José Marques de. **Cultura Brasileira – temas e situações.** BOSI, Alfredo (org.). São Paulo: Ática, 1987. P. 167-182.

MENDONÇA. Sônia Regina de. **Estado, Violência Simbólica e metaforização da cidadania**. Revista Tempo. Vol. 1. Rio de Janeiro, 1996. P. 94-125.

_____. **Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil:** o caso da sociedade nacional de agricultura. Revista de Estudios Rurales. Vol. 1, nº. 1. Plata (Argentina), 2000.

_____. **O Patronato Rural Brasileiro na atualidade:** dois estudos de caso. Anuario del Centro de Estudios Históricos. Ano 8. Nº 8. Córdoba (Argentina), 2008. P. 139-159.

_____. **Estado e Políticas Agrícolas na Historiografia brasileira (1930-1964).** XVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013.

MENDES, José Saccheta Ramos. **Desígnios da Lei de Terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império.** Revista de Ciência Sociais Caderno CRH. UFBA, 2009.

MESQUITA, Helena Angélica de. **Espaço agrário brasileiro:** exclusão e inclusão social. Boletim Goiano de Geografia. Vol. 28, nº. 1. Goiânia, 2008.

MILLS, C. Wright. **Sociologia e Sociedade.** FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza (orgs.). Rio de Janeiro: LTC, 2008. P. 260-276.

MONIZ, Edmundo. **Canudos: A Luta Pela Terra.** São Paulo: Global Editora, 1984.

MONTANINI, Rita. **A interface marxista entre comunicação e cultura de massas.** Disponível em < https://www.academia.edu/8584876/A_Interface_Marxista_entre_Comunica%C3%A7%C3%A3o_e_Cultura_de_Massas> Acesso em 10 de dezembro de 2015.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no Século XX – o Espírito do tempo.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

_____. **Sociologia e Sociedade.** FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza (orgs.). Rio de Janeiro: LTC, 2008. P. 253-260.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **O Rural à la gauche.** Niterói: Editora da UFF, 2014.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. **Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade.** Serv. Soc. Soc. N° 110. São Paulo, 2012. P. 213-240.

NASCIMENTO, Antônio Dias. **Movimentos sociais rurais, quarenta anos depois.** Disponível em Scielo Books. EDUFBA, Salvador: 2007.

OLIVAR, Júlio. **Alto Madeira: todos os ciclos em uma história.** 2013. Disponível em <http://www.newsrondonia.com.br/noticias/alto+madeira+todos+os+ciclos+em+uma+historia+por+julio+olivar/31239> Acesso em 20 de janeiro de 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de Oliveira. **BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização.** Amazônia Revelada – os descaminhos ao longo da BR-163. TORRES, Maurício (org.). Brasília: CNPq, 2005. P. 67-185.

_____. **A política de Reforma Agrária no Brasil.** Direitos Humanos no Brasil 2009. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: 2010.

_____. **BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização.** “Amazônia revelada”. CNPq: Brasília, 2005.

_____. **A longa marcha do campesinato brasileiro:** movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. Estudos Avançados 15 (43). 2001. P. 185-206.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. **Todo dia é dia de Índio.** Amazônia Revelada. CNPQ, Brasília: 2005.

OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. de. **A Imigração Italiana para o Brasil e as cidades**. Núcleo de Estudos de População, Unicamp: 1992.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de; VASQUEZ, Daniel Arias. **Florestan Fernandes e o capitalismo dependente**: elementos para a interpretação do Brasil. Revista Oikos. V. 9 , nº1. Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, José Evandro Bastos. **O Seringueiro e o pequeno agricultor de Rondônia:** as especificidades das representações e do olhar sobre a natureza. Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente. Vol IV, nº 22. 2001.

ORTIZ, Helen. **A expansão da grande propriedade no Brasil Império:** as posses livres e a Lei de Terras de 1850. Revista História e Luta de Classes. Vol. 08. Niterói, 2009. P. 34-39.

ORTIZ, Renato. **Imagens do Brasil.** Revista Sociedade e Estado. Vol. 28. São Paulo, 2013.

PERIN, Giliane; COLFERAI, Sandro Adalberto. **"Um jornal na fronteira da colonização da Amazônia – 30 anos do Tribunal Popular".** VIII Encontro Nacional de História da Mídia. Guapapuava/PR, 2011.

PEREIRA, Gilson R. de M.; CATANI, Afrânio Mendes. **Espaço social e espaço simbólico:** introdução a uma topologia social. Revista Perspectiva. Vol. 20, nº especial. 2002. P. 107-120.

PEREIRA, Marcelo Souza. **Servidão Humana na Selva:** o aviamento e o barracão no seringal da Amazônia. Resenha. Revista Somanlu. Ano 12, nº. 1. Manaus, 2012.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do Agronegócio:** modernidade, poder e "verdade". Revista Nera. Ano 17. Nº. 25. Presidente Prudente, 2014. P. 24-46.

PRADO, Carlos Batista. **O capítulo XXV de O Capital: A teoria moderna da colonização como analogia à possibilidade de libertação da classe trabalhadora.** Publicado em: Revista Espaço Acadêmico, nº 86, julho de 2008.

PRADO JR., Caio. **Evolução Política do Brasil.** 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

RABELLO, Antônio Cláudio. **O golpe de Estado de 1964 e os impactos econômicos na Amazônia: continuidade e aprofundamento.** História, memória e direitos humanos: 50 anos da ditadura militar no Brasil. Xênia de Castro Barbosa, Mauro Henrique Miranda de Alcântara, Verônica Aparecida Silveira Aguiar (organização). Salvador: Editora Pontocom, 2014.

_____. **"A voz que ecoa não é mais daquele que grita": reflexões sobre o conceito de intelectual a partir de Antonio Gramsci.** XVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015.

REIS, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de Hegemonia:** de Gramsci a Laclau e Mouffe. Revista Lua Nova. São Paulo, 2010. P. 71-96.

REIS, Cristiane de Souza. **A função social da propriedade rural e o acesso à terra como respeito à dignidade da pessoa humana.** 2011. Disponível em < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2912> Acesso em 02 de agosto de 2015.

RIBEIRO, Alyson, F. A. **A regularização fundiária como (in)solução para a questão agrária:** o desvelar do Programa Terra Legal Amazônia no Cone-Sul de Rondônia. Porto Velho, RO, 2016. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR, 2016.

_____; SILVA, Ricardo Gilson da; CORRÊA, Silvia da Silva. **Geografia da Soja em Rondônia:** Monopolização do Território, regionalização e conflitos territoriais. Campo-território Revista de Geografia Agrária. V. 10, nº 20. 2015. P. 180-201.

RICCI, Magda. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária:** o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. Revista Tempo. Vol. 22. UFF, 2006. P. 5-30.

SADER, Emir (org.). **GRAMSCI – poder, política e partido.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Sandra Mônica da. **A violência na Amazônia brasileira do descobrimento à atualidade**: Fio condutor de um inacabado processo de ocupação territorial. Revista Amazônia: Ci. e Desenvol. Vol. 10. Nº 20. Belém, 2015. P. 195-213.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Dinâmicas Territoriais em Rondônia:** conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010. São Paulo, SP, 2010. 222 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo, 2010.

SILVA, Rogério Souza Silva. **Antônio Conselheiro**: a fronteira entre a civilização e a barbárie. São Paulo: Annablume Editora, 2001.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Reflexões sobre o jusnaturalismo:** o direito natural como direito justo. 2010. Disponível em < www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao_abril2007/docente/doc1.doc> Acesso em 25 de outubro de 2015.

SODRÉ, Muniz. **Por uma outra comunicação – Mídia, mundialização cultural e poder.** MORAES, Torres de (org.). 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. P. 21-41.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira.** 8ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

SOUZA, Marilsa Miranda de. **Imperialismo e educação no campo.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. **Luta, Territorialização e Resistência Camponesa no Leste Rondoniense (1970-2010)**. Uberlândia, 2011. 350 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

SOUZA, Sérgio Luiz de. **(Re)vivências negras:** entre batuques, bailados e devoções – práticas culturais negras em Ribeirão Preto (1910-1950). Araraquara, SP, 2005. 180 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2005.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **(Des) Ordem na Fronteira:** Ocupação Militar e Conflitos Sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30/40). Assis, SP, 2002. 175 f. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2002.

_____. **Rondônia, uma memória em disputa.** Assis, SP, 2011. 192 f. Tese (Doutorado em História e Sociedade) Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2011.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues e FONSECA, Dante Ribeiro. **História Regional (Rondônia).** 2ª Edição. Porto Velho: Rondoniana, 2000.

TEIXEIRA, Carlos Correa. **Seringueiros e Colonos:** encontros de culturas e utopias de liberdade em Rondônia. Campinas, SP, 1996, 368 f. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas). Universidade Estadual de Campinas, 1996.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa. Vols. I e II.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Unicamp**:** Editora da Unicamp, 2001.

_____. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia.** 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

TORRES, Luiz Henrique. **O conceito de história e historiografia.** Revista Biblos. Vol. 8. 1996.

VICENTE, Maximiliano Martín. **História e comunicação na ordem internacional** [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

VIEIRA, Aline; TEMER, Gabriela; LEITE, Luíza de Souza; e CANDELOT, Rodrigo. **A Reforma Agrária na Imprensa.** Revista Eclética. Rio de Janeiro, 1997.

VIOLETA, Refkalefsky e LOUREIRO, Jax Nildo Aragão Pinto. **Dossiê Amazônia II.** Estudos avançados. Vol.19, nº 54. São Paulo: 2005.

WAKEFIELD, Edward Gibbon. **A View of The Art of Colonization.** Batoche Books: Kitchener, 2001.